



Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Administração e Finanças – FAF
Programa de Mestrado em Ciências Contábeis

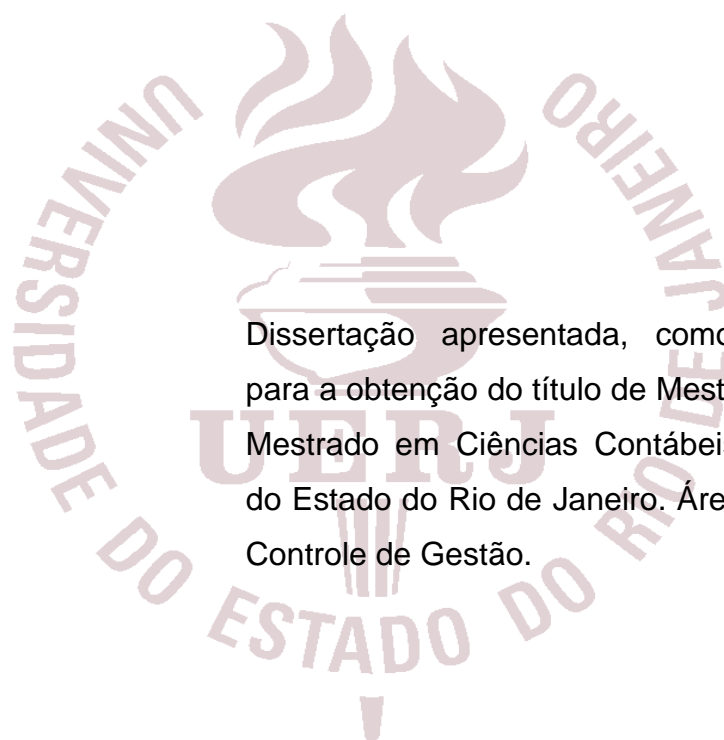
Aline Moura Costa da Silva

**Atitude do Profissional de Contabilidade em relação à fraude: uma abordagem
apoiada em cenários**

Rio de Janeiro
2009

Aline Moura Costa da Silva

Atitude do Profissional de Contabilidade em relação à fraude: uma abordagem apoiada em cenários



Dissertação apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, do Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Controle de Gestão.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José dos Santos Alves

Rio de Janeiro
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/FAF/BIBLIOTECA MCC

S586a Silva, Aline Moura Costa da.
Atitude do Profissional de Contabilidade em relação à fraude:
uma abordagem apoiada em cenários / Aline Moura Costa da Silva
– 2009.
159 f.

Orientador: Francisco José dos Santos Alves.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Faculdade de Administração e Finanças.
Bibliografia: f.142-153

1. Fraude – Contabilidade – Dissertação. I. Alves, Francisco
José dos Santos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Administração e Finanças. III. Título

CDU 657.45

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Aline Moura Costa da Silva

Atitude do Profissional de Contabilidade em relação à fraude: uma abordagem apoiada em cenários.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Controle de Gestão.

Aprovado em _____

Banca Examinadora: _____

Prof. Dr.Sc. Francisco José dos Santos Alves (Orientador)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr.Sc. Frederico Antônio Azevedo de Carvalho
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr.Sc. Ricardo Bezerra Cavalcanti Vieira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2009

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus amados pais, José e Vânia, pela educação, motivação, compreensão, paciência e amor. À minha querida irmã, Lilian, pelo total apoio, companheirismo e amizade.

AGRADECIMENTOS

“Sem a Ética a sociedade não se estrutura de forma permanente; e uma profissão também não.”

(FIPECAFI, 2007, p. 11)

Agradeço, inicialmente, a Deus por ter me concedido saúde, força e equilíbrio, principalmente, durante esses dois anos de luta. Nos momentos mais difíceis, com certeza, Ele me guiou e não permitiu que o desânimo viesse ao meu encontro.

Aos meus pais e irmã, pela dedicação, incentivo e amor incondicional. Vocês são a minha base, o meu porto seguro. Sem vocês, esse sonho não seria realizado.

A toda a minha família (tios e primos) pelo estímulo e carinho. Em especial, aos meus avós Liberaci (*in memoriam*), Brazilina, Eduardo e Elmyr (*in memoriam*).

A todos os meus amigos, pela torcida e compreensão, sobretudo em relação à minha ausência, durante esses dois anos de mestrado.

Aos alunos “sobreviventes” da minha turma (2007): Anderson, o “abençoado”; Antônio Castanheiro, o papai mais “coruja”; Carlos Renato, “painato”, um grande amigo; Cláudia, a representante da nossa turma, sempre disposta a “defender nossa causa”; Eliane, minha amiga, companheira desde o início do mestrado; Heliton, nosso primeiro mestre, orgulho da turma; Evandro, o mais quieto, observador; Melissa, minha amiga-irmã, companheira, psicóloga e motivadora nos momentos mais difíceis, e fáceis também; Maurício, o “homem dos negócios”; Roberto, sereno, equilibrado; Robson, meu amado amigo, sempre com palavras de incentivo, principalmente quando tudo parecia dar errado; Vânia, a “mãezona”. Realmente somos uma turma diferente. Somos uma equipe formada por amigos. Torço para que o vínculo e amizade sejam mantidos.

Aos professores da graduação, em especial àqueles que me incentivaram a ingressar no mestrado, professor Doutor Ricardo Lopes Cardoso, professor Waldyr Jorge Ladeira dos Santos e professor Eduardo da Costa Ramos.

Aos professores do mestrado, pelos ensinamentos que nos foram transmitidos. Em especial, à Coordenação do Mestrado, representada pelo professor Doutor Josir Simeone Gomes e professor Ld. Lino Martins e Silva; ao professor Doutor Frederico Antônio Azevedo de Carvalho, pela imprescindível ajuda e paciência durante, principalmente, a fase de elaboração da dissertação; e, ao meu querido orientador, no mais correto sentido da palavra, professor Doutor Francisco José dos Santos Alves. Agradeço pela verdadeira orientação oferecida a mim. Além de orientador foi, também, um amigo nos momentos em que o desespero era grande.

Ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, em especial ao professor José Antônio Felgueiras da Silva, pelo auxílio para que eu aplicasse o questionário desta dissertação.

Aos funcionários da secretaria e da biblioteca, pela ajuda contínua. À Dona Francis, por deixar as acomodações do mestrado sempre limpas e arrumadas, além do seu maravilhoso cafezinho.

Aos respondentes da minha pesquisa, pelo apoio e sinceridade em suas respostas.

E, finalmente, a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho.

Muito obrigada!

RESUMO

SILVA, Aline Moura Costa da. **Atitude do Profissional de Contabilidade em relação à fraude: uma abordagem apoiada em cenários**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Casos de fraudes têm ocorrido, freqüentemente, no mercado mundial. Diversos são os profissionais envolvidos nestes casos, inclusive os da classe contábil. Os escândalos contábeis, especialmente os mais famosos, como os incididos nas empresas Enron e WordCom, acenderam para uma maior preocupação em relação à conduta ética dos profissionais de contabilidade. Como conseqüência, há uma maior exigência quanto à transparência e a fidedignidade das informações prestadas por estes profissionais. Esta preocupação visa, primordialmente, manter a confiança de empresas, investidores, fornecedores e da sociedade, dentre outras, na responsabilidade ética do contador, denegrida pelo envolvimento nas fraudes detectadas. Desta forma, o presente estudo teve como objetivo verificar a conduta ética dos contadores e técnicos em contabilidade quando, no exercício de suas atividades profissionais, se depararem com questões relacionadas a fraudes. Para tal, são considerados alguns fatores que podem tanto vir a influenciar o processo decisório ético de um indivíduo, demonstrados através do Modelo de tomada de decisão, desenvolvido por Alves, quanto motivar um indivíduo a cometer um ato fraudulento, evidenciados através do Modelo denominado Triângulo da Fraude, desenvolvido por Cressey. Buscando responder a questão norteadora desta pesquisa, executou-se a análise descritiva e estatística dos dados, com a utilização de técnicas não-paramétricas. Para a análise descritiva dos dados foram elaboradas as tabelas de freqüências e calculadas as medidas de posição e dispersão, através do cálculo dos valores da média, moda, mediana e desvio padrão, quando aplicáveis. Em relação à análise estatística dos dados, foram utilizados os testes não-paramétricos de Spearman e a Regressão logística Multivariada. Os resultados demonstraram que a maioria dos profissionais de contabilidade, da amostra pesquisada, reconhece a questão moral inserida nos cenários, discorda dos atos dos agentes de cada cenário e, ainda, classifica esses atos como graves ou muito graves. Entretanto, verificou-se que esses profissionais de contabilidade tendem a ter um posicionamento mais voltado para a teoria teleológica, uma vez que a intenção de agir é influenciada por alguns fatores, como a oportunidade, a racionalização e, principalmente, a pressão. Alguns fatores individuais também apresentaram influência sob o posicionamento ético dos profissionais entrevistados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Ética; Fraude; Modelo de Tomada de Decisão; Triângulo da Fraude

ABSTRACT

Cases of fraud have occurred, often, in the world market. Several are involved in these cases, including the accounting class. The accounting scandals, especially the most famous, such as focusing on companies and Enron WorldCom, kindled to greater concern about the ethical conduct of professional accounting. As a result, there is a greater demand on the transparency and reliability of information provided by these professionals. This concern is aimed, primarily, to maintain the confidence of businesses, investors, suppliers and society, among others, the ethical responsibility of the meter, denigrated by involvement in the fraud detected. Thus, this study aimed to verify the ethical conduct of accountants and accounting technicians in when, in the exercise of their professional activities, are confronted with issues related to fraud. This is considered some factors that can both come to influence the ethical decision making of an individual, demonstrated by the model of decision making, developed by Alves, as a motivated individual to commit a fraudulent act, as evidenced by the model called Triangle of fraud, developed by Cressey. Seeking to answer question guiding this study, performed to exploratory and confirmatory analysis of data, using non-parametric techniques. For exploratory data analysis were made tables of frequencies and calculated the measures of position and dispersion, by calculating the values of average, mode, median and standard deviation, where applicable. For the confirmatory analysis of data, were used non-parametric tests of Spearman and multivariate logistic regression. The results showed that the majority of accounting professionals, the sample, recognizing the moral issue included in the scenarios, disagrees the acts of agents of each scenario, and also classifies such acts as serious or very serious. However, we found that these accounting professionals tend to have a position more toward the teleological theory, since the intention to act is influenced by factors such as opportunity, rationalization and particularly the pressure. Some individual factors also had influence on the ethical position of the professionals interviewed in this research.

Keywords: Ethics, Fraud; Model of Decision Making; Triangle of Fraud

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD: Acumulações Discricionárias

AICPA: *American Institute of Certified Public Accountants*

CEO: *Chief Executive Officer*

CEPC: Código de Ética Profissional do Contabilista

CFO: *Chief Financial Officer*

CFC: Conselho Federal de Contabilidade

COSO: *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*

CRC: Conselho Regional de Contabilidade

CRCRJ: Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro

DCM: Desenvolvimento Cognitivo Moral

DIT: *Defining Issues Test*

EUA: Estados Unidos da América

FEI: *Financial Executives International*

FVI: Fator de Variância de Inflação

IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

Ibracon: Instituto de Auditores Independentes do Brasil

IIA: *Institute of Internal Auditors*

IMA: *Institute of Management Accounting*

MBA: *Master in Business Administration*

NAD: Acumulações não discricionárias

NBC: Normas Brasileiras de Contabilidade

NYSE: *New York Stock Exchange*

PCAOB: *Public Company Accounting Oversight Board*

SEC: *Securities and Exchange Commission*

SOX: *Sarbanes-Oxley*

SPSS: *Statistical Package for the Social Sciences*

UNCTAD: *United Nations Conference on Trade and Development*

VIF: *Variance Inflation Factor*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de tomadas de decisão ética em Contabilidade.....	47
Figura 2 – Triângulo da Fraude	75
Figura 3 – Escala de Fraude.....	80
Figura 4 – Estrutura Integrada de Controle Interno	90
Figura 5 - Tabela-resumo das hipóteses e sub-hipóteses de pesquisa	99
Figura 6 – Distribuição dos respondentes quanto ao nível de escolaridade	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Medidas para a identificação de acumulações discricionárias.....	73
Tabela 2 – Planilha de Codificação de itens de questionário.....	100
Tabela 3 – Frequência do Fator Individual: Idade.....	108
Tabela 4 – Frequência do Fator Individual: Tipo de Registro no CRC	109
Tabela 5 – Frequência do Fator Individual: Período de tempo com registro ativo....	109
Tabela 6 – Frequência do Fator Individual: Posição no mercado de trabalho	110
Tabela 7 – Perfil sócio-econômico dos entrevistados	111
Tabela 8 – Resumo das respostas dos entrevistados.....	116
Tabela 9 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável idade.....	117
Tabela 10 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável gênero.....	118
Tabela 11 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável nível de escolaridade.....	119
Tabela 12 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável tempo de registro no CRC.....	119
Tabela 13 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável posição no mercado de trabalho .	120
Tabela 14 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável tipo de registro no CRC.....	121
Tabela 15 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável pressão	121
Tabela 16 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável oportunidade.....	122
Tabela 17 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável racionalização.....	122
Tabela 18 – Teste de <i>Spearman</i> para a variável punição	123
Tabela 19 – Teste <i>Omnibus</i>	124
Tabela 20 – Testes R^2	125
Tabela 21 – Teste <i>Hosmer e Lemeshow</i>	125
Tabela 22 – Modelo Completo, referente ao Cenário A.....	126
Tabela 23 – Modelo Completo, referente ao Cenário B.....	126
Tabela 24 – Modelo Completo, referente ao Cenário C.....	127
Tabela 25 – Síntese das variáveis que apresentaram significância estatística, por cenário, pelo Modelo Completo.....	127
Tabela 26 – Teste de Colinearidade para o Cenário A	128
Tabela 27 – Teste de Colinearidade para o Cenário B	128
Tabela 28 – Teste de Colinearidade para o Cenário C	129
Tabela 29 – Teste <i>Omnibus</i>	129

Tabela 30 – Testes R^2	130
Tabela 31 - Teste <i>Hosmer e Lemeshow</i>	130
Tabela 32 – Modelo <i>Backward Stepwise</i> , referente ao Cenário A.....	131
Tabela 33 – Modelo <i>Backward Stepwise</i> , referente ao Cenário B.....	131
Tabela 34 – Modelo <i>Backward Stepwise</i> , referente ao Cenário C.....	131
Tabela 35 – Síntese das variáveis que apresentaram significância estatística, por cenário, pelo modelo <i>Backward Stepwise</i>	132

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
	Justificativa	18
	Problema de Pesquisa	19
	Objetivo Geral	20
	Objetivos Específicos	20
	Delimitação do Estudo	21
	Organização do Estudo	21
1.	REFERENCIAL TEÓRICO	23
1.1	Ética e Moral	23
1.1.1	<u>Ética Empresarial</u>	27
1.2	Governança Corporativa	30
1.2.1	<u>Código de Ética Empresarial e Código de Ética Profissional</u>	33
1.2.1.1	Código de Ética Empresarial.....	33
1.2.1.2	Código de Ética Profissional do Contabilista.....	35
1.3	Modelos Teóricos de Tomada de Decisão no Campo da Ética em Negócios	38
1.3.1	<u>Modelo de Rest</u>	39
1.3.2	<u>Modelo de Ferrell e Gresham</u>	40
1.3.3	<u>Modelo de Hunt e Vitell</u>	42
1.3.4	<u>Modelo de Trevino</u>	43
1.3.5	<u>Modelo de Ferrell, Fraedrich e Ferrell</u>	44
1.3.6	<u>Modelo de Jones</u>	45
1.3.7	<u>Modelo de Alves</u>	46
1.4	Principais Fatores do Processo de Tomada de Decisão Ética em Negócios	49
1.4.1	<u>Fatores Individuais</u>	49
1.4.1.1	Idade.....	50
1.4.1.2	Gênero.....	51
1.4.1.3	Desenvolvimento Cognitivo Moral.....	53
1.4.1.4	Filosofia Moral.....	55
1.4.1.5	Educação e Experiência Profissional.....	57
1.4.2	<u>Fatores situacionais</u>	59
1.4.2.1	Cultura Organizacional.....	60

1.4.2.2	Influência do Grupo de Trabalho.....	61
1.4.2.3	Valores.....	62
1.5	Desvio Ético – Fraude.....	64
1.5.1	<u>Fraude e Corrupção.....</u>	<u>64</u>
1.5.1.1	A Fraude e a Contabilidade.....	67
1.5.1.1.1	Gerenciamento de Resultado ou Contabilidade Criativa.....	70
1.5.1.2	Fatores que Motivam a Ocorrência da Fraude.....	74
1.5.1.3	Reação às fraudes.....	81
1.5.1.3.1	Punições evidenciadas na legislação contra alguns tipos de fraudes.....	81
1.5.1.3.2	Lei Sarbanes-Oxley.....	86
2.	METODOLOGIA.....	93
2.1	Hipóteses de pesquisa.....	93
2.2	Tipo e Método de pesquisa.....	95
2.3	Coleta de dados.....	96
2.4	Análise Descritiva e Estatística dos Dados.....	101
3.	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	108
3.1	Análise Descritiva dos Dados.....	108
3.2	Análise Estatística dos Dados.....	116
4.	CONCLUSÃO.....	137
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	142
	APÊNDICE 1 – Questionário da Pesquisa.....	154

*"De tanto ver triunfar as nulidades,
de tanto ver prosperar a desonra,
de tanto ver crescer a injustiça,
de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus,
o homem chega a desanimar da virtude,
a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.*

Rui Barbosa

INTRODUÇÃO

No mundo dos negócios, de forma freqüente, têm sido noticiados casos envolvendo fraudes. Estes casos podem desestabilizar os mercados financeiros mundiais, ocasionar grandes prejuízos não só para a empresa afetada como para instituições financeiras, investidores, fornecedores, e, ainda, impactar, de forma negativa, a sociedade como um todo.

A atuação de diversos profissionais em escândalos envolvendo fraudes provocou uma maior reflexão sobre os papéis destes nos setores da sociedade. Dentre as classes de profissionais envolvidas em tais escândalos, destacam-se os profissionais da classe contábil.

Os escândalos contábeis, sobretudo os mais famosos, como os ocorridos nas empresas Bernard L. Madoff Investment Securities, Tyco International, Ahold, Enron, WordCom, Xerox e Parmalat, acenderam para uma maior atenção em relação à conduta ética dos profissionais de contabilidade.

Cabe ressaltar que a crescente preocupação com a conduta ética dos profissionais supracitados se dá, também, pelo fato de diversos serem os usuários que utilizam as informações contábeis, uma vez que, a contabilidade possui como objetivo básico a elaboração de informações úteis que visam capacitar seus usuários na escolha das melhores decisões (HORNGREN, SUNDEM e STRATON, 2004). Dentre os profissionais que se valem das informações contábeis, destacam-se: os administradores, os empregados em geral, as entidades governamentais, as empresas que emprestam recursos e os agentes econômicos.

As informações geradas pela contabilidade e as decisões referentes à política contábil podem provocar conseqüências, também, para a economia do país. Beaver (1981, p.50) afirma que existem algumas relevantes implicações econômicas referentes às informações contábeis:

- 1) A informação contábil pode afetar a distribuição de riqueza entre investidores. Essa conseqüência decorre do fato de que os investidores mais bem informados podem aumentar a sua riqueza às custas de investidores menos informados;
- 2) A informação contábil pode afetar a percepção dos coeficientes de risco e sua distribuição entre os agentes econômicos;
- 3) A informação contábil pode afetar as taxas de investimentos e consumo em toda a sociedade;
- 4) A informação contábil pode afetar a forma pela qual os investimentos são alocados entre as empresas.

Dessa forma, a categoria contábil necessita estar ciente dos efeitos que pode causar em diversos níveis de atividade, além de modificações na política econômica do país. Por conseguinte, a exigência da transparência e da fidedignidade das informações, prestadas pelo profissional de contabilidade, tem aumentado no mercado mundial. Esta preocupação tem como objetivo primordial manter a confiança de empresas, investidores e da sociedade como um todo, na responsabilidade civil, fiscal, social e ética do contador, denegridas pelo envolvimento nas fraudes detectadas.

Dentre as responsabilidades citadas anteriormente, a conduta ética é considerada essencial para a conservação das profissões. De acordo com o Fipecafi (2007, p.11):

Não há sociedade que progrida com firmeza por muito tempo, que se mantenha politicamente consistente, que ofereça bem-estar social a seus membros, nem profissão que se imponha pelo produto de seu trabalho, que angarie respeito a todos, que se faça reconhecer por seus próprios méritos, sem que esteja a Ética a servir de cimento a fortalecer sua estrutura, de amarras a suportar as tempestades, de alicerce a suportar o crescimento e de raízes e seiva para garantir a sobrevivência dessa sociedade ou dessa profissão. Sem ética a sociedade não se estrutura de forma permanente; e uma profissão também não.

Assim sendo, os profissionais contábeis devem cultivar padrões éticos elevados como condição essencial da sua própria sobrevivência.

Conforme abordado anteriormente, pelo considerável envolvimento da classe contábil em questões antiéticas, torna-se extremamente importante verificar a conduta do profissional de contabilidade ao deparar-se com algumas fraudes, quando no exercício de sua profissão.

Justificativa

Nos últimos anos, comumente, tem sido anunciados ocorrências de fraudes no mercado mundial. Dentre esses escândalos, os que envolveram os profissionais de contabilidade provocaram um aumento dos debates sobre a conduta ética destes profissionais.

Tendo em vista que o objetivo básico da contabilidade, conforme exposto anteriormente, consiste na elaboração de informações proveitosas que auxiliem seus usuários na escolha das melhores decisões (HORNGREN, SUNDEM e STRATON, 2004), a classe contábil necessita ter consciência das conseqüências que pode gerar aos diferentes níveis de atividade, já que diversos são os profissionais que dependem da informação contábil.

“A ética, portanto, tem um papel potencialmente importante a desempenhar na [...] contabilidade. Entretanto, um estudo do papel da teoria da ética na contabilidade ainda está na sua infância”. (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2007, p.150).

Alves (2005, p. 29) informa que o processo decisório ético adotado pelo “profissional de contabilidade em seu dia-a-dia [...] vem constituindo objeto de pesquisa na área contábil, ainda que pouco pesquisado no Brasil”.

Dessa forma, com o aumento de debates relacionados à conduta ética dos contadores, como conseqüência das diversas fraudes envolvendo estes profissionais, e pela escassez, principalmente no Brasil, de pesquisas nesta área, torna-se de capital importância obter conhecimento sobre a conduta individual dos profissionais de contabilidade ao deparar-se com alguns tipos de fraudes.

Problema de Pesquisa

A necessidade de uma melhor transparência e da fidedignidade das informações prestadas pelo profissional da área contábil tem aumentado. Esta preocupação visa nutrir a confiança entre empresas, investidores e a sociedade como um todo, no que diz respeito, dentre outras, à responsabilidade ética do contador, denegrada diante das fraudes detectadas.

Assim, o presente trabalho apresenta o seguinte problema de pesquisa: Como o profissional de contabilidade se posiciona, sob o ponto de vista ético, em relação a dilemas morais, envolvendo fraudes em sua atividade profissional?

Objetivo Geral

O objetivo geral desta dissertação consiste em verificar a conduta ética dos profissionais de contabilidade quando, no exercício de suas atividades profissionais, se depararem com questões relacionadas a fraudes, considerando alguns fatores que podem tanto vir a influenciar o processo decisório ético de um indivíduo, como motivá-lo a cometer um ato fraudulento.

Objetivos Específicos

Os objetivos específicos da presente pesquisa consistem em aferir se:

1.1) A idade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.2) O gênero influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.3) O nível de escolaridade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.4) O tempo de registro no CRC influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.5) A posição no mercado de trabalho influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.6) O tipo de registro no CRC influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.7) A pressão influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.8) A oportunidade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.9) A racionalização do ato influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes;

1.10) A punição influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Delimitação do Estudo

Esta pesquisa foi delimitada pelos seguintes aspectos:

- O objeto da pesquisa submete-se a um segmento específico de uma área profissional existente no Brasil: contadores e técnicos em contabilidade que possuem registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ).

- O campo de estudo restringe-se ao conhecimento do posicionamento, sob o ponto de vista ético, do profissional de contabilidade em relação a algumas fraudes cuja ocorrência no exercício de sua profissão é possível.

- As hipóteses e sub-hipóteses de pesquisa foram operacionalizadas através de três cenários, elaborados na pesquisa, que contemplam determinados dilemas éticos relacionados a algumas fraudes.

- O presente estudo foca a Ética como Ciência e não a Ética especulativa.

Organização do Estudo

A presente pesquisa foi organizada em quatro capítulos, com o propósito de evidenciar alguns assuntos.

No primeiro capítulo, denominado Referencial Teórico, apresentou-se uma revisão da literatura, contendo pesquisas e aspectos sobre a Ética, a Governança Corporativa e a Fraude. Foram apresentados estudos de renomados autores que contribuíram para o crescimento e enriquecimento desse tema, no meio acadêmico.

No Capítulo 2 são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados para o desenvolvimento desta pesquisa empírica.

O terceiro capítulo é reservado para a descrição e análise dos resultados. Neste, os dados coletados são descritos e os resultados são analisados, após serem aplicados os testes estatísticos.

No Capítulo 4 estão apresentadas a conclusão do presente estudo e as sugestões para pesquisas futuras.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico é apresentada a revisão da literatura, brasileira e estrangeira, contendo itens importantes relacionados ao tema em questão. O propósito deste capítulo é de sintetizar conteúdos escritos sobre o assunto pesquisado, ao abordar os principais conceitos envolvendo a Ética, a Governança Corporativa e a Fraude.

1.1 Ética e Moral

A palavra ética origina-se do grego “*ethos*”, a palavra moral do latim “*mos*”. De acordo com a etimologia, ambas possuem o mesmo significado, referindo-se a costumes, à conduta de vida e às regras de comportamento. Por esta razão, freqüentemente, emprega-se, a estas palavras, a mesma definição, intitulando-as como sinônimas. No entanto, existem estudiosos que afirmam que esses termos expressam diferentes significados. Algumas definições oferecidas por diversos autores estão abaixo apresentadas para fundamentar a presente pesquisa.

Chauí (1994, p.340) assegura que ética e moral são termos sinônimos e fazem alusão a um “conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade, e que como tais, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros”.

Para Cortina (2003), a moral e a ética diferenciam-se apenas no sentido de que, enquanto a moral faz parte do dia-a-dia das sociedades e dos indivíduos, e não foi idealizada pelos filósofos, a ética é um saber filosófico. A moral possui “sobrenomes” procedentes da vida social, como, por exemplo, “moral cristã”, “moral islâmica” ou “moral socialista”. A ética possui sobrenomes filosóficos, como, por exemplo, “aristotélica”, “estóica” ou “kantiana”.

Moreira (1999, p.21) assegura que, no mínimo, existem cinco teorias a respeito da concepção dos conceitos éticos, a saber:

- Teoria fundamentalista: propõe que os conceitos éticos sejam obtidos de uma fonte externa ao ser humano, a qual pode ser um livro (como a Bíblia), um conjunto de regras, ou até mesmo outro ser humano;

- Teoria utilitarista: sustentada nas idéias de Jeremy Bentham e John Stuart Mill, para os quais o conceito ético deve ser elaborado "no critério do maior bem para a sociedade como um todo";
- Teoria kantiana: defendida por Emanuel Kant, propõe que o conceito ético seja extraído do fato de que cada um deve se comportar de acordo com princípios universais;
- Teoria contratualista: baseada nas idéias de John Locke e Jean Jacques Rousseau, parte do pressuposto de que o ser humano assumiu com seus semelhantes a obrigação de se comportar de acordo com as regras morais, para poder conviver em sociedade. Os conceitos éticos seriam extraídos, portanto, das regras morais que conduzissem à perpetuação da sociedade, da paz e da harmonia do grupo social;
- Teoria relativista: segundo a qual cada pessoa deveria decidir sobre o que é ou não ético, com base nas suas próprias convicções e na sua própria concepção sobre o bem e o mal. Assim sendo, o que é ético para um pode não o ser para outro.

Além disso, Moreira (1999) afirma que o estudo das teorias supracitadas demonstra que os conceitos éticos necessitam ser elaborados levando em consideração todas essas teorias, mas sem se ater a uma em especial. Cada conceito ético, para ser aceito como tal, precisa, de forma clara, encontrar refúgio em pelo menos uma teoria. Ainda o mesmo autor ressalta que, não existem verdades absolutas ou exatas em matéria de ética, logo, uma constante reflexão torna-se necessária.

Ainda que etimologicamente, conforme anteriormente demonstrado, ética e moral retirem seu sentido de costume (*ethos*, em grego; *mos*, em latim), e que os termos supracitados, em uma linguagem habitual, sejam empregados como sinônimos – referindo-se a um conjunto de regras e normas que devam ser seguidas – alguns pesquisadores afirmam que estes possuem sentidos distintos.

A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. [...] Como ciência, a ética parte de certo tipo de fatos visando descobrir-lhes os princípios gerais. [...] Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis. (VASQUEZ, 2007, p.23).

Silva (2006) afirma que a ética tem sido a reguladora essencial do desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. Sem a ética, ou seja, sem a referência aos princípios básicos, aqueles comuns a todos os povos, nações, religiões, é possível que a humanidade já tivesse se autodestruído.

Para o termo “moral”, Vasquez (2007, p.24) informa que “não é ciência, mas objeto da ciência; e, neste sentido, é por ela estudada e investigada. [...] A moral se refere, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem”. O mesmo autor (2007, p.28) assegura que:

O comportamento moral é próprio do homem como ser histórico, social e prático, isto é, como um ser que transforma conscientemente o mundo que o rodeia; que faz da natureza externa um mundo à sua medida humana, e que, desta maneira, transforma a sua própria natureza.

Assim, a ética possui como fundamento concepções filosóficas que auxiliam o indivíduo a comportar-se dentro de uma sociedade. Por outro lado, a moral atende a um conjunto de regras adotadas pelos indivíduos através de suas atividades práticas.

Segundo Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001, p.6), a ética foi denominada como “estudo e filosofia da conduta humana, com ênfase na determinação do que é certo e do que é errado”. Os mesmos autores (2001, p.49-50) afirmam que:

Filosofia Moral refere-se em particular aos princípios ou regras que o indivíduo emprega para decidir o que é certo ou errado [...] são perspectivas morais ideais que proporcionam princípios abstratos para orientar a vida social do indivíduo.

Para Aranha e Martins (1998, p.117) a ética pode ser observada como “parte da filosofia que se ocupa com a reflexão sobre as noções e princípios que fundamentam a vida moral”; a moral refere-se a “um conjunto de regras de conduta assumidas pelos indivíduos de um grupo social com a finalidade de organizar as relações interpessoais segundo os valores do bem e do mal”.

Srouf (2003, p.32) ressalta que existem três tipos de morais: (1) macrossociais; (2) mesossociais e (3) microssociais.

Existem morais *macrossociais* que recobrem as sociedades como um todo e que servem de balizas às centenas de morais *mesossociais* ou *microssociais*. As morais que não são macrossociais expressam os interesses e as visões de mundo das muitas coletividades que constituem as sociedades: tomas as feições de morais paroquiais, corporativas, profissionais, setoriais, classistas, regionais, étnicas ou confessionais. São modulações daquelas morais macrossociais, formas particulares de interpretar seus temas, ou ainda, variações singulares de suas pautas, espécies de planetas de um mesmo sistema solar. (SROUR, 2003, p.32)

Para melhor elucidar as três morais supracitadas, Srouf (2003, p.49), as exemplifica:

- Nível macrossocial – Consiste na maior coletividade possível do mundo, ou seja, a humanidade. Abaixo desta, vêm civilizações, impérios, nações e religiões.

- Nível mesossocial – São as coletividades com um tamanho intermediário, ou seja, as etnias, as regiões/províncias, as classes sociais, as categorias sociais e os públicos (usuários/consumidores).

- Nível microssocial – Consistem nas coletividades restritas, ou seja, as organizações singulares e suas áreas componentes, e desemboram nas famílias e na menor célula, o indivíduo.

Ainda o mesmo autor, anteriormente citado, (2003, p.31) ressalta que morais consistem em:

Conjuntos de regras de comportamento, códigos de conduta que coletividades adotam, quer sejam uma nação, uma categoria social, uma comunidade religiosa ou uma organização qualquer. [...] A ética opera no plano da reflexão ou das indagações; tem portanto um caráter abstrato formal. As morais, ao reverso, têm um caráter histórico-real, são empíricas e observáveis, constituem a matéria-prima a ser processada. A ética estuda os costumes das coletividades e as morais que procuram conferir consistência a esses modos recorrentes de agir.

Deste modo, para a ética, os seus princípios possuem validade universal, sendo caracterizada por sua generalidade. Já a moral considera necessidades e interesses específicos ocorridos em problemas exclusivos, ou seja, adaptada a cada tipo de sociedade. O que é considerada uma conduta moralmente correta em uma sociedade, por exemplo, pode não ser, necessariamente, em outra.

Em resumo, o comportamento do indivíduo diante de um problema real consiste em um problema prático-moral e não teórico-ético. A ética se percebe na norma, ou seja, o que deveria ser na teoria universal; a moral representa a ação, experiência prática.

“Assim, enquanto a ética se dedica ao estudo dos princípios morais que orientam os grupos humanos em diferentes contextos, a Moral corresponde a um conjunto de regras assumidas pelos membros de um determinado grupo social”. (ALVES, 2005, p.17).

Para Ludícibus (2004, p.26), a Contabilidade, em relação a uma abordagem ética, “deveria apresentar-se como *justa e não enviesada* para todos os interessados. Deveria repousar nas noções de verdade e *fairness*”.

Ressalta-se que, para fins do presente estudo, os termos “ética” e “moral” são aludidos com o mesmo significado, correspondendo aos costumes ou ao conjunto de regras que devam ser adotados por uma sociedade.

Conforme informado anteriormente, o objeto de estudo desta dissertação consiste em profissionais de contabilidade, contadores ou técnicos, com registro ativo no CRCRJ. Desta forma, torna-se importante conceituar os termos “ética” e “moral” focando-se no âmbito empresarial, âmbito este em que muitos dos profissionais de contabilidade estão inseridos. O próximo tópico apresenta a ética em um contexto empresarial.

1.1.1 Ética Empresarial

A conduta ética empresarial, atualmente, tem sido uma das grandes preocupações no mundo dos negócios. Um dos motivos que provocou o aumento dessa preocupação é o avanço de casos de fraudes em empresas, principalmente norte-americanas, nos últimos anos.

Os escândalos recentemente divulgados, que têm envolvido organizações de grande importância nos ramos em que atuam, acabaram provocando uma mudança de postura na cultura das organizações. A busca pela moralidade no ambiente das organizações passou a colocar a Ética Empresarial em voga. Alguns valores que anteriormente não eram objeto de uma atenção especial por parte dos empresários, passaram a se tornar primordiais para a sobrevivência da organização. (COVA, 2004-2005, p.4)

Da mesma maneira, existe, hoje em dia, uma maior atenção em relação a algumas práticas empresariais. Gerou-se a necessidade de uma avaliação mais eficaz destas práticas, verificando se são aceitáveis ou não. Ademais, cabe ressaltar que “as decisões empresariais não são inócuas, anódinas ou isentas de conseqüências: carregam um enorme poder de irradiação pelos efeitos que provocam”. (SROUR, 2003, p.50).

Em um mundo capitalista, o lucro costuma ser o foco maior das empresas. Apesar da preocupação em atingir este foco, a cada dia algumas práticas, que antigamente eram justificadas para a obtenção do lucro, estão sendo questionadas. “A empresa deve equilibrar o lucro com as necessidades e os desejos da sociedade”. (FERREL, FRAEDRICH e FERRELL, 2001, p.7).

Com o mesmo raciocínio, Silva (2006) assegura que a ética afeta tanto os lucros e a confiabilidade das empresas, como a sobrevivência da economia geral. As

organizações precisarão aprender a equacionar a necessidade de obtenção de lucros, de obediência a leis e, ainda, possuir um comportamento ético.

A ética passa a existir para as empresas como um instrumento, imposto pela sociedade, que restringe as ações dos agentes econômicos, de modo que façam exatamente aquilo que eleve o bem-estar de todos os indivíduos, ainda que em detrimento dos interesses da corporação. (ALVES, 2005).

Leisinger e Schimitt (2001, p.22) afirmam que a ética empresarial “reflete sobre as normas e valores efetivamente dominantes em uma empresa, interroga-se pelos fatores qualitativos que fazem com que determinado agir seja um agir ‘bom’”. Já a moral empresarial abrange o “conjunto daqueles valores e normas que, dentro de uma determinada empresa, são reconhecidos com vinculantes”.

A ética empresarial, segundo Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001, p.7), “compreende princípios e padrões que orientam o comportamento no mundo dos negócios”. Os mesmos autores (2000, p.13) asseguram que “Cada vez mais, a boa ética e a boa reputação são consideradas boas práticas empresariais”.

Cabe ressaltar que, para alguns pesquisadores, os termos “ética” e “empresa” dificilmente entram em uma harmonia.

A empresa se rege pela racionalidade estratégica, enquanto que a ética se atém à comunicativa [...]. Só se superarmos tais obstáculos expondo as razões pelas quais a ética empresarial é possível e necessária, poderemos continuar com nossa tarefa. (CORTINA, 2005, p.75).

É importante destacar que muitos são os conflitos éticos gerados dentro de um ambiente empresarial. Para manter uma boa reputação, perante seus usuários e à sociedade como um todo, torna-se indispensável que a empresa desenvolva uma cultura baseada na conduta ética.

O que um indivíduo ou uma organização pensam sobre um dado comportamento, não importa; se a sociedade, com ou sem razão, o avalia como antiético, esta avaliação pode afetar negativamente a continuidade da empresa. Por esse motivo, apenas, torna-se essencial compreender a ética empresarial e reconhecer a existência de questões éticas. (FERRELL, FRAEDRICH e FERRELL, 2001).

[...] em um mundo globalizado, no qual a competição muitas vezes resvala para a concorrência desleal, em que a capacidade de ação da cidadania militante ganha dimensão inédita, adotar um posicionamento responsável tem muito a ver com a sobrevivência das empresas e, certamente, pode vir a ser uma vantagem diferencial entre elas. [...] Atos considerados imorais ou inidôneos pela coletividade deixaram de ser encobertos e tolerados. A sociedade civil passou a exercer pressões eficazes sobre as empresas. (SROUR, 2003, p.14 e 58)

As questões éticas ocorridas dentro de um ambiente empresarial, geralmente, são provocadas por conflitos de interesses e/ou crenças entre os envolvidos. Ou seja, quando há conflitos entre os valores do indivíduo, os valores da organização em que ele trabalha e da sociedade em que ele habita. No entanto, cabe ressaltar que nem sempre os dilemas de natureza ética, ocorridos dentro de uma organização, são claros e bem determinados.

É comum, tanto em sociedades distintas como em uma mesma sociedade, pessoas diferentes enxergarem determinado fato através de óticas diferenciadas, muitas vezes conflitantes. (FIPECAFI, 2007).

“Quando uma ação for claramente não-ética e outra alternativa for claramente ética, os gestores e os contadores não deverão ter dificuldades em escolher entre elas. Infelizmente, a maioria dos dilemas éticos não são bem definidos”. (HORNGREN, SUNDEM e STRATTON, 2004, p.21).

Além dos conflitos de interesse ou crença, existe o denominado “conflito de agência”, que segundo o IBGC (site) decorre da:

separação entre a propriedade e a gestão empresarial. Nesta situação, o proprietário (acionista) delega a um agente especializado (executivo) o poder de decisão sobre sua propriedade. No entanto, os interesses do gestor nem sempre estarão alinhados com os do proprietário, resultando em um conflito de agência ou conflito agente-principal.

Com objetivo de superar este “conflito de agência”, surgiu a Governança Corporativa, que também visa estimular à conduta ética nas organizações. Um instrumento muito utilizado com intuito de amenizar não só os conflitos de agência, como, também, os conflitos de interesse ou crença, além de apoiar gerencialmente a Governança Corporativa, é o Código de Ética.

A Governança Corporativa e os Códigos de Ética Empresariais e Profissionais estão evidenciados nas subseções seguintes.

1.2 Governança Corporativa

A Governança Corporativa, apesar de não ser um tema recente, explodiu como um dever de casa para as diretrizes das maiores corporações após os escândalos financeiros da Enron e WordCom, principalmente. Se eficaz, o incremento dos mecanismos de governança ofereceria uma garantia de que a liderança seria eficiente, honesta, responsável e transparente. (UNCTAD, 2004).

A partir da década de 90 observa-se o crescimento da importância da governança corporativa e o desenvolvimento de estudos empíricos sobre o tema, que ganha destaque na mídia internacional a partir de escândalos financeiros [...] e gera reflexões sobre a relação entre [...] a ética dos gestores. (SAVOIA, SAKO e SAITO, 2007, p.25).

Governança corporativa, segundo Cardoso (2006 e 2008) consiste nas relações entre três representantes: o conselho de administração, os gerentes, e os acionistas, em três dimensões: vertical, horizontal e externa. Ainda o mesmo autor informa que a dimensão vertical dedica-se ao efetivo alinhamento dos CEO's com os interesses dos acionistas; a dimensão horizontal refere-se ao oportunismo dos controladores em relação aos não controladores. Estas duas dimensões são decorrentes da existência de assimetria de informação entre os aludidos agentes. A dimensão externa refere-se à legitimidade da firma na sociedade.

A Governança Corporativa foi desenvolvida tendo como objetivo principal a diminuição dos conflitos que possam vir a ocorrer dentro do meio empresarial, quando há algum tipo de relacionamento de agência. (IBGC, site).

Ressalta-se que o relacionamento de agência ocorre quando há um contrato onde um ou mais indivíduos – o principal – nomeiam outro indivíduo – o agente – para desempenhar tarefas e tomar decisões em seu nome. Se ambas as partes – principal e agente –, agem visando a maximização de seus proveitos pessoais é possível que o agente não atue visando o melhor interesse do principal, iniciando, desta forma, um conflito de interesse, denominado conflito de agência. (JENSEN e MECKLING, 1976).

Savoia, Sako e Saito (2007, p.26), afirmam que os conflitos de agência ocorrem “[...] em qualquer ocasião em que há transferência, ou delegação, dos direitos de propriedade entre os indivíduos [...]”.

Apesar deste tipo de conflito englobar, normalmente, o acionista e o executivo, La Porta et al. (2000) assegura que o conflito de agência mais usualmente encontrado ocorre entre acionistas majoritários e minoritários.

Davis (2005, p.143) afirma que a Governança Corporativa descreve, ainda, “as estruturas, processos e instituições dentro e em torno de organizações que atribuem poder e controle de seus recursos entre os participantes¹”.

“A Governança Corporativa constitui um sistema que envolve aspectos legais, institucionais e de controle interno, abrangendo a gestão de uma organização seja qual for seu porte e sua atividade operacional”. (RAMOS, 2005, p.5).

Silva (2006, p.1) informa que o conceito de governança corporativa possui, em última análise, um objetivo maior: “o de criar condições para uma organização mais racional, ética e pluralista da economia e da sociedade como um todo”.

Ainda o mesmo autor supracitado, Silva (2006), ressalta que a governança corporativa consiste em um conjunto de práticas que visa aperfeiçoar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando, assim, o acesso ao capital.

De acordo com o IBGC (2007, p.9-10), a empresa que adota as boas práticas de governança corporativa possui como princípios básicos, a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa, a saber:

TRANSPARÊNCIA

Mais do que "a obrigação de informar", a Administração deve cultivar o "desejo de informar", sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida, resulta um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros. A comunicação não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, mas deve contemplar também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação empresarial e que conduzem à criação de valor.

EQÜIDADE

Caracteriza-se pelo tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, sejam do capital ou das demais "partes interessadas" (stakeholders), como colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.

¹ Corporate governance describes the structures, processes, and institutions within and around organizations that allocate power and resource control among participants

PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)

Os agentes da governança corporativa devem prestar contas de sua atuação a quem os elegeram e responder integralmente por todos os atos que praticarem no exercício de seus mandatos.

RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Conselheiros e executivos devem zelar pela perenidade das organizações (visão de longo prazo, sustentabilidade) e, portanto, devem incorporar considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações. Responsabilidade Corporativa é uma visão mais ampla da estratégia empresarial, contemplando todos os relacionamentos com a comunidade em que a sociedade atua. A "função social" da empresa deve incluir a criação de riquezas e de oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho, estímulo ao desenvolvimento científico por intermédio de tecnologia, e melhoria da qualidade de vida por meio de ações educativas, culturais, assistenciais e de defesa do meio ambiente. Inclui-se neste princípio a contratação preferencial de recursos (trabalho e insumos) oferecidos pela própria comunidade.

Para cumprir tais princípios, de acordo com o IBGC (site), o Conselho de Administração, necessita desempenhar seu papel, estabelecendo estratégias para a organização, elegendo e destituindo o principal executivo, fiscalizando e julgando a *performance* da gestão e escolhendo a auditoria independente.

Vieira (2003, p.7) cita que:

[...] o objetivo central do Código Brasileiro de Melhores Práticas de Governança Corporativa é indicar para todos os tipos de empresas (sociedades anônimas de capital aberto ou fechado, limitadas ou sociedades civis) os caminhos a serem seguidos, de modo a permitir melhorar o seu desempenho empresarial e econômico; e viabilizar a obtenção de novos recursos financeiros na forma de capital próprio (equity), sendo linhas centrais do Código a transparência, a prestação de contas, a equidade e a ética. Quanto à ética, em obediência ao conceito de boas práticas de governança corporativa, além do respeito às leis do País, toda empresa deve ter uma definição clara de seus valores e dos princípios de ética relacionados ao seu tipo de negócio.

Desta forma, um instrumento muito utilizado para auxiliar a boa Governança Corporativa, conforme informado anteriormente, é o Código de Conduta Ética, tanto Empresarial, que deverá ser seguido por todos os funcionários da organização, visando à ética nas suas tomadas de decisão, quanto o Profissional, que rege as regras da classe profissional a que está vinculado, caso seja profissão regulamentada.

Toda a empresa, inserida no conceito das melhores práticas de governança corporativa, além de respeitar às leis do país, deve possuir um código de ética que envolva toda a sua administração e seus funcionários, elaborado pela diretoria e aprovado pelo conselho de administração. (ARANHA, 2002).

O Código de Ética Empresarial e o Código de Ética Profissional estão apresentados, respectivamente, nas subseções a seguir.

1.2.1 Código de Ética Empresarial e Código de Ética Profissional

Os Códigos de Ética consistem em um instrumento utilizado com intuito de apresentar os direitos e deveres da sua classe de usuários, além das sanções aplicadas pela não adoção do aludido código.

1.2.1.1 Código de Ética Empresarial

O Código de Ética adotado por uma empresa pode ser entendido como a Lei Maior desta empresa, ou seja, sua Constituição, que reflete sua cultura, valores e princípios, elucida suas responsabilidades éticas, sociais e ambientais junto aos vários grupos e indivíduos que interagem, direta ou indiretamente, no dia-a-dia dos negócios. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA NOS NEGÓCIOS, SITE).

Assim, os códigos de ética “comunicam” aos empregados da organização a que se referem, quais são os padrões de conduta aceitáveis ou inaceitáveis, sendo ancorado na cultura e valores de cada organização.

O Código deve ser específico e claro o bastante para poder, de forma razoável, coibir a má conduta. Não são admissíveis códigos de natureza geral, no nível de “não prejudicar” ou “ser leal e honesto”. É necessário que a companhia oriente, suficientemente, o empregado para que evite os riscos associados à sua linha especial de negócios. (FERRELL, FRAEDRICH e FERRELL, 2001).

O Código de Ética consiste em um modelo de conduta para diferenciadas visões e experiências sobrepostas às atividades empresariais complexas. Tem como missão a padronização e formalização do entendimento da empresa em seus variados relacionamentos e operações, impedindo que julgamentos individuais desvirtuem, impeçam ou restrinjam a total aplicação dos princípios. O modo de fazer com que o código seja seguido envolve a criação de um Programa de Ética formado por: treinamento de implantação e reciclagem dos conceitos constantes no Código, no mínimo anualmente; prática de um sistema de revisão e averiguação do real cumprimento; criação de um canal de comunicação que visa receber e processar

relatos de empregados ou não, sobre eventuais infrações; tomada de atitudes corretivas ou punitivas, caso haja a comprovação da infração; luta transparente contra os concorrentes antiéticos, se necessário em juízo, com publicação interna das ações e resultados. (MONTEIRO; ESPIRITO SANTO; BONACINA, 2005).

Mercier (2004, p.98) ressalta que o uso de um Código de Ética nas empresas apresenta as seguintes vantagens:

1. Ajudar a difundir os elementos da cultura organizacional, servindo de guia para as situações ambíguas;
2. Melhorar a reputação da empresa;
3. Oferecer proteção e defesa contra os processos judiciais;
4. Melhorar a performance da empresa;
5. Melhorar o comportamento dos empregados (fidelidade, honestidade);
6. Permitir criar um clima de trabalho integral e de excelência;
7. Regulamentar estratégias para evitar erros em matéria de ética;
8. Catalisar as mudanças da organização;
9. Incitar comportamentos positivos;
10. Ajudar a satisfazer a necessidade dos investidores que querem realizar negócios éticos e
11. Ajudar a proteger os dirigentes de seus subordinados e vice-versa.

Silva (2006, p.91) garante que existem princípios básicos que devem ser incluídos nos códigos de ética empresariais, sendo alguns deles:

- Não proceder em relação à concorrência com deslealdade.
- Não utilizar nenhum tipo de prática que possa criar condições artificiais de mercado.
- Não devem ser usados pelos funcionários recursos monetários, instalações ou qualquer outro recurso da empresa com finalidades pessoais.
- Não deve ser permitido que os funcionários recebam presentes, empréstimos ou favores de fornecedores ou outras instituições com as quais a empresa tenha negócios.
- O funcionário de qualquer nível hierárquico não deve usar ou divulgar informações confidenciais ou novas oportunidades de negócios da empresa como forma de ganhar dinheiro ou beneficiar terceiros.
- Os controles internos devem ser eficazes, de maneira a garantir a execução das transações conforme os procedimentos estabelecidos.
- Todos os diretores, gerentes e funcionários são responsáveis pelo cumprimento dos princípios definidos pela empresa.
- O funcionário deve ter uma atitude firme e clara diante de algum colega que porventura estiver desviando-se de alguma prática. [...]

Para que seja aproveitado de forma eficiente, além da necessidade de ser muito bem elaborado, com uma estrutura clara e eficaz, torna-se indispensável que os usuários do código de ética entrem em um consenso sobre o conteúdo deste, de forma que seus princípios atinjam a todos os membros da organização.

A adoção, apenas, do Código de Ética por parte das empresas não certifica que seus funcionários agirão de forma ética em relação à empresa ao deparar-se com conflitos desta natureza. Torna-se necessário que a organização adote medidas repressivas para aqueles empregados que, por ventura, venham a adotar uma conduta antiética, na visão da empresa, quando inseridos em situações que contemplam dilemas éticos. DeConinck e Lewis (1997, p.497) em suas pesquisas

observaram que “quando a gerência recompensa um comportamento, é provável que este seja repetido, quando o comportamento é punido, não é provável que seja repetido.”².

A impunidade favorece, indiscutivelmente, comportamentos não éticos, praticados por pessoas ou organizações. [...] e assim fica estabelecida a confusão entre o que pode e o que não pode, entre fazer o bem e fazer o mal, entre o que é bom e o que é mau, para o ser humano. A impunidade reforça o dano geral, privilegiando interesses individuais ou de grupos. (SILVA, 2003, p.4).

Quando as ações incorretas não são punidas, dá-se a impressão de que a organização não está verdadeiramente preocupada com a ética. Assim, torna-se necessário punir o funcionário que praticou um ato antiético.

1.2.1.2 Código de Ética Profissional do Contabilista

Além dos Códigos de Ética Empresarial, existem também os Códigos de Ética Profissional, ou seja, aqueles desenvolvidos para profissões regulamentadas por lei.

[...] a ética é ainda indispensável ao profissional, porque na nação humana **o fazer e o agir** estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão, enquanto o agir se refere à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão. (SILVA, 2006, p.90, grifo do autor)

Jakubowski *et al.* (2002, p.112) afirmam que os códigos de ética profissionais “são geralmente estabelecidos pelas organizações profissionais destinadas a promover a confiança do público na qualidade dos serviços prestados pelos membros da profissão [...]”³. Esses códigos profissionais “[...] identificam quais os comportamentos que a profissão considera aceitáveis e inaceitáveis para os membros, no decurso do seu trabalho [...]”⁴ e, de forma freqüente, “[...] fornecem explicitamente alguns dos critérios utilizados para avaliar a conduta dos indivíduos

² when management rewards behavior, it is likely to be repeated, while behavior that is punished is not likely to be repeated.

³ are usually established by professional organizations to promote public confidence in the quality of the services rendered by members of the profession, [...].

⁴ [...] identify what behavior the profession considers acceptable and unacceptable for members in the course of their work.

na profissão. Eles também fornecem informações aos membros sobre como os problemas e dilemas éticos podem ser abordados”⁵.

“Apesar de o código de ética profissional servir para coibir procedimentos antiéticos, este não é seu principal objetivo. Seu objetivo primordial é expressar e encorajar o sentido de justiça e decência em cada membro do grupo organizado”. (FIPECAFI, 2007, p.59).

[...] a atitude dos profissionais em relação às questões éticas pode ser a diferença entre o seu sucesso e o seu fracasso. Basta um deslize, uma escorregadela, e pronto. A imagem do profissional ganha, no mercado, a mancha vermelha da desconfiança. (JACOMINO, 2000, p.28).

A categoria contábil, objetivando o aumento da credibilidade de sua profissão, construiu o Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC), através da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 803. Segundo seu artigo 1º, este “Código de Ética Profissional tem por objetivo fixar a forma pela qual se devem conduzir os Contabilistas, quando no exercício profissional”.

Os códigos de conduta dos contabilistas oferecerem diretrizes para o comportamento apropriado na profissão. Para os contabilistas, assim como em outras profissões, os códigos constituem a mais concreta forma cultural na qual as profissões reconhecem suas obrigações sociais. (ABBOTT, 1983).

Através de suas regras, o CEPC assessora a classe contábil, no exercício de sua profissão, ao deparar-se com conflitos éticos. No entanto, apesar de ter como um dos objetivos a melhoria da resolução dos conflitos de interesses, a existência do Código de Ética, não garante que os profissionais, por exemplo, irão segui-lo. Alves (2005, p. 224) elaborou uma pesquisa empírica cuja finalidade consistiu em avaliar as percepções do profissional da área contábil com relação ao seu Código de Ética. Os resultados demonstraram que “[...] apenas 44,4% dos contabilistas se dispõem a cumprir totalmente o Código, mesmo que discordem parcial ou totalmente de suas normas”.

Ainda segundo o mesmo autor (2005, p.13) “A classe contábil, de maneira majoritária, deve concordar em seguir tais regras, para que todos se sintam obrigados a cumprir o Código”.

⁵ [...] explicitly some of the criteria used for assessing the conduct of individuals in the profession. They also provide information to members on how ethical problems and dilemmas may be addressed.

O CEPC contém princípios de natureza ética que se aplicam aos seus profissionais. De forma resumida, o Fipecafi (2007, p.61) informa que esses princípios dizem respeito a:

- a. responsabilidade, perante a sociedade, de atuar com esmero e qualidade, adotando critério livre e imparcial;
- b. lealdade, perante o contratante dos serviços, guardando sigilo profissional e recusando tarefas que contrariem a moral;
- c. responsabilidade para com os deveres da profissão mesma (aprimoramento técnico, inscrição nos órgãos de classe etc.);
- d. preservação da imagem profissional, mantendo-se atualizado em relação às novas técnicas de trabalho, adotando, igualmente, as mais altas normas profissionais de conduta. O contador deve contribuir para o desenvolvimento e difusão dos conhecimentos próprios da profissão. O respeito aos colegas deve ser observado.

Sirgy, Siegel e Johar (2005, p.216) elaboraram uma pesquisa sobre a adoção de um Código de Ética pelos docentes da área contábil. Nesta, eles afirmam que este código deve conter as seguintes características:

- promover a consciência, o exame, e o debate das questões éticas na universidade da contabilidade;
- fornecer um guia útil para que os educadores da contabilidade realcem a conduta ética no ensino, na pesquisa, no serviço, e na administração;
- sensibilizar os potenciais educadores da contabilidade (por exemplo, estudantes doutores da contabilidade) sobre questões éticas relacionadas à profissão acadêmica da contabilidade;
- fornecer uma base para a avaliação de desempenho, incluindo processos disciplinares para violações;
- facilitar a desenvolver um ambiente da sala de aula que promova a sinceridade, o respeito, e o tratamento justo dos estudantes; e
- suportar objetivos institucionais no trabalho com a comunidade empresarial.⁶

Existem ainda, alguns padrões de conduta ética promulgados pelo *Institute of Management Accounting (IMA)*, que devem ser seguidos pelos profissionais de contabilidade gerencial e de gestão financeira.

“Os profissionais de contabilidade gerencial e de gestão financeira não devem cometer atos contrários a esses padrões, nem condoer-se ou tolerar tais atos por parte de outros dentro de suas organizações” (HORNGREN, SUNDEM, STRATTON, 2004, p.22).

⁶ •to promote awareness, discussion, and debate of ethical issues in accounting academe;
 •to provide a helpful guide for accounting educators to enhance ethical conduct in teaching, research, service, and administration;
 •to sensitize potential accounting educators (e.g., doctoral students in accounting) about ethical issues related to the academic accounting profession;
 •to provide a basis for performance evaluation, including disciplinary processes for breaches;
 •to facilitate developing a classroom environment that promotes openness, respect, and fair treatment of students; and
 •to support institutional objectives in working with the business community.

De forma resumida, esses padrões auxiliam os profissionais de contabilidade na identificação de um comportamento antiético, além da resolução perante um conflito ético.

Conforme exposto, a conduta ética tem se tornado uma das grandes preocupações no ambiente empresarial, ambiente este que abrange muitos dilemas, conflitos ou questões éticas. Visando analisar os o processo decisório do indivíduo, ao deparar-se com dilemas éticos, alguns estudiosos elaboraram modelos teóricos. A próxima subseção evidencia, de forma resumida, os principais modelos teóricos de tomada de decisão existentes na literatura.

1.3 Modelos Teóricos de Tomada de Decisão no Campo da Ética em Negócios

A decisão tem o propósito de selecionar uma alternativa, dentre um conjunto de cursos alternativos de ação, julgada melhor para atingir algum objetivo. As decisões variam entre rotineiras e não-rotineiras. (HORNGREN, SUNDEM e STRATTON, 2004).

O processo de tomada de decisão parte do pressuposto de que o indivíduo que toma a decisão é racional, fazendo escolhas consistentes, maximizando o valor dentro de limitações específicas. (ROBBINS, 2001).

Existem diversos modelos teóricos elaborados por estudiosos, objetivando a identificação dos principais aspectos referentes ao processo de tomada de decisão ética. Com relação à criação desses modelos, O'Fallon e Butterfield (2005, p.375) afirmam que:

Durante meados de 1980 e início de 1990, o campo da ética descritiva foi avançado por uma série de modelos teóricos (por exemplo, Jones, 1991; Rest, 1986; Trevino, 1986). Estes modelos são geralmente construídos sobre a estrutura original de Rest (1986), o qual vê o processo de decisão moral como envolvendo quatro componentes básicos, ou etapas - identificar a natureza moral de uma questão, fazer um julgamento moral, estabelecer a intenção moral, e engajar-se a ação moral.⁷

⁷ During the mid 1980s and early 1990s, the field of descriptive ethics was advanced by a number of theoretical models (e.g., Jones, 1991; Rest, 1986; Trevino, 1986). These models generally built on Rest's (1986) original framework, which views moral decision-making as involving four basic components, or steps – identifying the moral nature of an issue, making a moral judgment, establishing moral intent, and engaging in moral action.

Os modelos foram desenvolvidos como uma forma de prover uma base teórica cujo objetivo consiste em justificar as ações dos indivíduos dentro de um ambiente organizacional. Porém torna-se importante ressaltar que estes modelos podem não ser aplicáveis em algumas circunstâncias pela complexidade destas.

Segundo Malhotra e Miller (1998) variados modelos teóricos que visam à tomada de decisão têm sido desenvolvidos, entretanto, nenhum deles ainda foi anunciado como definitivo.

Dentre os modelos teóricos, de tomada de decisão, existentes, encontram-se os elaborados pelos seguintes estudiosos: Rest; Ferrell e Gresham; Hunt e Vitell; Trevino; Ferrell, Fraedrich e Ferrell; Jones e Alves. O presente estudo aborda estes modelos, sucintamente, demonstrando as principais características de cada um.

Cabe ressaltar que esses modelos auxiliam a compreensão das condições que favorecem a fraude, cuja análise é objeto desta dissertação.

1.3.1 Modelo de Rest

O modelo de Rest é baseado no modelo de Kohlberg que se fundamentou em estudos elaborados por Piaget, na década de 30. De forma resumida, Kohlberg, em seu modelo, desenvolveu seis estágios seqüenciais, relacionados ao Desenvolvimento Cognitivo Moral do indivíduo.

Rest expandiu o modelo proposto por Kohlberg desenvolvendo uma adaptação do processo de julgamento moral, principalmente no que diz respeito à criação de uma escala contínua, o Defining Issues Test (DIT), com base em casos que requerem do indivíduo uma decisão a respeito de um dilema moral em que ele venha a ser envolvido no seu dia-a-dia. (ALVES, 2005, p.43)

Segundo Fraedrich, Thorne e Ferrell (1994, p.829) o “Defining Issues Test, desenvolvido por Rest (1979), é um construto de medida amplamente utilizado para testar empiricamente a teoria do Desenvolvimento Cognitivo Moral de Kohlberg”.⁸

⁸ Defining Issues Test, developed by Rest (1979), is a widely used measurement construct for empirically testing Kohlberg’s theory of cognitive moral development.

A DIT é um teste objetivo de reconhecimento que está relacionado com o modo como as pessoas em diferentes fases de desenvolvimento escolhem diferentes indicações como representantes da mais importante questão em um dilema moral.⁹ (TREVINO, 1986, p.606)

O modelo elaborado por Rest, segundo Alves (2005), pressupõe que o processo decisório ético ocorra em quatro etapas:

(1) reconhecimento da questão ética – o indivíduo deve reconhecer que determinado fato possui uma questão ética envolvida para iniciar o processo de tomada de decisão;

(2) julgamento – o indivíduo irá julgar a conduta mais correta;

(3) intenção – o indivíduo irá decidir agir ou não de acordo com o seu julgamento; e

(4) comportamento – refere-se à ação efetiva que o indivíduo terá em relação ao dilema ético.

Rest indica que o sucesso em um estágio não sugere, necessariamente, sucesso em algum outro. Um indivíduo que tenha um senso de julgamento moral bem adiantado não tomará, essencialmente, uma grande decisão para atuar moralmente (JONES, 1991).

Apesar de ser aplicado em muitos estudos que envolvam o desenvolvimento moral, no Brasil, de acordo com Alves (2005), o DIT não é muito estudado nas áreas de Contabilidade e Administração.

1.3.2 Modelo de Ferrell e Gresham

Ferrell e Gresham (1985) afirmam que os indivíduos não possuem percepções éticas idênticas, logo irão adotar formas distintas para a tomada de decisão.

De acordo com Ferrell, Gresham e Fraedrich (1989, p.58) o modelo “descreve em primeira ordem uma interação entre a natureza da situação ética e as

⁹ The DIT is an objective recognition test that is concerned with how people at different developmental stages choose different statements as representing the most important issue in a moral dilemma.

características associadas ao indivíduo, outros significantes, e a oportunidade de acoplar ao comportamento antiético”.¹⁰

Os autores deste modelo acreditam que os indivíduos que possuem uma maior oportunidade para cometer um ato antiético, são os mais prováveis de fazê-lo. Alves (2005, p.48), demonstra uma situação que elucida o pensamento dos autores do modelo em questão:

Se, por exemplo, no círculo interno de relacionamento do tomador de decisões no ambiente de trabalho houver pessoas cujo comportamento é antiético, a tendência é de que o tomador de decisões será influenciado pelas condutas incorretas dessas pessoas.

Ademais, Ferrell e Gresham também crêem que quanto maior a recompensa ou menor o castigo, maior é a probabilidade de um indivíduo ter um comportamento antiético.

Em uma pesquisa elaborada por Trevino e Ball (1992) os resultados demonstraram que, embora os empregados possam se comportar antieticamente, se seu comportamento for recompensado ou impune, a punição pode diminuir o comportamento antiético. Para esses estudiosos o castigo severo pode fazer com que um empregado espere uma disciplina semelhante no futuro, além de desencorajar outros empregados ao exercício de um comportamento antiético semelhante. Logo, a forma como os gerentes irão reagir em relação ao comportamento antiético do empregado influenciará o comportamento futuro destes e de outros empregados.

A maior preocupação, inserida neste modelo, não está relacionada ao julgamento do ato como ético ou não, mas sim com os determinantes do comportamento no processo de tomada de decisão, que, segundo Ferrell e Gresham (1985), consistem, entre outras, nas seguintes variáveis: experiência profissional, idade, gênero, fatores pessoais e negociais, e influências internas e externas. Os mesmos estudiosos afirmam que esses determinantes devem ser avaliados, pois influenciarão, notoriamente, o processo de tomada de decisão ética do indivíduo.

¹⁰ describes a first-order interaction between the nature of the ethical situation and the characteristics associated with the individual, significant others, and the opportunity to engage in unethical behavior.

1.3.3 Modelo de Hunt e Vitell

Hunt e Vitell (1986) desenvolveram a Teoria Geral da Ética em Marketing com objetivo de explicar o processo de tomada de decisão para situações que demandem o julgamento ético. (FERRELL, GRESHAM e FRAEDRICH, 1989).

A "teoria geral de ética do marketing" foi proposta por Hunt e Vitell (1986) para explicar como uma pessoa toma uma decisão quando confrontado com um problema ético. [...] De acordo a teoria, uma pessoa deve primeiro perceber que existe uma situação ética antes de analisar possíveis soluções para resolver o dilema ético. Se a existência de um problema ético é percebida, o indivíduo, em seguida, avalia várias alternativas para resolver o problema ético.¹¹ (DECONINCK e LEWIS, 1997, p.498).

Os estudiosos desse modelo afirmam que a filosofia moral consiste em um fator determinante no processo de tomada de decisão ética. Segundo Hunt e Vitell, após o indivíduo identificar um dilema moral, este irá proceder sobre duas avaliações baseadas na filosofia moral: avaliação deontológica e avaliação teleológica.

Na avaliação deontológica o indivíduo avalia o acerto ou o erro inerente aos comportamentos implícitos em cada alternativa. O processo envolve comparar os comportamentos com um jogo de normas deontológicas predeterminadas, representando valores ou regras pessoais de comportamento.¹² (Hunt e Vitell, 1986, p.9).

A avaliação teleológica induz o indivíduo a adotar a alternativa que, em sua opinião, trará as melhores conseqüências para ele próprio ou para os envolvidos na questão moral. (ALVES, 2005).

“Por último, Hunt e Vitell sugerem que o indivíduo irá avaliar as reais conseqüências da alternativa escolhida. Estas conseqüências dão base para a construção de uma experiência profissional”.¹³ (FERRELL, GRESHAM e FRAEDRICH, 1989, p.60).

¹¹ A “general theory of marketing ethics” was proposed by Hunt and Vitell (1986) to explain how an individual makes a decision when confronted with an ethical problem. [...]According to the theory, a person must first perceive that an ethical situation exists before examining possible solutions to resolve the ethical dilemma. If an ethical problem is perceived to exist, the individual then evaluates various alternatives to resolving the ethical problem.

¹² In the deontological evaluation the individual evaluates the inherent rightness or wrongness of the behaviors implied by each alternative. The process involves comparing the behaviors with a set of predetermined deontological norms, representing personal values or rules of behavior.

¹³ Finally, Hunt and Vitell propose that the individual will evaluate the actual consequences of the selected alternative. These consequences feed back into the construct of personal experience.

1.3.4 Modelo de Trevino

A proposta do modelo de Trevino (1986) é que a ética, na tomada de decisão na organização, é explicada pela influência mútua dos componentes individuais e situacionais.

O indivíduo reage a um dilema ético a partir dos itens determinados por seu estágio de desenvolvimento moral cognitivo. O estágio de desenvolvimento moral cognitivo dos indivíduos determina como um indivíduo pensa sobre os dilemas éticos, seu processo de decisão do que é certo ou errado em uma situação.¹⁴ (TREVINO, 1986, p.602).

No entanto, a autora afirma que os itens ou componentes sobre acertos e erros não são suficientes para explicar ou predizer a tomada de decisão ética. Para determinar como um indivíduo, provavelmente, se comportará ao deparar-se com um dilema ético, Trevino (1986) relata que o componente cognitivo terá que ser interagido com variáveis situacionais e individuais.

Trevino (1986) expõe como fatores individuais, que influenciam na tomada de decisão de um indivíduo, os seguintes:

- 1) Força interior – Relacionada com a força que um indivíduo possui para se auto-regular;
- 2) Campo de dependência – Os dilemas possuem natureza ambígua. Os dilemas éticos em empresas são normalmente envolvidos com referências externas. Estas referências provêm informações que auxiliam a remover essas ambigüidades;
- 3) Locus de controle – Relaciona-se com a percepção do indivíduo quanto ao controle sobre ocorrências em sua vida.

Trevino (1986) informa que os moderadores situacionais subdividem-se em cultura organizacional, que influencia os pensamentos e conduz o comportamento, e contexto imediato do trabalho.

¹⁴ The individual reacts to an ethical dilemma with cognitions determined by his or her cognitive moral development stage. The individual's cognitive moral development stage determines how an individual thinks about ethical dilemmas, his or her process of deciding what is right or wrong in a situation.

Como conclusão de seu estudo, Trevino (1986) assegura que a cognição juntamente com as variáveis individuais e situacionais influencia o comportamento ético ou antiético do indivíduo.

1.3.5 Modelo de Ferrell, Fraedrich e Ferrell

O modelo de Ferrell, Fraedrich e Ferrell é específico para tomada de decisões éticas em empresas nas quais existe ambiente de trabalho em grupo. Destaca-se a importância de uma abordagem específica para este tipo de ambiente, visto que comumente, os indivíduos em seus trabalhos se encontram sobre pressão e não possuem a mesma liberdade como, por exemplo, em um ambiente familiar. (FERRELL, FRAEDRICH e FERRELL, 2001).

Os principais componentes deste modelo, de acordo com Alves (2005, p.62), são os seguintes:

[...] a gravidade da questão ética, os fatores individuais e a cultura organizacional. Esses três componentes se inter-relacionam e influenciam as avaliações e as intenções éticas da empresa, a qual, por sua vez, direciona o comportamento ético ou antiético.

Jones (1991) informa que a gravidade da questão diz respeito à importância que ela se reveste para o tomador da decisão.

“A gravidade atribuída à questão reflete a sensibilidade ética da pessoa ou do grupo de trabalho e inicia o processo de tomada de decisão”. (FERRELL, FRAEDRICH e FERRELL, 2001, p.94).

Além da gravidade da questão ética, os fatores individuais, em especial o desenvolvimento moral cognitivo proposto por Kohlberg, também exerce importante papel na tomada de decisão, ao propor que os indivíduos se encontram em um dos três diferentes estágios de evolução moral (ALVES, 2005, p.63).

De acordo com este modelo, a educação e a experiência podem influenciar os valores e comportamentos éticos dos indivíduos e, conseqüentemente, provocar o avanço do indivíduo pelos estágios de desenvolvimento moral.

A cultura da empresa, de acordo com os estudiosos do modelo em questão, também pode influenciar os fatores individuais. “A cultura pode ser definida como um

o conjunto de valores, convicções, metas, normas e maneiras de solucionar problemas compartilhados pelos membros (empregados) da empresa.” (FERRELL; FRAEDRICH; FERRELL, 2001, p.104). A cultura ética da empresa é constituída pelo clima ético, por terceiros significativos e pela oportunidade.

O clima ético demonstra se há ou não consciência ética na organização. [...] Terceiros significativos representam os indivíduos que exercem influência sobre o grupo de trabalho. [...] Oportunidade é um termo que descreve as condições que limitam ou permitem um comportamento ético ou antiético pelo indivíduo. São as recompensas, sejam internas (atitudes altruístas) ou externas (aprovação social ou estima), ou os obstáculos ao comportamento (punição). (ALVES, 2005, p.63-64).

As avaliações e intenções éticas das empresas constituem os últimos passos do processo decisório. Ainda que o indivíduo tenha feito um juízo eticamente apropriado sobre a conduta a ser seguida, alguns fatores, como a pressão aplicada pelo cliente e a necessidade de manter o emprego podem influenciar a decisão/solução que será dada ao dilema ético (FERRELL, FRAEDRICH e FERRELL, 2001).

1.3.6 Modelo de Jones

Jones (1991) afirma que os modelos apresentados anteriormente trazem contribuição para o entendimento do processo de tomada de decisão ética. No entanto, este pesquisador critica-os ao relatar que esses estudiosos apresentam o processo de tomada de decisão e a conduta dos indivíduos nas organizações como sendo iguais, ou seja, independente das questões morais envolvidas.

Em seu modelo, Jones (1991) afirma que o método de tomada de decisão ético é incerto e dependente das características da questão moral. Assim, Alves (2005, p. 66) ao relatar sobre este modelo afirma que “o ponto mais importante de um dilema moral está na própria questão e não no agente moral (fatores individuais), nem no contexto organizacional (fatores situacionais)”. Ainda o mesmo autor afirma que “O construto Intensidade moral provavelmente irá variar, substancialmente, de uma questão para outra”.

O construto acima citado, de acordo com Jones (1991), é formado por seis componentes, a saber: magnitude das conseqüências, consenso social,

probabilidade do efeito, proximidade temporal, a proximidade e a concentração do efeito.

A Magnitude das conseqüências, de acordo com May e Pauli (2002, p.92), assim como as demais dimensões do modelo de Jones:

[...] são fortemente influenciadas pela avaliação teleológica (utilitarismo ético), pois o julgamento resulta, fundamentalmente, das conseqüências que uma ação pode trazer para outros indivíduos.

Sobre os demais componentes do construto, Jones (1991) informa que:

- Consenso Social – Definido como o grau de concordância da sociedade em relação ao julgamento de um determinado ato.

- Probabilidade de Efeitos – O aumento ou a diminuição da intensidade de uma questão moral depende dos malefícios ou benefícios que o indivíduo imagina que possam vir a ocorrer.

- Proximidade Temporal – Corresponde ao tempo decorrido entre o momento presente e o início das conseqüências geradas pelo ato. A Proximidade decorre da relação (social, cultural, psicológica ou física) do indivíduo que elaborou a ação (ética ou antiética) com as suas vítimas.

- Concentração do efeito – Consiste em uma função contrária do número de pessoas afetadas por um ato em uma dada dimensão. Alves exemplifica esse elemento ao citar que “quanto menor for o número de pessoas atingidas pelo ato antiético do contabilista, maior será a concentração de efeitos que esse ato trará”.

Assim, de forma resumida, conclui-se que o modelo de Jones (1991) informa que o construto intensidade moral influencia o comportamento do indivíduo ao deparar-se com questões éticas.

1.3.7 Modelo de Alves

Alves (2005, p.109) afirma, a respeito dos modelos anteriormente citados, que o fato de “se concentrarem no ambiente organizacional torna-os deficientes quando

se busca investigar o comportamento de um indivíduo cujo exercício profissional é regulamentado por lei”.

Dada a limitação apresentada anteriormente, Alves (2005) desenvolveu um modelo que admitiu identificar as variáveis que interferem no processo de tomada de decisão de um indivíduo quando este estiver vinculado à profissão regulamentada. A Figura 1 demonstra o modelo proposto por Alves.

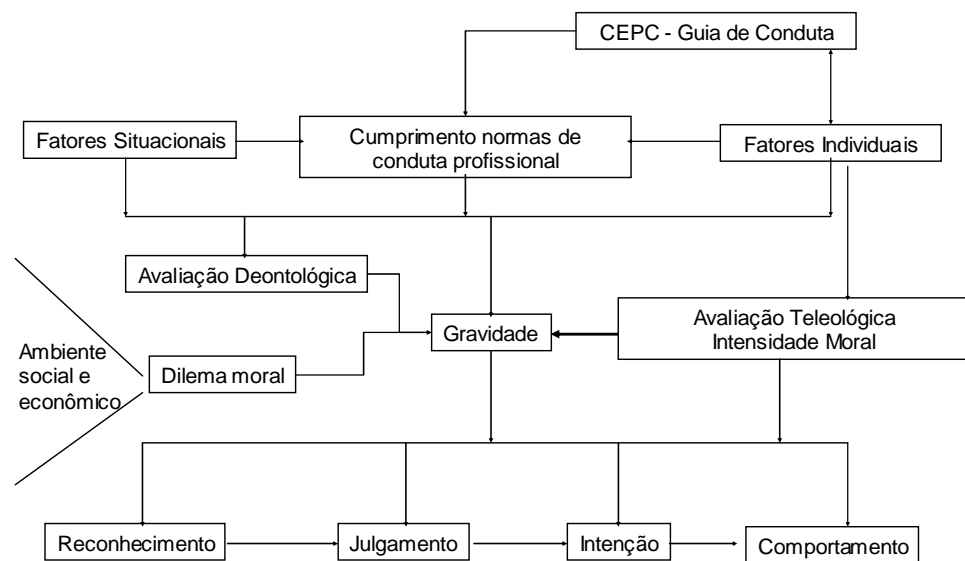


Figura 1 – Modelo de tomadas de decisão ética em Contabilidade

FONTE: Alves (2005, p. 110)

O modelo de Alves (2005) diferencia-se dos modelos supracitados, pelos seguintes aspectos:

1) Considera o profissional da área contábil, que desempenha suas atividades como autônomo ou como profissional assalariado, em qualquer segmento da profissão contábil, não se restringindo, apenas, ao ambiente organizacional de uma empresa.

2) Destaca a característica coercitiva das normas de conduta profissional, inclusive o CEPC.

O mesmo autor informa que:

Se, por um lado, o modelo de Hunt e Vitell inovou ao incluir a avaliação deontológica, por outro lado, deve-se destacar que essa avaliação pressupõe a liberdade do indivíduo em decidir qual o rumo a ser seguir. Isso não é possível em relação às normas de conduta profissional, CEPC, pois seu cumprimento é obrigatório. [...] Aderir ao Código significa que o profissional compreende o seu dever em cumprir as normas da profissão. Essa obediência ao CEPC não decorre apenas de seu caráter punitivo, se descumprido, mas principalmente da percepção do profissional de que esse conjunto normativo é útil como guia de conduta e reconhecido, de maneira espontânea, como um importante aspecto da atividade profissional. (ALVES, 2005, p. 110 e 111).

3) Estende o papel do CEPC no processo de tomada de decisões éticas de profissionais que possuem vinculação com Conselhos de Classe, deixando de ser incluído como restrições ou moderadores situacionais.

4) Ressalta a gravidade como um importante conceito que deve ser levado em consideração no processo de tomada de decisão do indivíduo. Espera-se que a gravidade tenha influência nos juízos de valor deste nas fases de reconhecimento do conflito ético, do julgamento e da intenção de agir. A percepção da gravidade do ato também é considerada um essencial fator para a imposição da penalidade, visto que, a punição ao infrator deve ser aplicada em conformidade com a gravidade do ato. Quanto maior a gravidade, mais rígida deve ser a penalidade.

5) Apesar de considerar suas variáveis, altera o modelo de Jones, ao sugerir que a ética deontológica, a ética teleológica, e os fatores individuais interferem no processo de tomada de decisão ética. Para Jones, os aspectos mais relevantes nas decisões éticas não se encontram nos fatores individuais ou situacionais, mas sim na própria questão moral.

6) Não leva em consideração o processo cognitivo, nos termos sugeridos por Rest, como item central no processo de tomada de decisões éticas.

Para fins da presente pesquisa, adota-se o modelo desenvolvido por Alves, visto que este foca, especialmente, a tomada de decisão ética dos profissionais da área de Contabilidade, objeto de estudo desta dissertação.

Cabe ressaltar que nos modelos, anteriormente citados, exceto o proposto por Jones, são destacados como itens importantes relacionados ao comportamento ético ou antiético do indivíduo, os fatores individuais. Existem, ainda em alguns modelos, os fatores situacionais como sendo, da mesma forma, determinantes no processo de tomada de decisão do indivíduo. Na próxima subseção serão apresentados alguns dos fatores individuais, e também situacionais, fundamentais para o processo de tomada de decisão.

1.4 Principais Fatores do Processo de Tomada de Decisão Ética em Negócios

Os fatores, em um processo de tomada de decisão, correspondem a um conjunto de valores pessoais que se associam, de forma exclusiva, ao indivíduo responsável pelas decisões.

Geralmente, os modelos de tomada de decisão ética dividem as influências postuladas sobre a tomada de decisão do indivíduo em duas categorias [...]. A primeira categoria inclui variáveis associadas ao tomador de decisão. A segunda categoria consiste nas variáveis as quais formam e definem a situação em que o indivíduo toma as decisões.¹⁵ (FORD E RICHARDSON, 1994, p.205).

Alguns autores afirmam que na primeira categoria, as variáveis associadas ao tomador de decisão contemplam a religião, a nacionalidade, o gênero, a idade, a educação e experiência profissional, a personalidade, as crenças e os valores. Já, para a segunda categoria, as variáveis associadas a fatores situacionais consideram a influência de grupos (como por exemplo, colegas de trabalho e alta administração), os fatores organizacionais (como por exemplo, tipo de organização, nível de organização) e os fatores industriais (como por exemplo, tipo de indústria, empresas concorrentes).

Para fins da presente pesquisa, algumas das variáveis anteriormente mencionadas são destacadas, mais detalhadamente, nas subseções seguintes.

1.4.1 Fatores Individuais

Os fatores individuais, de acordo com Ford e Richardson (1994, p.206), compreendem “aquelas variáveis resultantes do nascimento (ex: nacionalidade, sexo, idade, etc.) assim como aquelas resultantes do processo humano de

¹⁵ In general, the ethical decision making models divide the postulated influences on an individual's decision behavior into two broad categories [...]. The first category includes variables associated with the individual decision maker. The second category consists of variables which form and define the situation in which the individual makes decision.

desenvolvimento e de socialização (ex: personalidade, atitudes, valores, instrução, religião, emprego, etc.)”¹⁶.

Os estudos de Jones e Hildebeithel (1995) demonstraram que o processo decisório dos contadores é influenciado pela idade, sexo e educação. No entanto, diversos outros estudos, inclusive o desenvolvido por Alves (2005), evidenciaram que estes fatores não influenciaram o processo decisório ético destes profissionais.

1.4.1.1 Idade

A idade, normalmente, não representa um fator influente na tomada de decisão dos indivíduos. No entanto, quando se identifica alguma influência, percebe-se que os mais velhos possuem atitudes mais éticas do que os mais novos. (EMERSON, CONROY e STANLEY, 2006; CALLAN, 1992; RUEGGER e KING, 1992).

Em seus estudos, Emerson, Conroy e Stanley (2006, p.75) utilizaram uma amostra representada por profissionais de contabilidade e uma amostra multidisciplinar de estudantes em duas universidades do Sul dos Estados Unidos. Compararam-se as respostas dos respondentes em relação a 25 cenários. Os pesquisadores concluíram que “A idade é igualmente um indicador chave de atitudes éticas”¹⁷ e complementaram, ainda, que “estudantes mais velhos exibem inclinações mais éticas”¹⁸.

Em sua pesquisa, Callan (1992) analisou uma amostra de 226 empregados de uma organização pública estadual, escolhidos aleatoriamente dentre 8 departamentos. Nesta, o pesquisador não encontrou uma diferença significativa entre a idade dos entrevistados em relação à conduta ética. No entanto, os respondentes que manifestaram uma vontade maior de apreciar as instruções na área de conduta pessoal foram os mais velhos.

Ruegger e King (1992, p.184) constatam, através de pesquisa, que a idade influencia de forma significativa a visão ética dos indivíduos:

¹⁶ those variables that are a result of birth (e.g. nationality, sex, age, etc.) as well as those that are a result of the human development and socialization process (e.g. personality, attitudes, values, education, religion, employment, etc.).

¹⁷ Age is also a key indicator of ethical attitudes.

¹⁸ older students exhibit more ethical inclinations.

O estudo sugere que os estudantes classificados no grupo de maiores de 40 anos de idade foram os mais éticos, seguidos em ordem pelo grupo dos 31 - 40, dos 22 - 30 e daqueles com 21 anos de idade ou menos. Assim, a idade parece ter uma influência significativa acerca de como os estudantes vêem éticas de negócio.¹⁹

Por outro lado, O'Fallon e Butterfield (2005, p.391), elaboraram uma pesquisa cujo objetivo consistiu em resumir e criticar a literatura da tomada de decisões ética empírica apresentada dentre os anos 1996 e 2003. Nesta pesquisa, eles afirmam que:

A pesquisa sobre a idade produziu resultados mistos e inconsistentes. Dos 37 resultados incluídos de exames recentes e passados, 14 não produziram diferenças significativas sobre idade, 10 estudos encontraram uma relação positiva, enquanto seis estudos encontraram uma relação negativa. Estes resultados mistos talvez sugiram uma maior complexidade da relação entre idade e tomada de decisão ética do que é capturado por esses estudos.²⁰

A presente pesquisa estudou a influência da idade no processo decisório ético dos profissionais de contabilidade, ao depararem-se com algumas fraudes.

1.4.1.2 Gênero

A variável gênero, de forma geral, não representa um fator de influência na tomada de decisão do indivíduo. No entanto, normalmente, as pesquisas demonstram que as mulheres possuem inclinações mais éticas do que os homens (O'FALLON e BUTTERFIELD, 2005; COHEN, PANT e SHARP, 2001; COLE e SMITH, 1996; CALLAN, 1992; RUEGGER e KING, 1992).

O'Fallon e Butterfield (2005, p.379), em suas pesquisas, compararam estudos mais recentes com antigos a fim de extrair conclusões sobre as tendências em termos da literatura da decisão ética e ampliar sentidos para pesquisas futuras. Os estudiosos relataram que:

¹⁹ The study suggests that those students falling in the 40 plus years age group were the most ethical, followed in order by the 31-40 group, the 22-30 group and those 21 years of age and under. Thus, age does appear to have a significant affect upon how students view business ethics.

²⁰ The research on age has produced mixed and inconsistent results. Of the 37 findings included in this and past reviews, 14 produced no significant age differences, 10 studies found a positive relationship, while six studies found a negative relationship. These mixed results may suggest a more complex relationship between age and ethical decision making than is captured by these studies.

O exame da literatura sobre gênero continua a produzir resultados bastante coerentes. Muitas vezes não são encontradas diferenças entre homens e mulheres, mas quando as diferenças são encontradas, as mulheres são mais éticas do que os homens.²¹

Cohen, Pant e Sharp (2001) pesquisaram as decisões éticas individuais dos estudantes universitários da área de negócios e dos profissionais contábeis, cuja experiência nas grandes empresas de auditoria (denominadas “*Big Five*”) era de 3 a 5 anos. Para a coleta dos dados foram utilizados 8 diferentes questionários. Os resultados indicam que as mulheres perceberam, mais facilmente, a ocorrência de atos menos éticos, e eram menos dispostas a executá-los, do que os homens.

Cole e Smith (1996, p.889) elaboraram um estudo visando analisar a percepção ética dos estudantes de negócios, diferenciando-os em dois grupos: (1) os que trabalhavam; e (2) os que não trabalhavam. A amostra contou com um total de 695 respondentes. Os resultados demonstraram que:

Os alunos do sexo masculino aceitaram mais reações éticas questionáveis e observaram uma menor diferença entre as reações típicas e éticas do que os estudantes do sexo feminino. Entretanto, os executivos masculinos e femininos pareceram pensar igualmente no que diz respeito às reações típicas e éticas.²²

Callan (1992, p.761), em seu estudo, utilizou uma amostra aleatória composta por 226 empregados de uma organização pública estadual. Dessa amostra, 75% compõem-se por homens e 25% por mulheres. Tal pesquisa não evidenciou uma diferença expressiva entre os gêneros em relação à conduta ética, no entanto, percebeu-se que as mulheres “eram mais propensas a acreditar que as práticas discriminatórias eram uma preocupação ética”²³.

Ruegger e King (1992, p.179), em seus estudos, obtiveram como respondentes 1.042 mulheres e 1.154 homens. Na maioria das categorias testadas, a pesquisa demonstrou que o gênero é um fator significativo para a influência da decisão ética. De acordo com estes autores, “as mulheres são mais éticas que os homens em suas percepções relacionadas às situações éticas empresariais”²⁴.

Harris (1990) constatou em sua pesquisa que o comportamento em relação à fraude ou ao uso inadequado de coação e influência não difere entre os gêneros,

²¹ The literature examining gender continues to produce fairly consistent findings. There are often no differences found between males and females, but when differences are found, females are more ethical than males.

²² The male students were more accepting of questionable ethical responses and saw less difference between typical and ethical responses than did the female students. However, male and female business people appeared to think alike with regard to both typical and ethical responses.

²³ were more likely to believe that discriminatory practices were an ethical concern.

²⁴ females are more ethical than males in their perception of business ethical situation.

embora aparente que as mulheres têm menos probabilidade de comportamento que envolva auto-interesse e nepotismo às amizades antigas.

A presente dissertação avaliou a influência do gênero no processo decisório ético dos profissionais de contabilidade, quando se deparam com dilemas morais envolvendo fraudes.

1.4.1.3 Desenvolvimento Cognitivo Moral

Muitos estudiosos tentaram desvendar, analisar e prever o processo de desenvolvimento do raciocínio moral dos indivíduos. Com o mesmo objetivo, o psicólogo Lawrence Kohlberg, utilizando como base uma pesquisa desenvolvida por Piaget, elaborou um modelo que descreve o processo de desenvolvimento cognitivo moral.

Fraedrich, Thorne e Ferrell (1994, p.829) ressaltam que “a teoria do desenvolvimento cognitivo moral (DCM) foi aceita como um construto para ajudar a explicar a ética empresarial, a responsabilidade social e outros fenômenos organizacionais”²⁵.

A teoria do Desenvolvimento Cognitivo Moral (DCM), proposta por Lawrence Kohlberg (1969), descreve o desenvolvimento do julgamento moral em termos de seis estágios. De acordo com Rest (1979) os indivíduos vão avançando por todos esses estágios em direção a uma melhor compreensão das obrigações morais.

Assim, afirmam Fraedrich, Thorne e Ferrell (1994, p.830), as “pessoas no estágio seis devem demonstrar uma habilidade de raciocinar com os dilemas morais mais eficazmente do que indivíduos no estágio cinco”²⁶.

Os seis estágios, de acordo com Ferrel, Fraedrich e Ferrell (2001, p.95), apresentados nesta teoria de Kohlberg compreendem os seguintes:

- 1º Estágio: O relacionado ao castigo e obediência – O ato é julgado como certo ou errado em consonância com a obediência ou desobediência às

²⁵ “Cognitive moral development (CMD) theory has been accepted as a construct to help explain business ethics, social responsibility and other organizational phenomena”.

²⁶ “people in stage six should demonstrate the ability to reason through moral dilemmas more effectively than individuals in stages one through five”.

normas e autoridades. A avaliação de uma ação não está relacionada a certas concepções ou filosofias, mas sim à pessoa que dispõe do poder.

- 2º Estágio: O de finalidade e troca instrumental da pessoa – O ato é considerado como certo se estiver de acordo com as necessidades do indivíduo que o julgar. Alguns estudiosos, segundo Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001), denominam esse estágio como o estágio da reciprocidade, fundamentado em um acordo do tipo “uma mão lava a outra”.

- 3º Estágio: O de expectativas, relacionamentos e conformidades interpessoais mútuas – Apesar de existir a observância das regras, a maior preocupação de um indivíduo está relacionada ao bem-estar dos outros indivíduos, ao invés do seu próprio bem-estar.

- 4º Estágio: O de manutenção do sistema social e da consciência – Um indivíduo define um ato como certo considerando o seu dever com a sociedade e não apenas com os outros indivíduos. Os pontos mais importantes consistem nos seguintes: dever, respeito pela autoridade e manutenção da ordem social.

- 5º Estágio: O de direitos mais importantes, contrato social ou utilidade – A preocupação do indivíduo está em proteger os direitos fundamentados, valores e os contratos legais da sociedade.

- 6º Estágio: O de princípios éticos universais – Julga-se o ato como certo baseado em princípios éticos universais, que devem ser adotados por todos. Nesse estágio acredita-se que existem direitos intransferíveis, cuja natureza e conseqüências são classificadas como universais.

Os seis estágios informados acima, segundo Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001, p.97), “podem ser reduzidos a três níveis distintos de preocupação ética”. Os três níveis são: pré-convencional, convencional e pós-convencional. Os mesmos autores afirmam que:

Inicialmente, o indivíduo preocupa-se com os seus interesses imediatos e com recompensas e castigos externos. No segundo, define o certo como conformação às expectativas de bom comportamento de parte da sociedade mais ampla ou de algum grupo de referência importante. Finalmente, no terceiro, ou nível dos “princípios”, ele estende a vista para além das normas, leis e autoridades de grupos ou pessoas.

Fraedrich, Thorne e Ferrell (1994, p.831) afirmam que “A maioria, senão todos, os atuais modelos de tomada de decisão ética nos negócios (ex. Ferrell e

Gresham,1985; Hunt e Vitell,1986; [...] e Jones,1991) utilizam o trabalho de Kohlberg para expandir a compreensão da disciplina das tomadas de decisões éticas”²⁷.

Apesar de diversas pesquisas evidenciarem que a qualidade ética do grupo de trabalho é a consideração significativa para definir o comportamento de um indivíduo na empresa, segundo Fraedrich, Thorne e Ferrell (1994), a maioria dos estudiosos afirma que o desenvolvimento cognitivo moral possui um significativo papel no modo como valores altos são moldados no ambiente de trabalho.

O’Fallon e Butterfield (2005) informam que apesar de algumas notáveis exceções, a maioria das pesquisas sugere, normalmente, um relacionamento positivo entre o DCM e tomada de decisão ética.

Para a finalidade da presente pesquisa o Desenvolvimento Cognitivo Moral não foi analisado, sendo evidenciado, apenas, por ser um fator de natureza individual informado na literatura.

1.4.1.4 Filosofia Moral

Alguns estudiosos analisaram as filosofias morais, visando à identificação do modo como a humanidade pensa sobre ética. De acordo com Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001, p.51) “Há muitas filosofias morais, e todas são complexas”. A Filosofia Moral contempla certas teorias. Para Vasquez (2007, p.189) “os éticos contemporâneos costumam dividir essas teorias em dois gêneros: deontológicas e teleológicas”.

Filosofia moral é importante para determinar a forma como a pessoa avalia as diversas alternativas. Ambas as avaliações deontológicas (inerente a justiça ou injustiça dos comportamentos) e avaliações teleológicas (as conseqüências do comportamento) influenciam julgamentos éticos.²⁸ (DeConinck e Lewis, 1997, p.499).

²⁷ Most, if not all, of the current models of ethical decision making in business (e.g. Ferrell and Gresham, 1985; Hunt and Vitell, 1986; Bommer et al., 1987 and Jones, 1991) utilize Kohlberg’s work to expand the discipline’s understanding of ethical decision making.

²⁸ Moral philosophy is important in determining how the person evaluates the various alternatives. Both deontological evaluations (the inherent rightness or wrongness of the behaviors) and teleological evaluations (the consequences of the behaviors) influence ethical judgments.

Uma teoria da obrigação moral recebe o nome de *deontológica* (do grego *déon*, dever) quando não se faz depender a obrigatoriedade de uma ação exclusivamente das conseqüências da própria ação ou da norma com a qual se conforma. (VASQUEZ, 2007, p.189).

“O termo *natureza* é de importância fundamental para os deontologistas. De modo geral, eles consideram a natureza dos princípios morais permanente e estável e acreditam que observá-los define o que é ético”. (FERRELL, FRAEDRICH E FERRELL, 2001, p.55).

Por outro lado, de acordo com Vasquez (2007, p.189), “chama-se *teleológica* (de *télos*, em grego, fim)” a teoria “quando a obrigatoriedade de uma ação deriva unicamente de suas conseqüências”.

A avaliação teleológica envolve diversas construções: (1) o efeito do comportamento do indivíduo para vários grupos interessados (por exemplo, clientes e empregadores); (2) estimar a probabilidade a qual as conseqüências irão ocorrer às partes interessadas; (3) avaliar a conveniência ou inconveniência de cada conseqüência; e (4) analisar a importância dos grupos interessados.²⁹ (DECONINCK E LEWIS, 1997, p. 499)

Para Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001, p.52), a teoria teleológica considera um ato “moralmente certo ou aceitável se produzir algum resultado desejado, como, por exemplo, prazer, conhecimento, progresso profissional, realização de interesse próprio ou utilidade”.

[...] uma análise custo/benefício é usada para analisar dilemas éticos. Egoísmo e utilitarismo éticos são dois exemplos de filosofias teleológicas. Egoísmo ético envolve a relação entre o benefício que um indivíduo recebe do ato contra as conseqüências negativas do ato. O indivíduo comporta-se de uma maneira que produza o maior ganho no longo prazo. Utilitarismo é também uma abordagem ética de custo/benefício para avaliar situações. Em contraste ao egoísmo ético, o utilitarismo afirma que o indivíduo age de uma maneira que produza o maior bem para todos, em vez do auto-interesse individual.³⁰ (DECONINCK E LEWIS, 1997, p.499).

²⁹ The teleological evaluation involves several constructs: (1) the effect of the individual's behavior for various stakeholder groups (e.g., customers and employers); (2) estimating the probability that the consequences will occur to the stakeholders; (3) evaluating the desirability or undesirability of each consequence; and (4) analyzing the importance of the stakeholder groups.

³⁰ [...] a cost/benefit analysis is used to analyze ethical dilemmas. Ethical egoism and utilitarianism are two examples of teleological philosophies. Ethical egoism involves the ratio between the benefit an individual receives from the act versus the negative consequences of the act. The individual behaves in a manner that produces the greatest gain in the long-term. Utilitarianism also is a cost/benefit approach to evaluating ethical situations. In contrast to ethical egoism, utilitarianism contends that the individual acts in a manner that produces the greatest good for everyone rather than the individual's self-interest.

Apesar de muitos estudos em relação à Filosofia Moral basearem-se em profissionais da área de marketing, Cohen, Pant e Sharp (1993, p.13) afirma que a filosofia moral:

[...] suporta a importância do fator relativismo/justiça, mas também suporta o uso do fator utilitarismo no processo de tomada de decisão ética. Este resultado está mantido entre os casos de vendas e de contabilidade, sugerindo que esses fatos não são contextualmente específicos³¹.

Assim, a teoria deontológica, também conhecida como Ética de Princípio, determina que a atitude de um indivíduo esteja baseada sempre em princípios morais, independente das conseqüências. O que se deve fazer é independente dos desejos, mas dependente dos princípios morais. Já a teoria teleológica analisa uma situação em relação às vantagens ou desvantagens relacionadas a um ato, visando à melhor tomada de decisão. É denominada, por alguns estudiosos, de “conseqüencialismo”, uma vez que primeiramente analisa-se a conseqüência das ações para, posteriormente, ponderar tais ações como éticas ou antiéticas.

O Fallon e Butterfield (2005, p.379), revelaram que resultados, de mais de 20 anos de pesquisas, encontraram-se razoavelmente consistentes:

O idealismo e a deontologia geralmente estão relacionados de forma positiva com a tomada de decisão ética, enquanto o relativismo, a teleologia e outros fatores, como por exemplo, orientação econômica encontram-se geralmente relacionados de forma negativa com a tomada de decisão ética.³²

1.4.1.5 Educação e Experiência Profissional

Os fatores individuais Educação e Experiência Profissional “incluem o tipo de educação, tempo de escolaridade, assim como o tipo e tempo de serviço”. (ALVES, 2005, p. 38). Normalmente, as pesquisas elaboradas para testar a influência desses fatores na conduta dos indivíduos não apresentam resultados coerentes. Algumas pesquisas demonstram uma influência positiva destes fatores, outras não.

³¹ [...] support the importance of a relativist/justice factor, but also support the use of a utilitarian factor, in accountants ethical decision making. This finding holds across both retail and accounting scenarios, suggesting that these factors are not context-specific.

³² Idealism and deontology are generally positively related to ethical decision-making, while relativism, teleology, and other factors, such as economic orientation are generally negatively related to ethical decision-making.

Ibrahim, Angelidis e Howard (2006, p.162) elaboraram uma pesquisa para comparar a percepção ética dos estudantes de contabilidade e dos profissionais da mesma área. A amostra da pesquisa conteve 74 respondentes estudantes e 272 respondentes profissionais. O estudo evidenciou que:

[...] os profissionais contábeis são mais economicamente orientados do que os estudantes contábeis. Por outro lado, os alunos são mais eticamente e filantropicamente orientados do que os executivos. Finalmente, os dados indicam que ambos os grupos têm orientações semelhantes em direção a dimensão jurídica da responsabilidade corporativa.³³

O'Fallon e Butterfield (2005, p.387) relataram em seus estudos que os resultados “geralmente indicam que mais educação, uma maior experiência no emprego ou no trabalho relacionam-se positivamente à tomada de decisão ética (12 de 18 estudos)”.³⁴ Contudo, “o tipo de educação tem pouco ou nenhum efeito sobre o processo de tomada de decisão ética (10 de 14 estudos)”.³⁵

Smyth e Davis (2004) desenvolveram um estudo, visando a evidenciação das atitudes de estudantes universitários. Foram entrevistados 265 estudantes de uma faculdade em Gordon. Apesar de o resultado demonstrar que a maioria dos estudantes (92%) concorda que enganar é um ato antiético, a metade dos respondentes acredita que enganar para se tornar social é aceitável.

Cohen, Pant e Sharp (2001) elaboraram uma pesquisa, no Canadá, que objetivou analisar as decisões éticas individuais entre estudantes universitários da área de negócios e os profissionais contábeis, com 3 a 5 anos de experiência nas grandes empresas de auditoria, conhecidas como “Big Five”. Os resultados evidenciaram poucas distorções significativas entre a consciência ética dos estudantes e dos profissionais selecionados.

Cole e Smith (1996, p.889) avaliaram a percepção ética de um total de 695 respondentes (estudantes de negócios que trabalhavam e que não trabalhavam). Os resultados da pesquisa demonstraram que:

³³ [...] practicing accountants are more economically driven than accounting students. On the other hand, the students are more ethically and philanthropically oriented than the executives. Finally, the data indicate that both groups have similar orientations toward the legal dimension of corporate responsibility.

³⁴ generally indicates that more education, employment or work experience is positively related to ethical decision-making (12 of 18 studies).

³⁵ type of education has little or no effect on the ethical decision-making process (10 of 14 studies).

[...] ambos os estudantes e os trabalhadores perceberam uma diferença significativa entre a reação dada à situação ética, e dada à resposta típica do empresário. Os alunos foram significativamente mais receptivos do que os trabalhadores em reações éticas questionáveis, e eles também tiveram uma visão mais negativa da ética empresarial do que os trabalhadores mais experientes.³⁶

Kaynama, King e Smith (1996, p.586), em suas pesquisas, apresentaram uma amostra de 104 estudantes da graduação de negócios e de curso de MBA. Seus respondentes foram entrevistados em períodos diferentes. A segunda parte do questionário foi respondida dois meses depois da primeira. Nessa pesquisa, esses autores concluíram que os estudantes de graduação de negócios são mais éticos do que os dos MBAs. No entanto, esse estudo demonstrou uma diferença em relação aos papéis desempenhados por esses dois tipos de estudantes:

Embora a capacidade do estudante em assumir papéis como "funcionários" ou "gerente" é reconhecidamente limitada, o papel que eles foram convidados a assumir fizeram, de fato, afetar o padrão de suas respostas. Em ambos os grupos, as reações dos empregados tendiam a ser menos éticas. No papel de gestor, a resposta do gestor foi mais ética e mais protetora com recursos da companhia. Quando os estudantes geralmente mais éticos (aqueles que não vêem riscos de serem os próprios gestores em breve) foram convidados a responder como gestores, eles se tornaram ainda mais éticos.³⁷

A presente dissertação considerou a influência da educação e experiência profissional no processo decisório ético dos profissionais de contabilidade, quando se deparam com dilemas morais envolvendo fraudes.

1.4.2 Fatores situacionais

Os fatores situacionais representam forças que provocam pressões nos indivíduos e que são capazes de incentivá-los ou não à prática moral. Nessa categoria, estão incluídas as culturas organizacionais, as influências do grupo de trabalho, os valores sociais. (ALVES, 2005).

³⁶ [...] both students and business people perceived a significant gap between the ethical response to the given situations and the typical business person's response. Students were significantly more accepting than business people of questionable ethical responses, and they also had a more negative view of the ethics of business people than did the experienced business people.

³⁷ While student ability to assume roles such as "employee" or "manager" is admittedly limited, the role they were asked to assume did, in fact, affect the pattern of their responses. In both groups, the employee responses tended to be less ethical. In the role of manager, manager response was more ethical and more protective of company research. When the generally more ethical undergraduates (who would also not see themselves likely to be managers soon) were asked to answer as managers, they became even more ethical.

1.4.2.1 Cultura Organizacional

A cultura decorre de uma variedade de práticas sociais, políticas, econômicas, e religiosas, entre outras, que permeiam uma sociedade, ou seja, é a identidade de um grupo de indivíduos. No entanto, estas práticas sofrem alterações ao longo do tempo. Logo, a cultura, de uma forma geral, é mutável.

A cultura de uma empresa satisfaz a um “conjunto de valores, convicções, metas, normas e maneiras de resolver problemas compartilhados por seus membros [...]”. Com o tempo, a empresa [...] passa a ser vista como um organismo vivo, com mente e vontade próprias”. (FERRELL, FRAEDRICH E FERRELL, 2001, p.98).

Para Trevino (1986, p.611), a cultura organizacional pode ser definida como:

O conjunto de pressupostos, valores e crenças compartilhados pelos membros organizacionais. A cultura da organização influencia pensamentos e sentimentos, e guia o comportamento. [...] A cultura da organização pode contribuir para um desenvolvimento moral do indivíduo permitindo aos membros da organização a responsabilidade da tomada de decisão e encorajando a tomada de papel nas oportunidades.³⁸

“A cultura ética da organização ou, mais especificamente, o ambiente ético dentro da empresa criado com as práticas de gestão e os valores desposados, pode ser o mais importante elemento impeditivo do comportamento antiético”³⁹. (DOUGLAS, DAVIDSON E SCHWARTZ, 2001, p.104).

O`Fallon e Butterfield (2005, p.397) relataram nos resultados de suas pesquisas que “está aumentando a base para a consciência de que existem culturas e climas éticos nas organizações. A pesquisa geralmente apóia a idéia de que os climas e culturas éticos têm uma influência positiva na tomada de decisão ética”.⁴⁰

Se a empresa desempenha atividades ilícitas, aumenta a possibilidade do surgimento de um ambiente que propicia a ocorrência de fraudes, cuja intensidade poderá constituir a própria descontinuidade operacional da entidade. (PINHEIRO e

³⁸ It can be defined as the common set of assumptions, values, and beliefs shared by organizational members. Organizational culture influences thoughts and feelings, and guides behavior. [...] The culture of organization can contribute to an individual's moral development by allowing organizational members decision-making responsibility and by encouraging role-taking opportunities.

³⁹ Organizational ethical culture or, more specifically, the ethical environment within the firm created through management practices and espoused values, may be the most important deterrent to unethical behavior.

⁴⁰ There is increasing support for the notion that ethical climates and cultures exist within organizations. The research generally supports the notion that ethical climates and cultures have a positive influence on ethical decision making.

CUNHA, 2003). A existência de um clima organizacional permissivo danifica o atendimento dos objetivos da organização.

A influência da cultura organizacional no processo decisório ético dos profissionais de contabilidade não foi analisada na presente pesquisa, sendo apresentada neste referencial teórico, apenas, por ser um dos fatores de natureza situacional informado na literatura.

1.4.2.2 Influência do Grupo de Trabalho

Os companheiros de atividade, os gerentes, os colegas e subordinados, denominados também de pares ou terceiros significativos, segundo alguns estudiosos, podem exercer influência sobre um indivíduo ou um grupo de trabalho.

O'Leary e Pangemanam (2007, p.224) elaboraram uma pesquisa com estudantes universitários de contabilidade, do último período, cujo objetivo consistiu em avaliar e comparar a tomada de decisão desses estudantes individualmente e em grupo. Os autores afirmam que:

Um padrão consistente existe em relação às respostas dos indivíduos e dos grupos. Observou-se que os indivíduos são mais preparados para assumir ações extremas agindo antieticamente/eticamente, enquanto os grupos optaram pela opção neutra.⁴¹

Muitos estudiosos afirmam que as ações e comportamento dos líderes de uma organização costumam servir de parâmetros para seus subordinados e têm uma forte influência sobre a conduta ética destes. (DAVIS E ROTHSTEIN, 2006; GROJEAN ET. AL, 2004; SIMS e BRINKMAN, 2002; PENNINO, 2002).

Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2001, p.98) garantem que “o tomador de decisões que se associa a quem se comporta de maneira antiética tem maior probabilidade de agir do mesmo modo”.

Izraeli (1988, p.263) em seu estudo com gerentes de Israel e dos Estados Unidos da América afirmou que “o melhor preditor do comportamento ético dos

⁴¹ A consistent pattern exists with regards to the responses of individuals and groups. Individuals were observed to be more prepared to take the extreme actions of acting unethically/ethically, while groups opted for the neutral option.

respondentes são suas crenças e percepções a respeito do comportamento de seus pares”.⁴²

Zey-Ferrell, Weaver e Ferrell (1979) em suas pesquisas relatam que a percepção dos seus respondentes em relação às crenças de seus pares é o melhor preditor sobre o comportamento ético dos respondentes. Mais adiante, em um estudo elaborado por Zey-Ferrell e Ferrell (1982), foi demonstrado que esse caráter de predição, anteriormente analisado, não serviu para os gestores cujos contatos com seus pares foram menos intensos ou menos freqüentes.

Nesta dissertação, a influência dos pares ou terceiros significativos, no processo decisório ético dos profissionais de contabilidade, não foi analisada, sendo exposta neste referencial teórico, somente, por ser um fator de natureza situacional evidenciado na literatura.

1.4.2.3 Valores

Os valores atendem tanto aos objetivos organizacionais, quanto às necessidades dos indivíduos, assim, apesar de estarem, nesta pesquisa, classificados como fatores situacionais, podem também ser classificados como fatores individuais.

Os valores organizacionais podem indicar mensagens e comportamentos adequados, de forma a induzir à internalização do conteúdo e o repasse espontâneo para os demais componentes, fazendo com que a adesão e a reprodução permitam a liberdade dos indivíduos em aceitar ou não determinados conteúdos. (MENDES e TAMAYO, 2001).

Os valores sociais representam um papel importante de influência no comportamento dos indivíduos de uma organização. Eles consistem em um conjunto de crenças que os indivíduos consciente ou inconscientemente detêm sobre o mundo em que vivem.

O valor é o caráter valioso do indivíduo, aquilo que o torna digno de ser. Nós sentimos, percebemos valores. E é só quando sentimos e vivemos com intensidade

⁴² the best predictor of respondents` ethical behavior is their beliefs and perceptions concerning their peers` behavior.

que podemos nos movimentar no reino dos valores. É por eles que moldamos a vida e somos. (BOFF, 2003).

Schwartz (1994) apresenta quatro perspectivas úteis sobre a origem e a utilidade de valores, e como eles estão alinhados com o comportamento. Em primeiro lugar, os valores são estruturas cognitivas que suportam os interesses de alguns elementos do ambiente social. Em segundo lugar, valores motivam o comportamento por fornecer orientação e intensidade emocional à ação. Em terceiro lugar, os valores são normas para julgar e justificar a ação. E, finalmente, os valores são adquiridos tanto através de atividades de socialização quanto de experiências únicas dos indivíduos. (GROJEAN ET AL., 2004, p. 226).

As empresas devem inserir-se nos valores básicos da Ética e/ou da Moralidade. Nos modernos conceitos administrativos e empresariais, a interação dos funcionários à missão e valores corporativos tem o poder de transformar procedimentos individuais em atitudes positivas para o crescimento de uma organização institucional.

Um conjunto de valores éticos bem definidos pela empresa torna-se um instrumento essencial para que seus funcionários tomem decisões que estejam em harmonia com as metas e convicções de sua empresa.

No entanto, cabe ressaltar que uma empresa somente terá um comportamento Ético se seus diretores e colaboradores assim o tiverem, ou seja, se estes possuírem seus valores baseados na conduta ética.

Os valores éticos que os seres humanos possuem, e em paralelo as organizações empresariais, geram comportamento e passam a orientar todas as decisões e opções das pessoas. Os valores determinam aquilo que merece ser desejado, a intensidade desse desejo e as preferências manifestadas na efetivação e materialização deste desejo. (BONDARIK, PILATTI e FRANCISCO, 2006, p.70).

Alguns estudiosos afirmam que os valores guiam os julgamentos e ações dos indivíduos. No entanto, Brief et al. (1996, p.184) alerta para a "escassez de pesquisa empírica que endereça o relacionamento potencial entre os valores particulares que os indivíduos sustentam e o acoplamento no comportamento fraudulento⁴³".

A influência dos valores no processo decisório ético dos profissionais de contabilidade foi considerada, de forma indireta, na presente dissertação.

⁴³ paucity of empirical research addressing the potential relationship between particular values that individuals hold and engagement in fraudulent behavior.

1.5 Desvio Ético - Fraude

Em uma organização, ou em qualquer ambiente de trabalho, diversos são os desvios éticos com ocorrência possível. Na presente pesquisa, o desvio ético estudado é a fraude.

Alguns indivíduos, em uma linguagem corriqueira, costumam tratar a “fraude” e a “corrupção” como sinônimas. No entanto, diversos são os estudiosos que informam que estes desvios éticos possuem significados distintos. A seguir, é feita uma abordagem sobre os seguintes termos: “fraude” e “corrupção”.

1.5.1 Fraude e Corrupção

Denúncias sobre episódios de fraudes e corrupção têm sido correntes em alguns países, como, por exemplo, nos Estados Unidos. Como consequência, há um aumento da preocupação da sociedade, como um todo, em relação a esses atos ilícitos, visto que os reflexos destes atingem as mais diferentes esferas da sociedade, provocando diversos malefícios para uma nação.

A fraude é um tema muito em moda atualmente. Os seminários, os simpósios, e as conferências sobre esse assunto são abundantes, patrocinado pelas agências governamentais, universidades, associações empresariais, organizações profissionais [...]. Na maior parte são bem atendidos, especialmente porque o custo de tais crimes individuais para as empresas e a sociedade é considerável, mas também porque poucos sabem muito sobre a fraude.⁴⁴ (SINGLETON ET AL., 2006, p.6).

Como informado anteriormente, muitas pessoas utilizam o termo “fraude” como sinônimo do termo “corrupção”. Contudo, de acordo com alguns autores, esses termos possuem significados diferenciados.

“Fraude é um termo genérico, e engloba todos os meios multifários que a criatividade humana pode planejar, que se recorra por um indivíduo, para obter uma

⁴⁴ Fraud is a topic much in vogue today. Seminars, symposia, and conferences on that subject abound, sponsored by government agencies, universities, trade groups, professional organizations [...]. Most are well attended, particularly because the cost of such crimes to individual businesses and society is substantial, but also because few know much about fraud.

vantagem sobre outro através de falsas declarações”⁴⁵. (SINGLETON ET AL., 2006, p.1).

No dicionário *on line* Michaelis (2007) o termo “fraude” é definido como o “ato ou efeito de fraudar, de modificar ou alterar um produto ou esconder a qualidade viciada deste, com objetivo de lucro ilícito, significando burla, dolo, engano, logração, contrabando”.

Segundo o Art. 171 do Código Penal Brasileiro, a fraude é caracterizada ao obter-se “para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”.

Vantagem ilícita é todo e qualquer proveito ou benefício contrário à ordem jurídica, isto é, não permitido por lei. [...] À *vantagem ilícita* deve corresponder, simultaneamente, um prejuízo alheio [...]. (BITENCOURT, 2007, p.764).

O mesmo autor anteriormente citado informa que:

[...] *artifício* é toda simulação ou dissimulação idônea para induzir uma pessoa em erro, levando-a à percepção de uma *falsa aparência da realidade*; *ardil* é a trama, o estratagema, a astúcia; *qualquer outro meio fraudulento* é uma fórmula genérica para admitir qualquer espécie de fraude que possa enganar a vítima. (BITENCOURT, 2007, p.764).

De acordo com a *A125 Fraud Concepts*, elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu (2000-2006, p.6):

A fraude é um ato intencional por parte de um ou mais indivíduos da administração, responsáveis governamentais, empregados ou terceiros, que envolvam o uso de engano para a obtenção de uma vantagem injusta ou ilegal⁴⁶.

A *PriceWaterhouseCoopers* (2007) elaborou uma pesquisa relacionada à fraude. Nesta, revelou-se que a fraude é uma preocupação mundial, e que, para os 40 países e 5.428 empresas (as quais foi possível obter dados), mais de 44% relataram um ou mais crimes econômicos significativos, envolvendo fraude, no curso dos últimos dois anos.

⁴⁵ Fraud is a generic term, and embraces all the multifarious means human ingenuity can devise, which are resorted to by one individual, to get an advantage over another by false representations.

⁴⁶ Fraud is an intentional act by one or more individuals among management, those charged with governance, employees, or third parties, involving the use of deception to obtain an unjust or illegal advantage.

No Brasil, a KPMG (2000) realizou uma pesquisa entre 150 empresas, cujo faturamento encontrava-se entre R\$ 50 milhões e R\$ 5 bilhões. Esta revelou que 80% das empresas reconheceram que haviam sido afetadas por fraude, e dentre estas, dois terços acreditam que o nível de fraudes aumentará nos próximos anos.

A Kroll Brasil e a Transparência Brasil (2003, p.1), em uma pesquisa, apresentam as seguintes definições para os termos “fraude” e “corrupção”:

Fraude: processo de enriquecimento privado por burla de normas públicas ou privadas, sem participação da parte prejudicada. Na fraude, o agente é sempre um cidadão privado.

Corrupção: processo em que um administrador público auferiu vantagens ou rendimentos indevidos aproveitando-se de sua posição. A corrupção sempre envolve um administrador público e um co-participante privado (empresa ou indivíduo).

Para o termo “corrupção”, o dicionário *on line* Michaelis (2007) o define como “ação ou efeito de corromper; decomposição, putrefação, constituindo-se depravação, desmoralização, devassidão, suborno”.

Coutrim et al. (2005, p.1), afirma que a “corrupção tem origem na palavra ruptura, que pode significar o rompimento ou desvio de um código ou conduta moral ou social e infelizmente se espalha por todos os países”. Ainda os mesmos autores complementam que a corrupção é entendida como uma “espécie de conduta através do qual o agente, motivado por alguma vantagem, age desvirtuando as regras de determinado objetivo, contrariando o que a sociedade considera justo e moral”.

Sá e Hoog (2008, p.11) definem corrupção “como ato ou efeito de corromper [...] Só um grupo de desonestos se beneficia de tal mazela moral, enquanto a maioria paga alto por tal preço”.

Segundo o Kaufmann (?, p.82), do Banco Mundial, a corrupção é tradicionalmente definida como “uso do poder público para benefícios privados⁴⁷”. Garcia (2005) afirma que apesar de muitas definições para o termo corrupção, a mais utilizada pelos economistas é esta, adotada pelo Banco Mundial.

A Corrupção é geralmente menos tangível que a fraude. É um estado de espírito ou ético que pode se espalhar entre os indivíduos que compõem uma organização. A corrupção pode levar à fraude, a qual é apenas um dos efeitos causados pela corrupção.⁴⁸ (JONES, 1993, p.3)

⁴⁷ abuse of public office for private gain.

⁴⁸ Corruption is usually less tangible than fraud. It is a state of mind or ethos that can spread among individuals that make up an organization. Corruption can lead to fraud which is but one of the effects caused by corruption.

Cabe, ainda, ressaltar que o termo “fraude” não deve ser confundido com o termo “erro”. A NBC T 11 – IT – 03, aprovada pela Resolução CFC nº. 836 de 1999, informa que:

O termo erro refere-se a ato não-intencional na elaboração de registros e demonstrações contábeis, que resulte em incorreções deles, consistente em:

- a) erros aritméticos na escrituração contábil ou nas demonstrações contábeis;
- b) aplicação incorreta das normas contábeis; e
- c) interpretação errada das variações patrimoniais.

“No erro não existe planejamento, interesse obscuro, ações de objetivos duvidosos, ou seja, é uma falha de procedimento em razão de uma incapacidade técnica ou humana”. (NASCIMENTO, 2003, p.55).

No entanto, de acordo com Pereira e Nascimento (2005, p.46):

Os erros e fraudes cometidos contra as empresas têm impactos diretos na sociedade, pois com a globalização da economia os mercados financeiros deixaram de ser regionais e passaram a ser mundiais. Dessa forma, se uma empresa comete irregularidades em seus demonstrativos contábeis publicados nos Estados Unidos, por exemplo, o reflexo será verificado em todos os países em que essa companhia tenha investimentos.

Como o objetivo principal desta pesquisa consiste em conhecer a conduta, sob o ponto de vista ético, dos profissionais de contabilidade em relação a algumas **fraudes** que possam vir a ocorrer no exercício da profissão, o presente estudo tem como foco a fraude e não a corrupção.

Torna-se importante evidenciar que, na presente pesquisa, foram adotados os conceitos, para o termo fraude, apresentados anteriormente pelo Artigo 171 do Código Penal Brasileiro e pela empresa de auditoria independente Deloitte Touche Tohmatsu.

1.5.1.1 A Fraude e a Contabilidade

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado norte-americano, em um trabalho que realizou sobre as fraudes encontradas nos Estados Unidos, relatou o “uso da Contabilidade” para mistificar balanços por parte das oito maiores empresas profissionais daquela nação. (SÁ e HOOG, 2008).

Na Contabilidade, o termo fraude refere-se, segundo a Resolução CFC nº 836/99, que aprovou a NBC T 11 – IT – 03, “a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis”. Ainda a mesma Resolução cita que a fraude pode ser caracterizada da seguinte forma:

- a) manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados;
- b) apropriação indébita de ativos;
- c) supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;
- d) registro de transações sem comprovação; e
- e) aplicação de práticas contábeis indevidas.

O Instituto de Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) (1998, p.53) ressalta que a fraude “refere-se a um ato intencional por parte de um ou mais indivíduos dentre os membros administrativos, empregados ou terceiros, que resulta em declarações falsas das demonstrações contábeis”.

As fraudes contábeis, portanto, consistem naquelas que incidem nos registros contábeis de uma empresa ou organização, resultando em declarações e informações não fidedignas para seus diversos usuários.

Almeida (2003, p.71) afirma que os desfalques provocados por funcionários da empresa podem ser classificados como temporários ou permanentes. O desfalque temporário “ocorre quando um funcionário se apossa de um bem da empresa e não altera os registros da contabilidade (transferindo o ativo roubado para despesas)”. Já, a ocorrência do desfalque permanente se dá quando “um funcionário desvia um bem da empresa e modifica os registros contábeis, de forma que os ativos existentes concordem com os valores registrados na contabilidade”.

Mota (1988, p.81), com a finalidade de prevenir e evitar a ocorrência de fraudes contábeis, sugere:

- Para coibir tais falhas, as companhias têm procurado fortalecer a segregação de funções e adotar medidas que se resumem no seguinte:
1. Estrutura organizacional que separe as funções de crédito e cobrança, despachos, faturamentos, escrituração de contas a receber e escrituração das contas do razão geral.
 2. Adequado procedimento para estabelecimento de créditos.
 3. Faturamento imediato para todos os embarques.
 4. Verificação, independente de quantidade, preços, cálculos e demais itens da fatura.
 5. Uso de dados independentes para escriturar o razão geral e o razão auxiliar de contas a receber.
 6. Preparação regular da análise de contas a receber por idade de vencimento para revisão pela gerência.

7. Aprovação de devoluções de vendas, compensações e cancelamento de contas incobráveis por gerentes autorizados.
8. Acompanhamento efetivo e controle das contas canceladas.
9. Cobrança das duplicatas através de bancos.

As fraudes contábeis podem ocasionar variados malefícios tanto à empresa quanto aos seus usuários em geral (internos e externos). Assim sendo, com o objetivo de minimizar as possibilidades de ocorrência destes tipos de fraudes, e também de erros que possam vir a ocorrer, a identificação destes necessita ser uma atividade permanente nas empresas. No caso de fatos já concretizados, deve-se buscar a reversão e recuperação dos valores envolvidos.

“É primordial as empresas investirem na detecção de fatos antecedentes com aplicação de medidas preventivas e detectivas, medidas corretivas significam reconstruir estragos acontecidos”. (PINHEIRO e CUNHA, 2003, p.8).

A subseção 1.5.1.3 evidencia alguns tipos de fraudes contábeis e as punições previstas na legislação brasileira, respectivamente. No entanto, antes de tais seções, é de suma importância destacar uma forma de manipulação ou gerenciamento contábil que vem obtendo, gradualmente, uma significativa presença nas organizações.

“Um problema que surge ao se estudar gerenciamento da informação contábil é que são empregados diversos termos, ora com o mesmo significado, ora com significados substancialmente diferentes [...]”. (CARDOSO, 2005, p.19).

Na literatura brasileira, os termos mais comuns, para denominar a manipulação contábil, são conhecidos como Contabilidade Criativa ou Gerenciamento de Resultado.

A Contabilidade Criativa ou Gerenciamento de Resultado, por ser um tema muito polêmico, uma vez que alguns estudiosos a consideram como fraude e outros não, merece ser enfatizado em uma subseção, separadamente. Cabe ressaltar que, conforme anteriormente informado, alguns estudiosos usarão a denominação de Gerenciamento de Resultado e, outros, de Contabilidade Criativa.

1.5.1.1.1 Gerenciamento de Resultado ou Contabilidade Criativa

A contabilidade consiste em uma ciência que utiliza metodologia própria para medir, registrar, analisar e controlar os fatos econômicos que ocorrem nas organizações, objetivando a prestação de contas e de informações que auxiliem os gestores destas no processo de tomada de decisão. (HORNGREN, 2004).

A informação que veicula deve cumprir certos requisitos no que se refere à sua preparação e apresentação. Para assegurar o cumprimento desses requisitos existem normas contábilísticas. Mas estas, muitas vezes deixam uma ampla margem de discricionariedade devido à multiplicidade de disposições e à falta de regulação de certos temas, que pode fazer com que uma mesma empresa tenha várias demonstrações financeiras com resultados muito diferentes, sem que deixe de cumprir as normas contábilísticas vigentes. É neste enquadramento que nasce a contabilidade criativa. (FARIA, 2007, p.222)

A Contabilidade Criativa ou Gerenciamento de Resultado, também conhecida na língua espanhola como *Contabilidad Creativa* e na inglesa como *Earnings Management*, tem conquistado, de forma gradual, uma expressiva presença na informação contábil das empresas.

O interesse pela sua investigação advém da precisão contábilística que se deseja obter com a informação procedente nos seus números. Esta manifestação torna-se mais visível em mercados globalizados. A situação espelha-se nos casos em que num país uma demonstração financeira pode evidenciar lucro, enquanto noutro a mesma demonstração pode evidenciar prejuízo. A distinção pode advir em primeiro plano das normalizações contábilísticas e de diferenças nos critérios legais em vigor. (FARIA, 2007, p.225).

Santos e Grateron (2003, p.8) afirmam que a “contabilidade criativa pode ser entendida como gerenciamento ou manuseio dos resultados, com a intenção de mostrar uma imagem diferente (estável no tempo, melhor ou pior) da entidade”. Assim, esta consiste em um processo de enviesamento e manipulação dos relatórios contábeis.

[...] earnings management ocorre quando os gestores utilizam critérios referentes ao julgamento das demonstrações contábeis e da estrutura das transações para alterar as demonstrações contábeis e para enganar algumas partes interessadas sobre o efetivo desempenho econômico da entidade, ou para influenciar os resultados contratuais que dependem dos números contábeis divulgados⁴⁹ (Healy e Wahlen, 1999, p.367).

⁴⁹ [...] earnings management occurs when managers use judgment in financial reporting and in structuring transactions to alter financial reports to either mislead some stakeholders about the underlying economic performance of the company, or to influence contractual outcomes that depend on reported accounting numbers.

Para Murcia e Borba (2005, p.1) o “processo de gerenciamento da informação a ser evidenciada reduz a qualidade dos relatórios contábeis, tornando suas informações mais opacas em um processo também conhecido como ‘smoothing’”.

“Gerenciamento” dos Resultados Contábeis (*Earnings Management*) caracteriza-se fundamentalmente como alteração proposital dos resultados contábeis (intencional), visando alcançar, atender motivação particular. A gestão “maneja” artificialmente os resultados com propósitos bem definidos, que não são os de expressar a realidade latente no negócio. (MARTINEZ, 2001, p.12).

A contabilidade criativa é o resultado da transformação das cifras contábeis de aquilo que realmente são, para aquilo que aqueles que a elaboram desejam que sejam, aproveitando-se das facilidades que as normas existentes proporcionam, ou mesmo ignorando-as. (NASER, 1993).

Uma das correntes que estuda a Contabilidade criativa, mais especificamente a anglo-saxônica, a define como um conjunto de técnicas e práticas realizadas por parte de um gestor com a finalidade de manipular e obter um nível de resultados (lucros ou prejuízos) desejado. Outros a definem como a seleção das melhores alternativas, válidas do ponto de vista da norma aplicável, utilizando-a como sinônimo de estratégias criativas. Estes extremos, passando por diferentes estágios intermediários, evidenciam que uma definição consensual é praticamente impossível. (SANTOS e GRATERON, 2003, p.10)

Com base no que foi apresentado, a contabilidade criativa ou gerenciamento de resultados consiste em uma maquiagem da realidade do patrimônio de uma entidade, elaborada de forma intencional por meio da manipulação dos dados contábeis, que tem como objetivo proporcionar uma situação a qual os gestores da informação contábil almejam.

De acordo com Gunny (2005, p.2), a “contabilidade criativa pode ser classificada em três categorias: contabilidade fraudulenta, acumulações de resultados e contabilidade criativa real.”⁵⁰. A contabilidade fraudulenta envolve escolhas que infringem os princípios fundamentais de contabilidade. As acumulações de resultados incidem quando, dentro princípios fundamentais de contabilidade, há a busca de tentativas que visam obscurecer ou mascarar o real desempenho econômico. Já a contabilidade criativa real é identificada quando os

⁵⁰ earnings management can be classified into three categories: fraudulent accounting, accruals management and real earnings management.

gerentes não adotam as melhores e aceitáveis práticas com objetivo de aumentar o verdadeiro ganho.

Alguns estudiosos julgam a contabilidade criativa como fraude. Estes entendem que qualquer manipulação da informação contábil que contenha uma distorção na conformação correta desta, deve ser considerada como uma espécie de fraude (SANTOS e GRATERON, 2003; COSENZA e GRATERON, 2003).

A contabilidade criativa é um ato prejudicial e falseador da realidade, no caso do justo valor pode até ser considerado um infausto, se estivermos perante o objetivo maior da nossa disciplina: traduzir informação fiel e fidedigna nas DF's para os utilizadores. (FARIA, 2007, p.226).

Por outro lado, alguns estudiosos, afirmam que há um limite aceitável para o gerenciamento de resultados, na contabilidade (CARDOSO, 2005; FUJI, 2004; MARTINES, 2001; DECHOW e SKINNER, 2000).

É crucial entender que “gerenciamento” dos resultados contábeis, não é fraude contábil. Ou seja, opera-se dentro dos limites do que prescreve a legislação contábil, entretanto nos pontos em que as normas contábeis facultam certa discricionariedade para o gerente, este realiza suas escolhas não em função do que dita a realidade concreta dos negócios, mas em função de outros inventivos, que o levam a desejar reportar um resultado distinto. (MARTINEZ, 2001, p.13).

No entanto, qual seria esse limite plausível? Jones (1991) ressalta que o problema principal consiste na identificação tanto da parte da acumulação, que normalmente é relacionada com o nível de atividade (não discricionária), quanto da parte que é aberta à manipulação (discricionária).

As acumulações não discricionárias são aquelas desempenhadas de acordo com a realidade do negócio, sendo, portanto, aceitáveis. Já as acumulações discricionárias são as artificiais e possuem como único fim o gerenciamento do resultado contábil, não sendo, conseqüentemente, aceitáveis.

As acumulações discricionárias (discretionary accruals) são uma proxy do gerenciamento de resultados contábeis. O desafio de trabalhos na área de gerenciamento dos resultados contábeis é estimar o valor das acumulações discricionárias (AD). As AD podem ser positivas ou negativas, representando, respectivamente, que a empresa está gerenciando seus resultados para melhorá-los ou piorá-los (MARTINEZ, 2004, p.3).

Diversas são as maneiras encontradas para definir acumulações discricionárias. Stolowy e Bretton (2000, p.9) demonstram, em uma tabela-resumo,

apresentada abaixo, as medidas para a identificação de acumulações discricionárias adotadas por alguns pesquisadores.

Autores	Medidas para a identificação de acumulações discricionárias
Healy [1985] DeAngelo [1986]	As acumulações não discricionárias são estimadas por um valor médio durante um determinado período Acumulações totais
Dechow and Sloan [1991]	As acumulações não discricionárias são medidas através do setor industrial
Jones [1991]	As acumulações não discricionárias levam em consideração o crescimento nas receitas e em ativos fixos padronizado pelo total de ativos inicialmente
Freidlan [1994] Robb [1998]	Modelo de DeAngelo total dos recursos no início estandardizado por vendas Provisão de perda de empréstimo
Francis, Maydew e Sparks [1999] Navissi [1999]	Acumulações discricionárias médias: diferença entre acumulações totais e acumulações não-discricionárias estimadas Acumulações totais

Tabela 1 – Medidas para a identificação de acumulações discricionárias
Fonte: Adaptado de Stolowy & Bretton

Apesar dos diversos modelos, Martinez (2001) assegura que o modelo de Jones é o mais indicado para a identificação de acumulações discricionárias.

“Apenas com o modelo de JONES (1991), foi introduzida a abordagem de regressões para controlar as acumulações não discricionárias (NAD) e, a partir daí, estimar indiretamente o valor das acumulações discricionárias (AD)”. (MARTINEZ, 2001, p.46).

Ainda Martinez (2001, p.46) afirma que:

O modelo de JONES supõe que as Acumulações Não Discricionárias (NAD) dependem da variação nos níveis de receitas e dos valores dos Ativos Imobilizados. A idéia é que os volumes das acumulações correntes que serão necessárias dependem da receita, e as acumulações não correntes (depreciação) dependem do montante do ativo imobilizado. Portanto, uma vez que o modelo seja implementado, executado uma regressão múltipla (por séries temporais ou entrecruzadas – cross-sectional), o pesquisador utilizará os coeficientes estimados para calcular as Acumulações não-Discricionárias (NAD) e, a partir daí, a diferença em relação às Acumulações Totais se computará às Acumulações Discricionárias (AD).

Com base no que foi apresentado, a Contabilidade Criativa ou Gerenciamento de Resultados é um tema discutível no que tange a ser ou não caracterizada como uma fraude. Os estudiosos que não a consideram como um tipo de fraude contábil asseguram que esta opera nos limites aceitáveis pela legislação.

1.5.1.2 Fatores que motivam a ocorrência da fraude

A maioria dos indivíduos que comete fraude não apresenta um passado envolto em crimes. De fato, muitos trabalhadores são confiáveis e não possuem um histórico criminal. Por isso, torna-se necessário questionar quais fatores motivam uma pessoa a cometer fraude? (MARSH e GRAVES, 2005).

Gil (1998, p. 23) enfatiza que a motivação, para que um indivíduo cometa uma fraude, está centrada em três vertentes:

1. natureza da satisfação que terá ao perpetrar a fraude [...];
2. aposta na impossibilidade de ser descoberto ou identificado por dificuldades na apuração de provas;
3. expectativa de não ser punido, na eventualidade de ser provada sua ação dolosa no evento, em face da fragilidade das normas e legislação ou de eventuais dificuldades operacionais na organização.

Torna-se muito difícil medir a motivação que um indivíduo possa vir a ter para cometer algum tipo de fraude, visto que existem muitos fatores e valores essencialmente inerentes a cada pessoa. No entanto, Bastos (2007, p.26) informa que “corporativamente é possível que sejam estabelecidas políticas e cultura de ética, justiça honestidade e moralidade de forma a criar um ambiente desmotivante às ações fraudulentas por agentes da empresa ou organização”.

O modelo mais amplamente aceito para explicar os fatores que motivam um indivíduo a cometer a fraude, segundo os estudiosos, foi desenvolvido pelo criminalista americano Donald R. Cressey, da *Indiana University*.

Singleton et al (2006, p.9) afirmam que “[...] a pesquisa de Donald Cressey na década de 1950 fornece a introspecção mais valiosa para a questão porque a fraude é cometida”.

Cressey (1973) estava especialmente interessado nas circunstâncias que conduziam os defraudadores, a quem chamou de “violadores de confiança,” a serem superados pela tentação.⁵¹ (CHOO e TAN, 2007, P. 206).

Cressey decidiu entrevistar fraudadores que foram condenados por desfalques. Ele entrevistou cerca de 200 defraudadores na prisão. Uma das principais conclusões do seu esforço era que cada fraude tinha três coisas em comum: (1) pressão (por vezes referida como motivação, e, geralmente, uma "necessidade indivisível"); (2)

⁵¹ Cressey (1973) was especially interested in the circumstances that led embezzlers, whom he called “trust violators,” to be overcome by temptation.

racionalização (ética pessoal), e (3) o conhecimento e a oportunidade de cometer o crime.⁵² (SINGLETON ET AL, 2006, p.9).

A combinação desses três fatores foi denominada, por Cressey, de "Triângulo da Fraude", conforme representado, abaixo, na Figura nº 2:

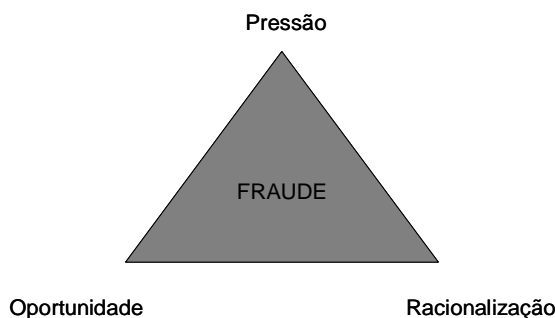


Figura 2 – Triângulo da Fraude

Adaptado de SINGLETON, T.; JACK, B.. Fraud auditing and forensic accounting.

Os vértices do Triângulo da Fraude – pressão, racionalização, oportunidade – são as motivações, de acordo com Cressey, que levam um indivíduo a cometer uma fraude. Cabe ressaltar que estes três fatores foram avaliados na presente dissertação, como motivadores para a ocorrência da fraude.

Silva (2007) informa que Cressey verificou, em sua pesquisa, que a maioria dos fraudadores vivia com algum tipo de pressão, normalmente financeira, que os conduzia à necessidade de obter dinheiro, imediatamente.

Nessa situação, o fraudador percebia ou criava a oportunidade para desviar dinheiro da empresa e assim satisfazer sua necessidade financeira. Mais tarde, o fraudador concebia uma desculpa moralmente aceitável, uma racionalização, para se manter na conduta ilegal. Entre as racionalizações, a mais comum era: "Eu vou pegar esse dinheiro temporariamente e pagarei mais tarde". Outra racionalização típica consistia na pseudo-justificativa: "Os meus superiores são escroques e isso justifica o meu ato de roubar". (SILVA, 2007, p.1).

A Pressão segundo Singleton et al (2006, p.9) “[...] se refere a algo que já aconteceu na vida pessoal do fraudador que cria uma estressante necessidade de fundos, e, portanto, motiva-o a roubar”⁵³.

Para Gomes (2000) a pressão é entendida como qualquer justificativa que serve como base para explicar os atos criminosos.

⁵² Cressey decided to interview fraudsters who were convicted of embezzlement. He interviewed about 200 embezzlers in prison. One of the major conclusions of his efforts was that every fraud had three things in common: (1) pressure (sometimes referred to as motivation, and usually an "unshareable need"); (2) rationalization (of personal ethics); and (3) knowledge and opportunity to commit the crime.

⁵³ [...] refers to something that has happened in the fraudster's personal life that creates a stressful need for funds, and thus motivates him to steal.

Os Modelos desenvolvidos por Ferrell, Fraedrich e Ferrell; e, por Alves, que avaliam o processo decisório ético do indivíduo, abordados, respectivamente, nas subseções 1.3.5 e 1.3.7, apontam a pressão como um dos fatores que influencia a conduta do indivíduo, quando deparado com conflitos de natureza ética.

Em relação à racionalização, Singleton et al (2006, p.10) informam que:

A maior parte dos fraudadores não tem um certificado de registro criminal. [...] Então como os fraudadores justificam ações que são objetivamente criminosas? Limitam-se a justificar os seus crimes sob suas circunstâncias. Por exemplo, muitos irão roubar seus patrões, mas mentalmente irão convencer-se de que irão reembolsá-los (ou seja, "Eu estou apenas pegando o dinheiro emprestado"). Outros acreditam que ninguém está causando prejuízo de modo que torna o roubo benigno. Por último, outros acreditam que eles merecem um aumento ou um tratamento melhor e simplesmente tomam a questão com suas próprias mãos para administrar um tratamento justo. Muitas outras desculpas poderiam servir como uma racionalização, incluindo alguns recursos benevolentes, mas usando-os para propostas sociais (por exemplo, a fundação de uma clínica para animal abandonado).⁵⁴

De acordo com Gomes (2000, p.33), a racionalização consiste na "capacidade de discernimento do indivíduo entre avaliar seus atos em favoráveis e desfavoráveis". É uma forma utilizada pelo fraudador para amenizar o seu ato.

A oportunidade pode ser criada após um planejamento de longa duração, ou surgir eventualmente em algum momento. Ela normalmente está vinculada à inexistência de efetivos mecanismos de controle ou ao desinteresse pelo seu exercício adequado. (GOMES, 2000, p.10)

Os modelos que avaliam o processo decisório ético do indivíduo, desenvolvidos por Ferrell e Gresham; Ferrell, Fraedrich e Ferrell; e, por Alves, informados nas subseções 1.3.2, 1.3.5 e 1.3.7, respectivamente, indicam a oportunidade como um fator que influencia a conduta do indivíduo ao deparar-se com conflitos éticos.

Assim, a oportunidade está relacionada a um ambiente favorável à execução de fraudes dentro de uma organização. Como exemplo, deste ambiente, pode-se citar, dentre outros, as falhas de controle interno e a convivência de distintos funcionários da empresa, ambos abordados a seguir.

⁵⁴ Most fraudsters do not have a criminal record. [...] So how do fraudsters justify actions that are objectively criminal? They simply justify their crime under their circumstances. For instance, many will steal from employers but mentally convince themselves that they will repay it (i.e., "I am just borrowing the money"). Others believe no one is hurt so that makes the theft benign. Still others believe they deserve a raise or better treatment and are simply taking matters into their own hands to administer fair treatment. Many other excuses could serve as a rationalization, including some benevolent ones assets but uses them for social purposes (e.g., to found an animal clinic for strays).

Os controles internos consistem em um essencial instrumento da Governança Corporativa, que devem ser implantados pela alta Administração, conforme já abordado na subseção 1.2. (BERGAMINI, 2005).

Ainda, segundo esse mesmo autor, o ambiente de controle, de uma forma geral, estabelece uma situação permanente e contínua, que existe em todas as áreas da empresa, objetivando a redução dos riscos e o aumento da eficácia dos processos. Um ambiente que possui um forte controle tem por base a integridade e a ética dos empregados. Os executivos da alta administração oferecerem, na prática, o tom ético da organização; e o padrão ético vigente na empresa afeta, de forma direta, todos os demais componentes e instrumentos de controles internos.

De acordo com as NBC – T11, item 11.2.5.1, o controle interno compreende:

o plano de organização e o conjunto integrado de métodos e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da sua eficiência operacional.

Pereira e Nascimento (2003) informam, de forma resumida, que o controle interno consiste em acompanhamentos formais que são inseridos nas organizações com o intuito de garantir segurança e transparência nas diversas operações realizadas em seu ambiente interno.

Assim, o controle interno tem como objetivo a proteção dos ativos de uma organização, além de permitir a produção de dados contábeis confiáveis, facilitando, ainda, a administração na condução ordenada dos negócios de tal organização.

Um sistema de controle interno eficiente diminui a probabilidade de ocorrência de fraudes nas empresas, protegendo, desta forma, o Patrimônio destas. É o que afirma Attie (2000, p.126) ao relatar que “Bons controles internos previnem contra a fraude e minimizam os riscos de erros e irregularidades [...]”.

Uma das causas da ocorrência de fraudes nas entidades é devido a oportunidades propiciadas por falhas no sistema de controle interno. Segundo Peleias (1999, p.1):

Ao promover mudanças internas para adaptarem-se à nova realidade, as empresas alteram suas estruturas organizacionais, normas, procedimentos, maneiras de agir e sistemas de informação. Essas alterações afetam sensivelmente a eficiência de seus sistemas de controle interno.

Desta forma, Almeida (2003, p.63) afirma que “um bom sistema de controle interno funciona como uma “peneira” na detecção de erros ou irregularidades”. Logo, se a empresa tiver um eficaz sistema de controle interno, o auditor pode diminuir o volume de testes de auditoria. No entanto, se o controle interno apresentar-se fraco, o auditor deve aumentar esses testes.

De acordo com Silva (1999, p.68), com relação às fraudes, um bom sistema de controle interno deve: “● reduzir ao mínimo a possibilidade de sua ocorrência; ● tornar prontamente conhecidas as fraudes [...] evitando que assumam proporções vultosas”.

Por outro lado, um sistema de controle interno ineficiente pode facilitar a ocorrência de fraudes. Singleton et al (2006, p.11) afirmam que “A fraqueza ou ausência de controles internos proporciona a oportunidade para fraudadores cometerem seus crimes”⁵⁵.

A KPMG (2000), em sua pesquisa, demonstrou que 93% das organizações entrevistadas pretendem aprimorar seus controles internos.

Em uma pesquisa publicada pela *Kroll International*, em 2002, sobre a importância do controle interno no combate às fraudes, 79% dos respondentes afirmaram que o fortalecimento do controle interno é a melhor maneira de prevenção contra fraudes.

Moyes e Baker (2003) realizaram um levantamento sobre a eficácia dos procedimentos de auditoria para a detecção da fraude. De forma geral esses estudiosos detectaram que os procedimentos mais eficazes eram aqueles que evidenciavam a existência e/ou força dos controles internos.

Cabe ressaltar que a importância do controle interno não é percebida, apenas, atualmente. Albrecht e Romney (1986), em seus estudos, evidenciaram que os auditores consideraram o controle interno como um dos melhores preditores da fraude.

O perfil das fraudes no Brasil tem sofrido, ao longo do tempo, algumas alterações, passando de atividade individual para atuação em grupo, através da formação de verdadeiras quadrilhas (PINHEIRO e CUNHA, 2003). Ou seja, há o aumento da convivência entre indivíduos para a prática da fraude.

⁵⁵ A weakness in or absence of internal controls provides the opportunity for fraudsters to commit their crimes.

A convivência, de acordo com Gil (1998, p.23), “implica a não adoção de atitude pró-ativa de profissional do ambiente interno ou externo organizacional em face de um evento, potencial ou vigente, agressivo a um ativo organizacional”.

A convivência, de acordo com Gomes (2000, p.17), está relacionada com o fato de que “Normalmente o fraudador não age sozinho; existem pessoas coniventes, que se omitem ou apóiam, sutilmente, eventos agressivos à continuidade operacional das organizações”.

Algumas formas segundo as quais uma empresa considera ter havido convivência de funcionários integrante de seus quadros, quando da ocorrência de fraude, são quando um profissional:

- a. tem conhecimento da ocorrência de um evento fraudulento e, mesmo não tendo participação neste evento, não procura evitar sua continuidade ou não comunica esse fato à organização;
- b. tendo ciência de um evento de fraude deliberada, adota postura de cooperação com os agentes fraudadores, alcançando com isso satisfação financeira, material ou psicológica, ou seja, passa a ser enquadrado na categoria de cúmplice;
- c. mesmo não tendo conhecimento de um evento de fraudes, descumprir práticas empresariais operacionais ou de controle padronizadas, nessa forma contribuindo para o sucesso dos agentes fraudadores em seu intento de agressão aos ativos intangíveis da organização;
- d. na função de executivo, gerente ou técnico especialista, não define adequadamente “padrões operacionais e de controle” que previnam, detectem ou monitorem eventos de fraudes [...];
- e. realiza mudança nos controles definidos nas diretrizes de um projeto sem autorização dos responsáveis por esse mesmo projeto;
- f. muda controles já operacionalizados sem autorização e atualização das normas e manuais de qualidade definidores da dinâmica organizacional. (GIL, 1998, p. 45).

Torna-se importante destacar que, no início de 1980, Steve Albrecht, da *Brigham Young University*, adequou o modelo desenvolvido por Cressey, “Triângulo da Fraude”, da criminologia para a contabilidade.

Albrecht e dois de seus colegas conduziram uma análise de 212 fraudes no princípio dos anos 80, conduzindo a seu livro, intitulado *Dissuasão da fraude: A perspectiva do auditor interno*. Os resultados de Albrecht et al. (1984) eram similares aos de Cressey. Iguamente três elementos foram teorizados a estarem presentes no caso em que alguém comete a fraude: *pressões situacionais, oportunidades percebidas, e integridade pessoal*, de fato os mesmos elementos que no triângulo da fraude. Eles ilustraram seu conceito por uma "escala da fraude". Se os primeiros dois elementos são elevados e o terceiro baixo, o risco da fraude é esperado ser elevado.⁵⁶ (JANS, LYBAERT e VANHOOF, 2008, p.6)

⁵⁶ Albrecht was educated as an accountant, unlike Cressey and Sutherland (Wells, 2005). Albrecht and two of his colleagues conducted an analysis of 212 frauds in the early 1980s, leading to their book, entitled *Detering Fraud: The Internal Auditor's Perspective*. Albrecht et al. (1984)'s findings were similar to Cressey's. Also three elements were theorized to be present in the case someone commits fraud: *situational pressures, perceived opportunities, and personal integrity*, in fact the same elements as in the fraud triangle. They illustrated their concept by the "fraud scale". If the first two elements are high and the third low, the fraud risk is expected to be high.

A Figura 3, situada abaixo, demonstra a escala de fraude, desenvolvida por Albrecht:



Figura 3 – Escala de Fraude

Adaptado de WELLS, Joseph T.. Corporate Fraud Handbook. Prevection and Detection.

Gomes (2000) informa que, Albrecht, em seu estudo, classificou as motivações dos fraudadores em 9 categorias, a saber:

- (1) Viver acima de seus padrões de renda;
- (2) Um incontrolável desejo de ganhos pessoais;
- (3) Possuir dívidas;
- (4) Uma relação próxima com o cliente;
- (5) Sentir que pagar não faz parte de suas responsabilidades;
- (6) Ter uma atitude de desafio aos procedimentos e paradigmas;
- (7) Ter prazer ao quebrar sistemas;
- (8) Gostar do jogo ou apostas; e
- (9) Famílias separadas ou pressão do cônjuge.

A pressão familiar foi evidenciada no cenário B, a fim de ser testada como um possível fator de influência no processo decisório ético dos respondentes desta pesquisa – profissionais de Contabilidade.

Com base no que foi exposto, são diversos os fatores, evidenciados na literatura, que motivam um indivíduo a cometer um ato fraudulento. Por outro lado, torna-se importante ressaltar que uma forma eficiente de desmotivar um indivíduo a cometer um ato fraudulento, segundo diversos estudiosos, é puni-lo por tal ato. Algumas das reações existentes, que visam opor-se a fraude, estão destacadas na subseção 1.5.1.3.

1.5.1.3 Reação às fraudes

Diversas são as ações existentes para o combate à fraude. Uma delas é o aprimoramento dos controles internos de uma empresa, demonstrada na subseção 1.5.1.2. A presente subseção informa algumas das punições evidenciadas na legislação brasileira aplicadas a alguns tipos de fraudes, além de destacar a Lei Sarbanes-Oxley.

1.5.1.3.1 Punições evidenciadas na legislação brasileira contra alguns tipos de fraudes

A punição corresponde a um estímulo aversivo em resposta a um determinado comportamento indesejado. Os modelos desenvolvidos por Ferrell e Gresham; Ferrell, Fraedrich e Ferrell; e por Alves, para avaliar o processo decisório ético do indivíduo, apresentados nas subseções 1.3.2, 1.3.5 e 1.3.7, respectivamente, evidenciam a punição como uma importante ferramenta para a diminuição da probabilidade do indivíduo cometer um ato antiético, como, por exemplo, fraudar. Cabe ressaltar que a influência da punição na conduta dos profissionais de contabilidade foi avaliada na presente dissertação

Este item, da presente pesquisa, irá demonstrar algumas punições evidenciadas na legislação brasileira aplicadas a certos tipos de fraude.

O Código Penal Brasileiro, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848 de 1940, dispõe, em seu Capítulo VI, sobre o Estelionato e Outras Fraudes. Conforme abordado na subseção 1.5.1, o Art. 171 do referido código caracteriza a fraude quando se obtém “para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”.

Ainda o mesmo artigo informa a pena para este tipo de fraude: “reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa”. Cabe ressaltar o disposto no § 1º “Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor o prejuízo, o juiz pode aplicar a pena conforme o disposto no art. 155, § 2º”:

“Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa”. (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, ART. 171, § 2º).

A pena supracitada cabe, ainda, à fraude na entrega de coisa, que segundo o próprio Código Penal é caracterizada quando ocorre a defraudação da substância, qualidade ou quantidade de coisa que deve ser entregue ao indivíduo.

Para a presente pesquisa foram destacados alguns tipos de fraudes que têm a possibilidade de impactar a Contabilidade, a saber: Crimes contra a ordem tributária (exemplo: Sonegação Fiscal), Falsificação da escrituração e de seus comprovantes, Inobservância do regime de competência, Crime contra investidores, Colarinho Branco, Crimes contra ordem econômica e Lavagem de dinheiro e ocultação de bens.

É característica do ser humano tentar amenizar a sua carga tributária, ou seja, o montante de dinheiro que deve entregar ao Estado. Historicamente existe uma constante luta entre os contribuintes e o fisco. Este, com o intuito de sempre elevar a arrecadação, não se importando com os meios a atingir tal fim; aquele, procurando desenvolver procedimentos que visem excluir ou minorar os encargos tributários.

Determinados comportamentos dos indivíduos perante a tributação, tendentes a excluir ou a diminuir encargos tributários, podem ser enquadrados como hipóteses de evasão ou de elisão fiscal, a fraude fiscal.

A Lei 4.502/64 no seu art. 72 define fraude fiscal como:

Toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

A Lei 8.137/90, em seu artigo 1º, informa o que estabelece crime contra a ordem tributária:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:
I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;
IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Ainda a mesma lei supracitada, em seu artigo 2º, in forma que constitui crime da mesma natureza:

I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;
II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;
III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;
IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;
V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

A fraude fiscal consiste em um disfarce da verdade real. Refere-se a uma conduta artificiosa do contribuinte para com o erário público, contrária a sua obrigação imposta pela lei tributária. Possui sempre como fim um delito contra o interesse público. A pena para tal crime, prevista na Lei 8.137/90, consiste em reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

Sendo mais específico, para a Sonegação Fiscal, um tipo de fraude contra a ordem tributária, a pena prevista na Lei 4.729/65, é a detenção, de seis meses a dois anos, além de multa de duas a cinco vezes o valor do tributo. Ainda, esta lei informa que:

§ 1º Quando se tratar de criminoso primário, a pena será reduzida à multa de 10 (dez) vezes o valor do tributo.

§ 2º Se o agente cometer o crime prevalecendo-se do cargo público que exerce, a pena será aumentada da sexta parte.

§ 3º O funcionário público com atribuições de verificação, lançamento ou fiscalização de tributos, que concorrer para a prática do crime de sonegação fiscal, será punido com a pena deste artigo aumentada da terça parte, com a abertura obrigatória do competente processo administrativo.

Cabe informar que o profissional contábil tem sua responsabilidade, por crimes tributários, confirmada pelo Decreto - Lei nº 5.844, de 1943, art. 39, § 1º:

Determina de forma objetiva que o contador e o técnico em contabilidade, dentro do âmbito de sua atuação e no que se referir à parte técnica, serão responsabilizados, juntamente com os contribuintes, por qualquer falsidade dos documentos que

assinarem e pelas irregularidades de escrituração praticadas no sentido de fraudar o imposto.

Para a fraude de falsificação da escrituração e de seus comprovantes, o Decreto-Lei 1.598/1977, em seu Art. 7, § 2º, estabeleceu as seguintes penalidades:

A falsificação, material ou ideológica, da escrituração e seus comprovantes, ou de demonstração financeira, que tenha por objeto eliminar ou reduzir o montante de imposto devido, ou diferir seu pagamento, submeterá o sujeito passivo a multa, independentemente da ação penal que couber.

Ainda o Decreto-Lei 1.598/77, o seu Art. 7º, § 3º dispõe que:

Verificado pela autoridade fiscal, antes do encerramento do período-base, que o contribuinte omitiu registro contábil total ou parcial de receita, ou registrou custos ou despesas cuja realização não possa comprovar, ou que tenha praticado qualquer ato tendente a reduzir o imposto do exercício financeiro correspondente, inclusive na hipótese do § 1º, ficará sujeito a multa em valor igual à metade da receita omitida ou da dedução indevida, lançada e exigível ainda que não tenha terminado o período-base de incidência do imposto.

O Código Penal Brasileiro, em seu Art. 172 informa que é fraude “Emitir fatura, duplicata ou nota de venda que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, ou ao serviço prestado”. Para tal, a pena prevista é de detenção, de dois a quatro anos, além de multa. Ainda o mesmo artigo, no Parágrafo Único informa que incorrerá nas mesmas penas, “aquele que falsificar ou adulterar a escrituração do Livro de Registro de Duplicatas”.

A Inobservância do Regime de Competência também consiste em um tipo de fraude que impacta diretamente a Contabilidade.

A inexactidão quanto ao período-base de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, ou do reconhecimento de lucro, somente constitui fundamento para lançamento de imposto, diferença de imposto, correção monetária ou multa, se dela resultar:

- a) a postergação do pagamento do imposto para exercício posterior ao em que seria devido; ou
- b) a redução indevida do lucro real em qualquer período-base. (DECRETO-LEI 1.598/77, ART. 6º, § 5º).

Os crimes contra investidores, também considerados como um tipo de fraude que pode gerar conseqüências para a Contabilidade, são caracterizados na Lei nº 7.913 de 1989, como:

I - operação fraudulenta, prática não eqüitativa, manipulação de preços ou criação de condições artificiais de procura, oferta ou preços de valores mobiliários;

II - Compra ou venda de valores mobiliários, por parte dos administradores e acionistas controladores de companhia aberta, utilizando-se de informação relevante, ainda não divulgada para conhecimento do mercado ou a mesma operação realizada por quem a detenha em razão de sua profissão ou função, ou por quem quer que a tenha obtido por intermédio dessas pessoas;
III - omissão de informação relevante por parte de quem estava obrigado a divulgá-la, bem como sua prestação de forma incompleta, falsa ou tendenciosa.

O crime contra investidores também foi previsto na Lei 6.385/76. A pena para este tipo de crime pode variar de seis meses a oito anos, além de multa de até três vezes o valor da vantagem ilícita obtida em decorrência do crime.

Outra fraude que tem a possibilidade de impactar a Contabilidade é o crime de colarinho branco. A Lei 7.942/86 define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências. Dentre as providências informadas na referida Lei, as que poderão ser ligadas à contabilidade são:

A) Art. 9º - Fraudar a fiscalização ou o investidor, inserindo ou fazendo inserir, em documento comprobatório de investimento em títulos ou valores mobiliários, declaração falsa ou diversa da que dele deveria constar.

Para tal crime, a pena é de reclusão de um a cinco anos, além de multa.

B) Art. 10º - Fazer inserir elemento falso ou omitir, elemento exigido pela legislação, em demonstrativos contábeis de instituição financeira, seguradora ou instituição integrante do sistema de distribuição de títulos de valores mobiliários.

O crime supracitado tem como pena, prevista na própria lei, reclusão, de um a cinco anos, além de multa.

C) Art. 21º - Atribuir-se, ou atribuir a terceiro, falsa identidade, para realização de operação de câmbio.

A pena é a detenção de um a quatro anos, e multa. Cabe ressaltar que o parágrafo único da referida lei, informa que incorre na mesma pena quem, para o mesmo fim, sonega informação que devia prestar ou presta informação falsa.

D) Art. 22º - Efetuar operação de câmbio não autorizada, com o fim de promover evasão de divisas do País.

Pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa. Ainda, no parágrafo único da referida lei, há a informação de que incide em tal pena quem, a qualquer título, promove, sem autorização legal, a saída de moeda ou divisa para o exterior, ou nele mantiver depósitos não declarados à repartição federal competente.

Para o crime de Lavagem de dinheiro e ocultação de bens, a Lei 9.613 de 1998, em seu Art. 1º informa que:

Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime:

I - de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins;

II - de terrorismo;

III - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção;

IV - de extorsão mediante seqüestro;

V - contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos;

VI - contra o sistema financeiro nacional;

VII - praticado por organização criminosa.

A pena para o supracitado crime é de reclusão de três a dez anos, além de multa. Ainda cabe ressaltar que:

§ 1º Incorre na mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo:

I - os converte em ativos lícitos;

II - os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em garantia, guarda, tem em depósito, movimenta ou transfere;

III - importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros.

§ 2º Incorre, ainda, na mesma pena quem:

I - utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de qualquer dos crimes antecedentes referidos neste artigo;

II - participa de grupo, associação ou escritório tendo conhecimento de que sua atividade principal ou secundária é dirigida à prática de crimes previstos nesta Lei.

§ 3º A tentativa é punida nos termos do parágrafo único do art. 14 do Código Penal.

§ 4º A pena será aumentada de um a dois terços, nos casos previstos nos incisos I a VI do caput deste artigo, se o crime for cometido de forma habitual ou por intermédio de organização criminosa.

§ 5º A pena será reduzida de um a dois terços e começará a ser cumprida em regime aberto, podendo o juiz deixar de aplicá-la ou substituí-la por pena restritiva de direitos, se o autor, co-autor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais e de sua autoria ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime.

Torna-se importante destacar que alguns destes tipos de fraudes foram evidenciados nos cenários, para fins da presente pesquisa.

1.5.1.3.2 Lei Sarbanes-Oxley

No final de 2001, o mundo dos negócios assistiu a uma série de escândalos e fraudes financeiras que envolveram empresas localizadas nos Estados Unidos da América (EUA). Após tais escândalos, em 2002, foi aprovada a lei Sarbanes-Oxley,

com o objetivo de recuperar a confiança e a credibilidade do mercado financeiro norte-americano.

Após o escândalo que envolveu a empresa Enron, uma das maiores empresas norte-americanas, a Bolsa de Nova Iorque (NYSE 2002) desenvolveu uma pesquisa, em 2002, com uma amostra de 2.050 pessoas (homens e mulheres com idades e perfis variados), cujo objetivo consistiu em revelar o nível de confiança, dessas pessoas, na economia, no mercado, e, principalmente, nas informações divulgadas pelas empresas. Verificou-se que o nível de confiança dos entrevistados havia se reduzido consideravelmente. Em uma escala de 0 a 5, apenas 5% dos participantes responderam possuir total confiança nas informações divulgadas pelas empresas dos Estados Unidos. Desta forma, o governo norte-americano se viu pressionado a intrometer-se com medidas legislativas que fossem fortes o bastante para restabelecer a confiança perdida. (BORGERTH, 2008).

Em abril de 2002, a lei Oxley, elaborada pelo congressista americano Michael Oxley, já tramitava no Congresso. Com o advento dos escândalos contábeis, o processamento legislativo desta lei uniu-se ao da lei Sarbanes, do parlamentar Paul S. Sarbanes, dando origem então à lei Sarbanes-Oxley, que foi sancionada pelo Presidente Norte-Americano, George W. Bush, em 30 de julho de 2002, após a aprovação do Congresso. (COVA, 2004-2005, p.6).

A lei Sarbanes-Oxley surgiu, basicamente, como uma grande reação do governo americano em relação às fraudes contábeis ocorridas em grandes empresas, como por exemplo, Enron e WorldCom, pela excessiva falta de regulamentação. Esta Lei apresenta como principal foco as reformas referentes à responsabilidade corporativa, ao aperfeiçoamento das divulgações financeiras, ao combate às fraudes contábeis e à criação da *Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB)* - entidade com competência para supervisionar as atividades das empresas de auditoria independente. (CASTRO e LIMA, 2003).

A Lei Sarbanes-Oxley, também conhecida como SOX, determina que todas as empresas, inclusive estrangeiras, que negociem títulos registrados na Securities and Exchange Commission (SEC) se adequem às exigências da lei. Assim, as empresas brasileiras que tenham o seu capital subsidiado por empresas estrangeiras que atuam no mercado norte-americano, estão sujeitas as regras da SOX. (LIMA, MACIEL e LIBONATI, 2008).

A SOX, de acordo com a Deloitte (2003), reescreveu as regras de governança corporativa relativas à divulgação e à emissão de relatórios financeiros. A premissa

básica desta lei consiste na boa governança corporativa e nas práticas éticas do negócio, envolvendo questões como a responsabilidade dos administradores, e regras para a negociação de títulos e *disclosure*. Dentre as seções contidas na SOX, para fins da presente pesquisa, destacam-se as seguintes: 302 e 404, visto que nestas constam as principais exigências com relação à evidenciação contábil.

A Seção 302, Responsabilidade Corporativa pelos Relatórios Financeiros, determina que os diretores executivos e financeiros das empresas devem declarar suas responsabilidades em relação aos controles e procedimentos de divulgação dos relatórios financeiros. Logo, esses diretores devem informar que: (1) revisaram os relatórios financeiros; (2) estes não contêm informações incorretas e nem omitem informações sobre fatos materiais; (3) as informações financeiras incluídas no relatório informam a condição financeira da empresa no período. (LÉLIS e PINHEIRO, 2008; DELOITTE, 2003).

A Seção 404 determina a avaliação anual da administração sobre os controles internos. Os diretores devem reconhecer diretamente a responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção da estrutura de controles internos e, ainda, devem informar ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Externa as deficiências significativas e fraquezas materiais encontradas nos controles. Os auditores independentes, por sua vez, devem emitir um relatório distinto que ateste a afirmação da administração sobre a eficácia dos controles internos e dos procedimentos efetuados para a emissão dos relatórios financeiros. (LÉLIS e PINHEIRO, 2008; MARCONDES e PROENÇA, 2006; DELOITTE, 2003).

Em resumo, a seção 302 prevê um Certificado em que o presidente da empresa (CEO) e o diretor financeiro (CFO) atestam a efetividade dos controles internos desta e a fidedignidade dos relatórios financeiros. Já a seção 404 estabelece os critérios para esta avaliação. Borgerth (2008) afirma que para a avaliação dos controles internos, os testes não poderão ser desempenhados em períodos superiores a 90 dias antes da divulgação da informação.

Os executivos, dada as circunstâncias, para que possam emitir tais declarações, necessitam de um sólido conhecimento a respeito da estrutura de controles internos.

As novas regras do mercado de capitais exigiram que os principais executivos dessas empresas reduzam os riscos de divulgação das informações financeiras a níveis aceitáveis, o que os obrigou a reestruturarem seus controles internos. Para

aderência à lei, empresas presentes no mercado de ações norte-americano implementaram grandes projetos para fortalecer sua estrutura de controles internos e fornecer segurança razoável de que as demonstrações financeiras divulgadas correspondem à realidade da empresa. (LÉLIS e PINHEIRO, 2008, p.1).

Assim, a adequação da estrutura de controles internos sobre divulgações financeiras tornou-se condição imprescindível para as empresas que se enquadram na Lei Sarbanes-Oxley.

Cabe ressaltar que pesquisas elaboradas pelo *Financial Executives International (FEI)* com 217 empresas norte-americanas que já se adequaram à Seção 404 demonstram que 55% dos executivos acreditam que tal Seção aumenta o nível de confiança dos investidores e órgãos de controle nos relatórios financeiros de uma empresa. E ainda, no universo que considera apenas as grandes empresas (receita superior a US\$ 25 bilhões), esse percentual eleva-se para 83%. (BORGERTH, 2008).

Embora existam diversas estruturas de controles internos, a SEC recomenda como padrão de referência, para controles internos, a estrutura recomendada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO*.

Criado em 1985, o COSO tem como objetivo auxiliar a Comissão nacional sobre Relatórios Financeiros Fraudulentos. Trata-se em uma iniciativa privada independente, cuja finalidade consiste em estudar fatores que podem gerar relatórios fraudulentos, além de sugerir recomendações para as empresas abertas, para seus auditores, instituições educacionais, para a SEC e outros reguladores. (BORGERTH, 2008).

A Estrutura Integrada de Controles Internos, desenvolvida pelo COSO e patrocinada pela AICPA, FEI, IIA, entre outros, é dominante nos Estados Unidos. As diretrizes desta estrutura foram publicadas em 1991, com atualizações posteriores. (DELOITTE, 2003).

O COSO se esforça para a melhoria da qualidade dos relatórios financeiros através da ética empresarial, controles internos eficazes e governança corporativa. (YOSHIDA, 2007).

O Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO (1992) postula que controle interno é um processo resultante das ações de um comitê de diretores, administradores e outras pessoas de uma empresa, para prover razoável segurança relativa ao alcance de objetivos nas seguintes categorias: eficácia e eficiência das operações, confiabilidade das informações financeiras e obediência (*compliance*) às leis e regulamentos aplicáveis. (LÉLIS e PINHEIRO, 2008, p.5).

A estrutura desenvolvida pelo COSO divide os controles internos em cinco componentes relacionados entre si, cujo objetivo consiste na simplificação da tarefa da administração com relação ao gerenciamento e supervisionamento de todas as atividades que fazem parte de uma estrutura de controles internos bem-sucedida. (DELOITTE, 2003).

Os cinco componentes, conforme ilustrado na Figura 4, são: Ambiente de Controle; Avaliação de Riscos; Atividades de Controle; Informação e Comunicação e Monitoramento.



Figura 4 – Estrutura Integrada de Controle Interno
Adaptado de The Institute of Internal Auditors, 2005.

1) Ambiente de controle: Representa a base de toda a estrutura de controles internos, que orienta a organização, influenciando a consciência de controle dos empregados. Os fatores que integram o ambiente de controle incluem, dentre outros, os seguintes: integridade, conduta, atitude, valores éticos, consciência e competência das pessoas, filosofia da administração, formas de definir autoridade e responsabilidade.

2) Avaliação de risco: Os riscos mais relevantes para o alcance dos objetivos enfrentados por uma empresa devem ser identificados e avaliados pela Administração, para que possam ser gerenciados. Seu impacto e sua probabilidade de ocorrência devem ser considerados.

3) Atividades de controle: Representam as políticas, práticas e procedimentos, como, por exemplo, revisões analíticas e reuniões de diretoria para acompanhamento dos negócios, painéis de controle, entre outros, que têm como finalidade assegurar que as diretrizes operacionais estão sendo alcançadas, através

da gestão dos riscos para o alcance dos objetivos da organização. As atividades de controle são compostas por tais fatores: (I) revisão da alta direção; (II) administração funcional direta ou de atividade; (III) processamento da informação; (IV) controles físicos; (V) indicadores de desempenho; (VI) segregação de funções; (VII) controle dos sistemas de informações; e (VIII) controles gerais.

4) Informação e comunicação: Abrange a comunicação interna e externa. Identifica e fornece informações pertinentes para que sirvam de suporte para os controles internos. Essas informações devem ser identificadas, apanhadas e comunicadas em um formato e uma estrutura de tempo que permita que as pessoas assumam e cumpram suas responsabilidades. Todos os funcionários devem receber uma mensagem clara da alta administração que informe que as responsabilidades pelos controles devem ser tratadas com seriedade.

5) Monitoramento: O sistema de controles internos necessita ser monitorado de forma contínua, para que a sua eficácia seja avaliada. Um bom sistema de controle interno jamais chega ao nível de “finalizado”. O aparecimento de novos cenários provoca a necessidade de identificação de novas fragilidades e, conseqüentemente, o aprimoramento do controle interno. (BORGERTH, 2008; LÉLIS e PINHEIRO, 2008; LIMA, MACIEL e LIBONATI, 2008; DELOITTE, 2003).

Borgerth (2008) ainda descreve mais três componentes que, segundo a mesma, estão abrangidos no COSO: Estabelecimento das Metas, Identificação de Problemas e Resposta ao Risco. São eles:

A) Estabelecimento das metas – as metas a serem consideradas devem ser constituídas e comunicadas clara e eficientemente.

B) Identificação de problemas – os sistemas necessitam ter a capacidade de sinalizar sempre que algo fora do padrão esperado venha a acontecer.

C) Resposta ao risco – Torna-se necessário que as empresas, ao identificarem os riscos e probabilidades a que estão sujeitas, elaborem planos de contingência que venham a suavizar a perda na ocorrência de um sinistro.

Apesar da estrutura do COSO ser amplamente utilizada pelas empresas. Bergamini Jr. (2005) ressalta que as definições de controles internos devem ser conduzidas com cuidado para o ambiente interno das empresas, já que cada empresa tem objetivos específicos e procedimentos diferenciados em função do seu negócio.

Além desta ponderação, muitos são os que vêm criticando a Lei Sarbanes-Oxley ao proferirem que esta é um exagero e que os custos para adequar o controle interno, conforme as exigências de tal Lei, são bastante elevados. No entanto, muitos administradores, executivos e gerentes acreditam que os benefícios gerados com o aperfeiçoamento dos controles internos superarão os custos gerados na implantação ou adequação destes.

Sem informação, nenhuma empresa é administrada. Qualquer investimento que determinada empresa faça com intuito de aprimorar a qualidade de seus controles internos seguramente se reverterá em aumento da confiabilidade desta informação. Assim, esse gasto, longe de constituir uma perda, mais cedo ou mais tarde irá resultar em uma empresa melhor administrada. (BORGERTH, 2008).

Em síntese, a literatura sobre o COSO coloca em evidência a Ética (valores éticos) como um fator que integra o Ambiente de Controle. Por este motivo, ressalta-se a importância deste tema para a presente pesquisa.

2. METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os procedimentos metodológicos que fundamentam a presente pesquisa e que permitem a possibilidade do seguinte problema de pesquisa ser respondido: Como o profissional de contabilidade se posiciona, sob o ponto de vista ético, em relação a dilemas morais referentes à sua atividade profissional?

2.1 Hipóteses de pesquisa

A questão ou a hipótese de pesquisa refere-se a uma idéia ou proposição que pode ser testada para associação ou causalidade usando estatística. (COLLIS e HUSSEY, 2005).

Para Alves (2005), a hipótese de pesquisa pode ser definida como uma provável solução para um determinado problema. Deve ser identificada a variável independente e a variável dependente, bem como estabelecer uma afirmação sobre a relação entre elas. Neste estudo, as hipóteses foram desenvolvidas visando um teste de associação entre as mesmas.

Conforme anteriormente informado, o objetivo desta dissertação consistiu em verificar a conduta ética dos profissionais de contabilidade quando, no exercício de suas atividades profissionais, se depararem com questões relacionadas a fraudes, considerando alguns fatores que podem influenciar o seu processo decisório ético, motivando-o a cometer um ato fraudulento. Para alcançar tal objetivo, foram formuladas algumas hipóteses e sub-hipóteses, a saber:

Hipótese 1: Os fatores individuais influenciam o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A partir da Hipótese 1 foram constituídas as seguintes sub-hipóteses:

Sub-hipótese 1.1: A idade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Sub-hipótese 1.2: O gênero influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Sub-hipótese 1.3: O nível de escolaridade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Sub-hipótese 1.4: O tempo de registro influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Sub-hipótese 1.5: A posição no mercado de trabalho influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Sub-hipótese 1.6: O tipo de registro influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Hipótese 2: Os vértices do triângulo da fraude influenciam o posicionamento ético do profissional contábil, em relação a fraude.

A Hipótese 2 foi constituída com base nas seguintes sub-hipóteses:

Sub-hipótese 2.1: A pressão influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Sub-hipótese 2.2: A oportunidade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Sub-hipótese 2.3: A racionalização do ato influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Hipótese 3: A punição influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

2.2 Tipo e Método de pesquisa

Para a presente pesquisa, inicialmente, elaborou-se uma revisão da literatura contendo itens importantes relacionados ao tema, visando sintetizar conteúdos escritos sobre o assunto pesquisado.

Com relação à classificação, Collis e Hussey (2005) informam que diversos tipos de pesquisas podem ser classificados conforme:

- O objetivo da pesquisa – os motivos pelos quais provocaram a realização da pesquisa.
- O processo da pesquisa – a forma pela qual serão coletados e analisados os dados.
- A lógica da pesquisa – se a pesquisa move-se do geral para o específico ou do específico para o geral.
- O resultado da pesquisa – se a pesquisa foi desenvolvida para resolver um determinado problema ou para fazer uma contribuição geral para o conhecimento.

Assim, a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva, visto que seu objetivo consiste em descrever a conduta ética dos profissionais de contabilidade em relação a algumas fraudes que têm a possibilidade de ocorrer no exercício de suas atividades profissionais. Malhotra (2006, p.101, grifo do autor) informa que “o principal objetivo da **pesquisa descritiva** é descrever alguma coisa – normalmente características [...]”.

Pesquisa descritiva é a pesquisa que descreve o comportamento dos fenômenos. É usada para identificar e obter informações sobre características de um determinado problema ou questão. [...] Os dados compilados costumam ser quantitativos e técnicas estatísticas são geralmente usadas para resumir as informações. (COLLIS e HUSSEY, 2005, p.24, grifo do autor).

Este estudo pode, também, ser considerado como formal. Cooper e Schindler (2003) ressaltam que tais estudos normalmente são estruturados com hipóteses ou questões investigativas declaradas de forma clara, e podem: descrever fenômenos ou características associadas à população-alvo; estimar as proporções de uma população que tenha essas características; descobrir associações entre as

diferentes variáveis; descobrir e mensurar as relações de causa e efeito entre as variáveis.

No que tange ao processo da pesquisa, esta é classificada como quantitativa, visto que “procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma de análise estatística”. (MALHOTRA, 2006, p.154). Pode-se afirmar, ainda, que o paradigma desta pesquisa é classificado como positivista.

A proposta positivista procura os fatos e as causas de fenômenos sociais, dando pouca importância ao estado subjetivo do indivíduo. Portanto, o raciocínio lógico é aplicado à pesquisa de modo que precisão, objetividade e rigor substituam palpites, experiências e intuição como a maneira de investigar problemas de pesquisa. (COLLIS e HUSSEY, 2005, p.58-59).

Quanto à lógica, a pesquisa caracteriza-se como dedutiva. O método dedutivo parte de teorias e leis para os casos particulares. A estrutura conceitual e teórica é desenvolvida e depois testada pela observação empírica. Logo, o método dedutivo se baseia no empirismo (MARCONI e LAKATOS, 2000).

Em relação ao resultado da pesquisa, pode-se classificá-la como básica.

A pesquisa básica também é chamada de pesquisa *fundamental* ou *pura*. [...] Quando o problema da pesquisa é de natureza menos específica, e a pesquisa está sendo conduzida basicamente para aumentar nosso entendimento de questões gerais, sem ênfase em sua aplicação imediata [...]. A pesquisa básica é considerada a forma mais acadêmica de pesquisa, visto que o principal objetivo é fazer uma contribuição para o conhecimento, em geral para o bem comum, em vez de resolver um problema específico para uma organização. (COLLIS e HUSSEY, 2005, p.27).

2.3 Coleta de dados

Os dados utilizados para a elaboração do presente estudo, classificados como primários, foram coletados no CRCRJ e, também, via e-mail. Segundo Cooper e Schindler (2003, p. 223, grifo do autor) “**Fontes primárias** são trabalhos originais de pesquisa ou dados brutos, sem interpretação ou pronunciamentos, que representam uma opinião ou posição oficial”.

Se for adotado um paradigma positivista, torna-se essencial que os *dados* usados sejam altamente específicos e precisos. Desta forma, devem, sobretudo, ser quantitativos. (COLLIS e HUSSEY, 2005).

Para a operacionalização das hipóteses e sub-hipóteses, foi empregado um questionário contendo 3 (três) cenários, localizado no apêndice desta dissertação. Todos os cenários apresentam questões éticas envolvidas, relacionadas a algum tipo de fraude.

Os cenários são comumente utilizados para examinar julgamentos e intenções éticas em muitas diferentes áreas (GOLES ET. AL. (2006); BANERJEE ET AL., 1998; CAPPEL e WINDSOR, 1998; ELLIS e GRIFFITH, 2001; HARRINGTON, 1996).

A população-alvo desta pesquisa compreende os contadores e técnicos em contabilidade que possuem registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro – CRCRJ, ou seja, aqueles que estão em condições legais para o exercício da profissão. A amostra utilizada conteve um total de 132 respondentes.

A cada respondente foi solicitada a sua classificação em relação aos cenários. Em todos os cenários, para as perguntas 7, 8, 10 a 16, 18 a 24, 26 a 30, utilizou-se a Escala de Likert de 5 pontos, que varia do '1 – Discordo Totalmente' até '5 – Concordo Totalmente'. As perguntas 9, 17 e 25 referem-se à gravidade do ato em questão, variando de '1 – Sem Gravidade' até '5 – Muito Grave'.

Segundo Aaker *et al.* (2001) as perguntas sobre atitudes constantemente possuem posições intermediárias. Como regra geral, o espectro de opiniões pode ser mais bem capturado, em sua maioria, com cinco a sete categorias de respostas.

A **escala de Likert** é a variação mais freqüentemente usada da *escala de classificação somatória*. As escalas somatórias consistem de afirmações que expressam atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação ao objeto de interesse. Pede-se ao respondente que concorde ou discorde de cada afirmação. Cada resposta recebe uma classificação numérica para refletir seu grau de favorecimento de atitude, e esses números podem ser somados para mensurar as atitudes do respondente. (COOPER e SCHINDLER, 2003, p.201-202, grifo do autor).

As questões elaboradas nos cenários da pesquisa, buscaram avaliar as respostas dos entrevistados sob alguns aspectos, além de testar as hipóteses e sub-hipóteses, apresentadas anteriormente.

O modelo teórico, de tomada de decisão ou processo decisório ético de um indivíduo, utilizado para alcançar os objetivos desta dissertação, foi o modelo desenvolvido por Alves, apresentado anteriormente na subseção 1.3.7. Optou-se pelo modelo de Alves, visto que este foca, especialmente, a tomada de decisão ética dos profissionais da área de Contabilidade, objeto de estudo desta dissertação.

Adotou-se também, para fins da presente pesquisa, o modelo desenvolvido por Cressey, que explica os fatores que motivam um indivíduo a cometer a fraude.

Os aspectos contidos no modelo de Alves, adaptado do Modelo de Rest, utilizados neste estudo (reconhecimento, julgamento, intenção, comportamento, gravidade e punição) e os aspectos contidos no modelo de Cressey (oportunidade, pressão e racionalização) foram agrupados para que fossem alcançados os objetivos desta dissertação. Esses aspectos, já acoplados, são demonstrados abaixo:

(1) Reconhecimento da questão moral: Inicialmente, torna-se necessário que o respondente, reconheça ou não, a questão moral inserida em cada cenário. As questões nº. 7, 15 e 23 foram elaboradas para analisar a capacidade do respondente em distinguir um dilema moral, subentendido no cenário em questão.

(2) Julgamento do ato: O entrevistado responderá se concorda ou não com o ato do indivíduo inserido no cenário, ou seja, o profissional de contabilidade julgará o ato de cada indivíduo nos cenários propostos. As questões nº. 8, 16 e 24 verificam o julgamento, por parte do respondente, em relação ao dilema sugerido nos cenários.

(3) Gravidade: Os respondentes irão informar quão grave eles consideram o ato do indivíduo do cenário. As questões nº. 9, 17 e 25 reforçam a percepção dos entrevistados acerca da gravidade dos atos.

(4) Oportunidade: Verifica-se se a oportunidade influenciará a decisão do respondente em agir antieticamente. A oportunidade foi evidenciada através das questões 10, 18 e 26.

(5) Pressão: Verifica-se se a pressão influencia a conduta do respondente. A pressão foi contemplada através das questões 11, 19 e 27.

(6) Racionalização: Nesta questão, avalia-se se o respondente cometeria tal ato, se possuísse uma justificativa que este julga ser plausível. A racionalização foi demonstrada através das questões 12, 20 e 28.

(7) Punição: Verifica-se se a expectativa ou ameaça de punição influenciará de forma positiva a conduta ética do entrevistado. O respondente irá avaliar o comportamento do indivíduo que cometeu o ato quando este tem consciência que há uma punição para tal. A variável punição foi evidenciada através das questões 13, 21 e 29.

(8) Intenção em agir: A intenção do respondente em agir da mesma maneira que o indivíduo do cenário, dependendo do motivo, foi contemplada através das seguintes questões: 14, 22 e 30.

A figura a seguir apresenta, de forma resumida, as hipóteses e sub-hipóteses de pesquisa com as respectivas perguntas ou questões informadas nos cenários.

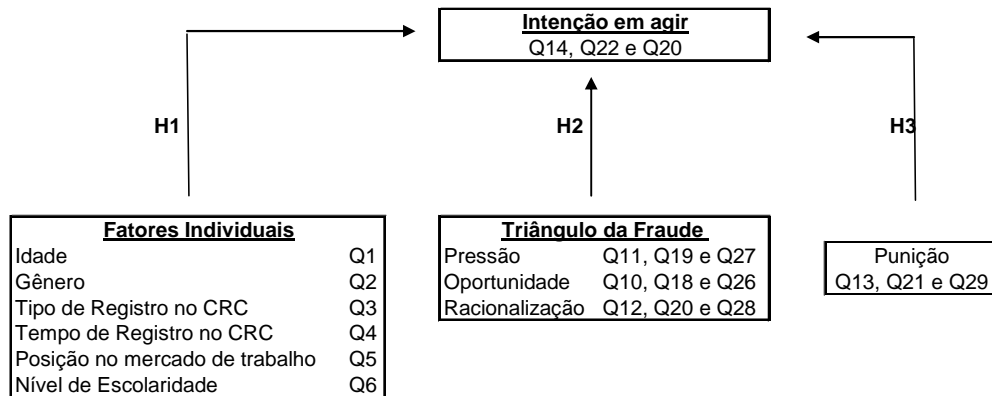


Figura 5 - Tabela-resumo das hipóteses e sub-hipóteses de pesquisa

Os dados adquiridos, através do questionário, foram codificados de modo a permitir um tratamento estatístico. Na tabela abaixo, estão demonstrados os dados codificados:

Número da questão	Definição	Codificação	Classificação
1	Idade	Anos	Razão
2	Gênero	1 - Feminino 2- Masculino	Nominal
3	Categoria Profissional no CRC	1 - Contador 2 - Técnico em Contabilidade 3 - Sem registro	Nominal
4	Tempo de registro no CRC	Meses	Razão
5	Posição no mercado de trabalho	1 - Aposentado 2 - Autônomo 3 - Funcionário ativo - setor público 4 - Funcionário ativo - setor privado 5 - Empregador 6 - Desempregado 7 - Outros	Nominal
6	Nível educacional mais alto obtido	1 - Segundo-grau 2 - Graduação 3 - Especialização 4 - Mestrado 5 - Doutorado 6 - Pós-doutorado 7 - Outros	Ordinal
7	Reconhecimento da questão moral	Escala de Likert	Ordinal
8	Julgamento do ato	Escala de Likert	Ordinal
9	Gravidade do ato	1 - Sem Gravidade 2 - Pouco Grave 3 - Média 4 - Grave 5 - Muito Grave	Ordinal
10	Oportunidade	Escala de Likert	Ordinal
11	Pressão	Escala de Likert	Ordinal
12	Racionalização	Escala de Likert	Ordinal
13	Punição	Escala de Likert	Ordinal
14	Intenção em agir	Escala de Likert	Ordinal
15	Reconhecimento da questão moral	Escala de Likert	Ordinal
16	Julgamento do ato	Escala de Likert	Ordinal
17	Gravidade do ato	1 - Sem Gravidade 2 - Pouco Grave 3 - Média 4 - Grave 5 - Muito Grave	Ordinal
18	Oportunidade	Escala de Likert	Ordinal
19	Pressão	Escala de Likert	Ordinal
20	Racionalização	Escala de Likert	Ordinal
21	Punição	Escala de Likert	Ordinal
22	Intenção em agir	Escala de Likert	Ordinal
23	Reconhecimento da questão moral	Escala de Likert	Ordinal
24	Julgamento do ato	Escala de Likert	Ordinal
25	Gravidade do ato	1 - Sem Gravidade 2 - Pouco Grave 3 - Média 4 - Grave 5 - Muito Grave	Ordinal
26	Oportunidade	Escala de Likert	Ordinal
27	Pressão	Escala de Likert	Ordinal
28	Racionalização	Escala de Likert	Ordinal
29	Punição	Escala de Likert	Ordinal
30	Intenção em agir	Escala de Likert	Ordinal

Tabela 2 – Planilha de Codificação de itens de questionário

Torna-se importante destacar que a Escala de Likert, utilizada na pesquisa, apresenta o seguinte código para as opções de resposta: 1- Discordo totalmente; 2- Discordo parcialmente; 3- Indiferente; 4- Concordo parcialmente; e 5 - Concordo totalmente.

Após compilados os dados, estes foram tratados e analisados através de um *software* de estatística denominado *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*, em sua versão 16.

Inicialmente elaborou-se o pré-teste, para verificar se havia consistência no questionário construído. O pré-teste, de acordo com Malhotra (2006, p.308) “se

refere ao teste do questionário em uma pequena amostra de entrevistados, com objetivo de identificar e eliminar problemas potenciais”.

Após a elaboração do pré-teste, buscando alcançar o objetivo desta pesquisa, executou-se a análise descritiva e estatística dos dados, com a utilização de técnicas não-paramétricas.

2.4 Análise Descritiva e Estatística dos Dados

Na análise descritiva dos dados, “técnicas são aplicadas a dados como parte de uma análise preliminar ou até uma análise completa, se não for exigido grande rigor estatístico ou os dados não a justificarem”. (COLLIS e HUSSEY, 2005, p. 187).

Para este tipo de análise, algumas técnicas são utilizadas: (1) Apresentação das freqüências; (2) Medidas de posição ou localização; (3) Medidas de Dispersão; e (4) Medidas de Forma.

Para a análise descritiva dos dados, da presente pesquisa, foram informadas as freqüências, por meio de tabelas e gráficos, visando à caracterização da amostra, e elaboradas as medidas de posição/localização e de dispersão, através do cálculo dos valores da média, moda, mediana e desvio padrão, quando aplicáveis. Ambos demonstrados na seção descrição e análise de resultados.

Em uma **distribuição de freqüência**, considera-se uma variável de cada vez. O objetivo é obter uma contagem do número de respostas associadas a diferentes valores da variável. A ocorrência relativa, ou freqüência, de diferentes valores da variável se expressa em percentagens. (MALHOTRA, 2006, P.431, grifo do autor).

“**Tabela de freqüência** é um mecanismo simples para ordenar dados. [...] Ela ordena os dados atribuindo valores numéricos, com colunas para percentual, percentual ajustado para valores faltantes e percentuais cumulativos”. (COOPER e SCHINDLER, 2003, p.366, grifo do autor).

No que tange as medidas de posição ou localização, Collis e Hussey (2005) informam que consistem em uma tendência central e representam uma maneira conveniente de descrever uma grande distribuição de freqüência por meio de um único valor. As principais medidas são a média, a moda e a mediana. Já as medidas de dispersão possibilitam descrever a disseminação de valores em uma distribuição

de dados. Utilizadas em conjunto, as medidas de posição/localização e dispersão, permitem obter uma descrição concisa e útil da dispersão do seu grupo de dados. A presente pesquisa utilizou o desvio-padrão, quando aplicável, como uma medida de dispersão.

A análise estatística dos dados “ocupa uma posição mais próxima de inferência de estatística clássica em seu uso de significância e confiança”. (COOPER e SCHINDLER, 2003, p.366).

A análise [...] se vale de duas técnicas distintas: a paramétrica e a não paramétrica. As técnicas paramétricas pressupõem que os dados obedecem a uma distribuição conhecida, enquanto as técnicas não-paramétricas podem ser usadas com dados assimétricos, que não obedecem a uma distribuição conhecida, ou com dados ordinais [...]. (ALVES, 2005, p. 140)

Na análise estatística dos dados, inicialmente, elaborou-se uma técnica bivariada, através dos testes não-paramétricos de *Spearman*, e, posteriormente, uma técnica multivariada, através da Regressão Logística Multivariada.

A finalidade dos testes de *Spearman* consistiu em observar se havia correlação entre as variáveis.

O coeficiente de correlação de *Spearman* (r_s) é uma técnica não-paramétrica usada para obter uma medida de associação linear entre duas variáveis que não é possível ou é difícil mensurar de maneira acurada, porém é possível categorizar. [...] Para calcular o coeficiente de correlação de categoria de *Spearman*, os dados devem ser *bivariados* e, no mínimo, de *status ordinal* [...]. (COLLIS e HUSSEY, 2005, p. 226).

A fórmula para o cálculo do coeficiente de *Spearman* é a seguinte:

$$r_s = 1 - \frac{6\sum d^2}{n(n^2-1)} \quad (1)$$

O cálculo do coeficiente de *Spearman*, conforme abordado anteriormente, foi elaborado através do SPSS, um *software* estatístico.

Para a Análise Estatística dos Dados, também foi utilizada uma técnica multivariada. “As técnicas multivariadas podem ser classificadas como **técnicas de dependência** e de **interdependência**”. (COOPER e SCHINDLER, 2003, p. 454, grifo do autor).

Na presente pesquisa empregou-se a técnica de dependência. Os mesmos autores supracitados, Cooper e Schindler (2003, p.454), informam que “se as

variáveis de critério e predição estão presentes na questão de pesquisa, então teremos uma suposição de dependência”. Para tal, a técnica utilizada foi a Regressão Logística Multivariada.

A regressão logística prevê, de forma direta, a probabilidade de um evento ocorrer. (HAIR, 2005).

Quando a variável dependente assume valores nominais [...], pode-se utilizar a regressão logística, que é similar a regressão linear múltipla. [...] a regressão logística difere da regressão linear múltipla por ser capaz de prever valores para a variável dependente que estão limitados entre zero e um, como por exemplo, a probabilidade de ocorrência de um dado evento. (ALVES, 2005, p. 143).

“A natureza não-linear da transformação logística demanda que [...] um procedimento, o de máxima verossimilhança, seja usado de forma iterativa para encontrar as estimativas “mais prováveis” para os coeficientes”. (HAIR, 2005, p. 232). Isso resulta no valor de verossimilhança.

O mesmo autor, Hair (2005, p. 208), informa que o valor de verossimilhança consiste na “medida usada em regressão logística [...] para representar a falta de ajuste preditivo”.

Uma das vantagens da regressão logística é que basta saber se um evento (comprar ou não, o sucesso ou falha de uma empresa) ocorreu e, então, usar um valor dicotômico como variável dependente. A partir desse valor, a regressão prediz a estimativa de probabilidade de ocorrência ou não do evento. Se a probabilidade prevista for maior que 0,5, então a predição é correta; caso contrário, não. (ALVES, 2005, p. 143).

Para a realização dessas análises, ainda Alves (2005) afirma que, através da regressão logística é calculado o *Odds Ratio*, o qual compara a probabilidade de um evento ocorrer com a probabilidade de não ocorrer.

A razão pode ser expressa como:

$$\frac{\text{Prob (evento ocorrer)}}{\text{Prob (evento não ocorrer)}} = e^z \quad (2)$$

Onde, $z = B_0 + B_1X_1 + \dots + B_nX_n$.

“Os coeficientes estimados ($B_0, B_1, B_2, \dots, B_n$) são na verdade medidas das variações na proporção das probabilidades, chamada de razão de desigualdade”. (HAIR, 2005, p. 234).

Essa razão de chance é informada em forma de logaritmo. Dessa forma, torna-se necessário transformá-la novamente a fim de facilitar o entendimento do seu significado. O SPSS fornece esse coeficiente na forma em logaritmo (B), $\ln(e^z)$ e, também, em termos de razão de chance ($\text{Exp}(B)$), e^z . (ALVES, 2005).

Ainda Alves (2005, p.144) ressalta que:

Caso se deseje conhecer o resultado em termos de probabilidade de ocorrência do evento, quando houver mais de uma variável independente, aplica-se a seguinte fórmula: $e^z/(1+e^z)$. A probabilidade de não ocorrência do evento será: $\text{Prob}(\text{não evento}) = 1 - \text{Prob}(\text{evento})$. Caso a possibilidade seja igual ou superior ao valor do corte (0,5 no SPSS, ou outro valor desejado pelo pesquisador), o resultado do evento será 1 – Sucesso, 0 – Fracasso.

Em relação ao sinal do coeficiente, caso seja positivo, a probabilidade de chance de ocorrer o evento aumenta. Por outro lado, se o coeficiente for negativo, aumenta a probabilidade de não ocorrência do evento, conseqüentemente, há a redução simultânea da probabilidade de ocorrência desse mesmo evento. (HAIR, 2005).

Torna-se importante informar que, nesta pesquisa, a variável dependente intenção de agir, foi transformada de escala de likert para dicotômica. Assim, a opção 1 – discordo totalmente foi tratada como opção 1 – discordo totalmente, isto é, o respondente discorda totalmente com a afirmação de que poderia agir da mesma forma que os agentes de cada cenário, dependendo do motivo. Esta conduta é ética. Já as demais foram condensadas como opção 2 – concordo, concordando, portanto, com a atitude dos agentes do cenário.

O método de análise de dados, utilizado nesta dissertação, para o ingresso das variáveis, foi o Modelo Completo, ou também conhecido como Modelo de Entrada. Este método inclui todas as variáveis no modelo, significativas ou não. (ALVES, 2005).

O uso do método de entrada permite ao pesquisador selecionar quais variáveis independentes devem ser incluídas no modelo de regressão. Assim, o pesquisador detém o controle completo sobre a variável estatística de regressão em termos de previsão e explicação. (HAIR, 2005, p.181).

Para a presente pesquisa, este método inclui, no modelo, todas as variáveis que, de acordo com o referencial teórico, podem influir no processo decisório ético do indivíduo.

Ao ser utilizado o Modelo Completo, torna-se importante verificar a Colinearidade das variáveis independentes desta pesquisa, através do Teste de Colinearidade ou Teste VIF, elaborado através do SPSS.

A Colinearidade ou Multicolinearidade é a situação na qual duas ou mais variáveis independentes, respectivamente, são altamente correlacionadas. Quando essa condição ocorre, os coeficientes de regressão estimados podem flutuar, de forma abundante, de uma amostra para outra, fazendo com que seja arriscado interpretar os coeficientes como um indicador de importância relativa das variáveis de previsão. (COOPER e SCHINDLER, 2003).

O impacto da multicolinearidade é reduzir o poder preditivo de qualquer variável independente na medida em que ela é associada com as outras variáveis independentes. Quando a colinearidade aumenta, a variância única explicada por cada variável independente diminui e o percentual da previsão compartilhada aumenta. (HAIR, 2005, p. 142).

A Colinearidade ou Multicolinearidade pode resultar, principalmente para as pequenas amostras, na falta de significância estatística de cada uma das variáveis independentes, enquanto o modelo global pode ser fortemente significativo e, conseqüentemente, pode provocar conclusões incorretas sobre as relações entre as variáveis independentes e dependentes. Para a detecção da Colinearidade, inicialmente, pode-se elaborar o exame das correlações (variáveis contínuas e ordinais) e associações (variáveis nominais) entre as variáveis independentes. No entanto, é mais recomendada a utilização das estatísticas de multicolinearidade produzidas pela análise de Regressão Linear, por meio do SPSS. (UK, 2009).

Em seguida, foram examinadas a Tolerância e o Fator de Variância de Inflação (VIF).

Para cada variável independente o valor da Tolerância é igual a $1 - R_{sq}$, onde R_{sq} é o coeficiente de determinação para a regressão da mesma variável em relação as demais variáveis independentes. Os valores baixos indicam alta correlação multivariada. Já o VIF, é igual a $1/Tolerância$, e é o número de vezes que a variância correspondente ao parâmetro de estimativa é aumentada devido à

multicolinearidade em comparação ao que seria se não houvesse multicolinearidade. (UK, 2009).

[...] até que ponto a correlação pode ser alta entre as variáveis independentes? Não há uma resposta definitiva, mas devemos lidar com as correlações a um nível de 0,80 ou mais de uma das duas formas [...]. Nem sempre é aconselhável tomar essa decisão com base apenas na matriz de correlação. [...] a Estatística de colinearidade, que mostra um índice de fator de variância de inflação (FVI) [...] é uma medida do efeito de outras variáveis independentes no coeficiente de regressão. Valores maiores, normalmente 10,0 ou mais, sugerem colinearidade ou multicolinearidade. (COOPER e SCHINDLER, 2003, p. 458).

Posteriormente, elaborou-se o método de regressão denominado *Backward Stepwise*. Este método foi utilizado, exclusivamente, para selecionar as variáveis que, de acordo com os critérios estatísticos constantes no software, possuem maior significância estatística. No entanto, o resultado da pesquisa fundamenta-se na análise de dados elaborada pelo Método Completo ou de Entrada.

O método stepwise é baseado em um algoritmo que verifica a “importância” de cada variável, incluindo ou excluindo-as com base em uma regra de decisão fixa. A “importância” da variável é definida com base na medição da significância estatística do coeficiente para a variável⁵⁷. (HOSMER e LEMESHOW, 2000, p.116).

Assim, todas as variáveis são incluídas e o método *stepwise* vai excluindo as variáveis não apresentam significância estatística.

Ainda Hosmer e Lemeshow (2000) asseguram que um aspecto crucial do uso do método *stepwise* é a escolha do nível de significância. Esses autores afirmam que a faixa de 0,15 a 0,20 é altamente recomendável, visto que no nível de significância de 0,05, muitas vezes, variáveis importantes do modelo são excluídas. Por este motivo, a faixa de 0,15 a 0,20 foi utilizada na presente análise. Cabe ressaltar, também, que o teste de significância estatística, no contexto da regressão logística multivariada indica a relativa importância entre as variáveis.

Para o ajuste geral das variáveis nos modelos, são elaborados dois testes: o teste *Omnibus* e o teste Hosmer e Lemeshow.

O primeiro [...] utiliza o valor do logaritmo da verossimilhança (-2LL). Se o resultado for significativo (valor $p < 0,05$), então as variáveis representam bem o modelo. O segundo teste aplicado foi o de Hosmer Lemeshow. Este teste mede a correspondência entre os valores reais e os previstos da variável dependente. Um melhor ajuste do modelo é apontado com uma menor diferença entre a classificação

⁵⁷ A model is based on a statistical algorithm that checks for the “importance” of variables, and either includes or excludes them on the basis of a fixed decision rule. The “importance” of a variable is defined in terms of a measure of the statistical significance of the coefficient for the variable.

observada e a classificação prevista, indicado por um valor qui-quadrado não significativo (valor $p > 0,05$). (ALVES, 2005, p. 144 e 145).

Essas duas medidas, em combinação, de acordo com Hair (2005, p. 264), “fornecem suporte para a aceitação do modelo de regressão logística significativa e adequado para o futuro exame”.

Cabe ressaltar que, para a presente pesquisa, também foram calculados o R^2 , através do SPSS, por meio dos testes 2 Log likelihood, Cox & snell R Square e Nagelkerke R Square. Segundo Alves (2005) este teste visa demonstrar a força de associação entre as variáveis do modelo, contudo Gujarati (2000) afirma que, em modelos com variável dependente dicotômica, o R^2 é de valor questionável como medida do grau de ajuste.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção visa descrever os dados coletados e analisar os resultados, após serem aplicados os testes estatísticos. Para tal, estão apresentadas: a caracterização da amostra, a análise descritiva e estatística dos dados.

3.1 Análise Descritiva dos Dados

Para a análise descritiva dos dados foram construídas tabelas de frequência, visando à caracterização da amostra, e calculados os valores da média, moda, mediana e desvio padrão, quando aplicáveis.

Caracterização da amostra

A amostra foi composta por 132 respondentes, dos quais 67 (50,8%) correspondem ao sexo feminino e 65 (49,2%) ao masculino.

A faixa etária dos pesquisados situa-se entre 19 e 64 anos, com uma média de 36,80 e desvio-padrão de 10,26. Cabe ressaltar que, 25% dos respondentes têm até 29 anos, 50% até 35 anos, 75% até 44 anos e 100% até 64 anos, conforme ilustrado abaixo:

Válido		132
Ausente		0
Média		36,8
Mediana		35
Moda		30
Desvio-padrão		10,26
Mínimo		19
Máximo		64
Percentual		
	25%	29
	50%	35
	75%	44,75

Tabela 3 – Frequência do Fator Individual: Idade

Dos 132 entrevistados, 100 profissionais são contadores (75,8%) e 30 são técnicos em contabilidade (22,7%). Ressalta-se que 2 entrevistados não informaram se possuíam ou não registro no CRCRJ. Dessa forma, analisando o grupo composto dos 130 respondentes com CRC ativo, 76,9% possuem registro de contador e 23,1% de técnico.

		Freqüência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Válido	Contador	100	75,8	76,9	76,9
	Técnico em Contabilidade	30	22,7	23,1	100
	Total	130	98,5	100	
Ausente		2	1,5		
Total		132	100		

Tabela 4 – Freqüência do Fator Individual: Tipo de Registro no CRC

Aos pesquisados, também foi indagado o período de tempo, em meses, que eles possuem o registro ativo, de contador ou técnico em contabilidade, no CRCRJ. Para os 130 com registro ativo, o período de tempo varia de 1 mês a 34 anos, com uma média de 102,23 meses (8,52 anos) e desvio-padrão de 96,56 meses (8,05 anos). Conforme ilustrado a seguir, 25% dos pesquisados têm até 24 meses (2 anos) de registro ativo no CRC, 50% tem até 69 meses (aproximadamente 5 anos e meio), 75% tem até 156 meses (13 anos) e 100% tem até 408 meses (34 anos).

Válido		130
Ausente		2
Média		102,23
Mediana		69,5
Moda		36,00
Desvio-padrão		96,56
Mínimo		1,00
Máximo		408,00
Percentual	25%	24,00
	50%	69,50
	75%	156,00

Tabela 5 – Freqüência do Fator Individual: Período de tempo com registro ativo

Dos 132 respondentes, 53 são funcionários ativos do setor público (40,2%), 34 funcionários ativos do setor privado (25,8%), 20 estão desempregados (15,2%) e 14 são autônomos (10,6%).

		Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Cumulativo
Válido	Aposentado	3	2,3	2,3	2,3
	Autônomo	14	10,6	10,6	12,9
	Funcionário ativo - setor público	53	40,2	40,2	53,0
	Funcionário ativo - setor privado	34	25,8	25,8	78,8
	Empregador	5	3,8	3,8	82,6
	Desempregado	20	15,2	15,2	97,7
	Outros	3	2,3	2,3	100
Total		132	100	100	

Tabela 6 – Frequência do Fator Individual: Posição no mercado de trabalho

Em relação ao nível de escolaridade, 63 respondentes possuem graduação (47,7%), 41 especialização (31,1%), 15 segundo-grau - técnico em contabilidade (11,4%) e 13 mestrado (9,8%). O gráfico de barras ilustra a distribuição dos respondentes, quanto ao nível de escolaridade.

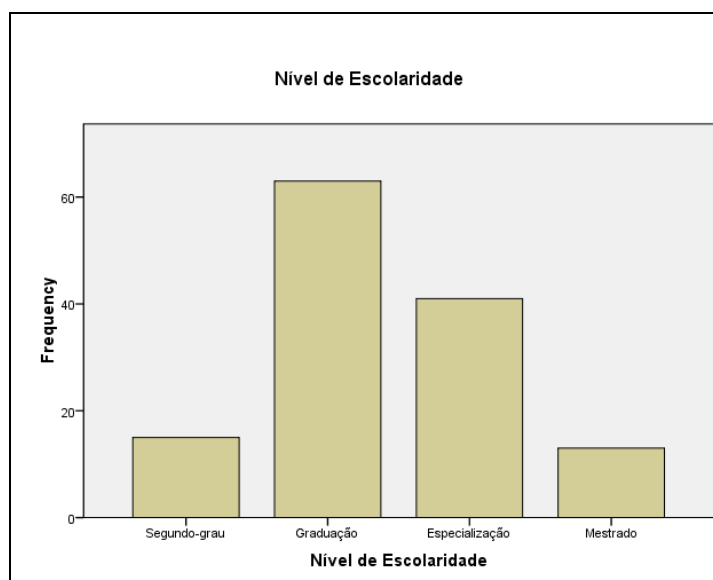


Figura 6 – Distribuição dos respondentes quanto ao nível de escolaridade

A seguir está apresentada a tabela-resumo do perfil sócio-econômico dos entrevistados desta pesquisa:

Variável	Dados válidos	Dados faltantes	Frequência	Válidos %	Média	Mediana	Moda	Desvio-padrão
Q1 - Idade	132	0			36,8	35	30	10,26
Q2 - Gênero		0	132					
Feminino			67					
Masculino			65					
Q3 - Registro no CRC	130	2						
Contador			100	76,9				
Técnico em Contabilidade			30	23,1				
Sem registro			0	0				
Q4 - Tempo de Registro em meses	130	2			102,23	69,5	36	96,56
Q5 - Posição no mercado de trabalho	132	0						
Aposentado			3	2,3				
Autônomo			14	10,6				
Funcionário ativo - setor público			53	40,2				
Funcionário ativo - setor privado			34	25,8				
Empregador			5	3,8				
Desempregado			20	15,2				
Outros			3	2,3				
Q6 - Nível de Escolaridade	132	0						
Segundo-grau			15	11,4				
Graduação			63	47,7				
Especialização			41	31,1				
Mestrado			13	9,8				
Doutorado			0	0				
Pós-doutorado			0	0				

Tabela 7 – Perfil sócio-econômico dos entrevistados

Torna-se importante, ainda, destacar que para atingir o objetivo da presente pesquisa, avaliar a conduta ética dos profissionais de contabilidade, quando no exercício de suas atividades profissionais se depararem com questões relacionadas a fraudes, considerando alguns fatores que podem tanto vir a influenciar o processo decisório ético de um indivíduo, como motivá-lo a cometer um ato fraudulento, foram elaborados três cenários.

Esses três cenários contemplaram aspectos do Modelo de Alves, referente ao processo decisório ético de um indivíduo (reconhecimento, julgamento, intenção, comportamento, gravidade e punição) e do Modelo de Cressey, referente aos fatores que motivam um indivíduo a cometer a fraude (oportunidade, pressão e racionalização).

Abaixo está demonstrada a descrição da amostra, por cenário, em relação aos aspectos supracitados.

Cenário A:

No cenário A, Lucas, contador de uma empresa que fabrica cremes hidratantes, cumpre as ordens da diretoria ao contabilizar os custos de produção de tais cremes em valores mais altos do que os realmente apurados. Desta forma, o lucro é diminuído e o valor a ser tributado, também.

- Reconhecimento da questão moral: Dos 132 entrevistados, 119 (90,1%) concordaram com a afirmação de que o cenário A continha um problema

moral. Destes, 84 (63,6%) concordam totalmente com a afirmação referente à existência do problema moral.

- Julgamento do ato: Dos respondentes, 115 (87,1%) discordaram do ato de Lucas, dos quais, 87 (65,9%) discordam totalmente.

- Gravidade do ato: 113 (85,6%) entrevistados verificaram uma gravidade no ato de Lucas, sendo que 65 (49,2%) consideram tal ato muito grave.

- Oportunidade: Na questão 11, há uma oportunidade para Lucas cometer o ato – não ser descoberto pela auditoria da empresa, visto que o controle interno desta é fraco. Foi questionado se, com essa oportunidade, os entrevistados concordariam ou não com a atitude de Lucas. Dentre os 132 respondentes, 116 (87,9%) discordam de tal ação. Destes, 93 (70,5%) discordam totalmente.

- Pressão: Na questão 12, existe um tipo de pressão para Lucas cometer o ato – seu chefe exige que ele cometa e, se não o fizer, será demitido. Foi questionado se, com essa pressão, os respondentes concordariam ou não com a atitude de Lucas. O número de entrevistados que discordaram do ato caiu para 69 (52,3%), dos quais 50 (37,9%) discordam totalmente.

- Racionalização: Na questão 13, existe um tipo de racionalização, dada por Lucas, para justificar seu comportamento – os seus superiores praticam atos bem piores. Foi questionado se, com essa pressão, os respondentes concordariam ou não com a atitude de Lucas. Ressalta-se que 1 (um) entrevistado não respondeu esta questão. Assim, dos 131 entrevistados, 116 (88,6%) discordaram deste ato, dos quais 101 (77,1%) discordaram totalmente.

- Punição: Quando é informado ao respondente que Lucas pode sofrer algum tipo de punição por ter cometido tal ato, 121 (92,4%) dos entrevistados discordaram do ato de Lucas. Destes, 109 (83,2%) discordaram totalmente. Cabe ressaltar que 1 (um) entrevistado não respondeu esta questão.

- Intenção em agir: Quando é afirmado aos entrevistados que, dependendo do motivo, eles poderiam agir da mesma forma, 63 (47,7%) discordaram totalmente desta afirmação, 25 (18,9%) discordaram parcialmente, 2 (1,5%) foram indiferentes, 33 (25%) concordaram parcialmente e 9 (6,8%) concordaram totalmente.

Cenário B:

No cenário B, Matheus, aceita a proposta de se tornar diretor financeiro de uma empresa de “fachada”, criada para justificar gastos e desviar de dinheiro público.

- Reconhecimento da questão moral: Dos 132 respondentes, 127 (96,2%) reconheceram a existência de um problema de natureza moral no cenário B. Destes, 116 (87,9%) concordaram totalmente com a afirmação referente à existência do problema moral.

- Julgamento do ato: Dos entrevistados, 128 (96,9%) discordaram do ato de Matheus. Dentre estes, 122 (92,4%) discordaram totalmente de tal ato.

- Gravidade do ato: 130 (98,5%) respondentes verificaram uma gravidade no ato de Matheus, dos quais 113 (85,6%) o consideraram muito grave.

- Oportunidade: Na questão 19, há uma oportunidade para Matheus cometer o ato – não ser descoberto pelos órgãos fiscalizadores do governo. Foi questionado se, com essa oportunidade, os entrevistados concordariam ou não com a atitude de Matheus. Dos pesquisados, 126 (95,5%) dos pesquisados discordaram de tal ato. Destes, 119 (90,2%) discordaram totalmente.

- Pressão: Na questão 20, existe um tipo de pressão para Matheus cometer o ato – pressão familiar, visto que este dinheiro permitirá operar seu único filho, cuja cirurgia é de alta complexidade. Foi questionado se, com essa pressão, os respondentes concordariam ou não com a atitude de Matheus. O número de entrevistados que discordaram de tal ato caiu para 90 (68,2%), dos quais 62 (47%) discordaram totalmente.

- Racionalização: Na questão 21, existe um tipo de racionalização, dada por Matheus, para justificar seu comportamento – estar sendo roubado pelo governo, em função dos altos impostos que paga e do pouco que recebe em troca. Foi questionado se, com essa pressão, os respondentes concordariam ou não com a atitude de Matheus. Dos 132 entrevistados, 123 (93,1%) discordaram deste ato, dos quais 117 (88,6%) discordaram totalmente.

- Punição: Ao ser informado ao entrevistado que Matheus pode sofrer algum tipo de punição por ter cometido tal ato, 126 (95,5%) dos respondentes discordaram do ato. Destes, 114 (86,4%) discordaram totalmente. É importante informar que 1 (um) entrevistado não respondeu esta pergunta.

- Intenção em agir: Ao ser afirmado aos respondentes que, dependendo do motivo, eles poderiam agir da mesma forma, 87 (65,9%) discordaram totalmente desta afirmação, 18 (13,6%) discordaram parcialmente, 3 (2,3%) foram indiferentes, 17 (12,9%) concordaram parcialmente e 7 (5,3%) concordaram totalmente.

Cenário C:

No cenário C, Luiza, contadora de uma empreiteira que faz estradas, aceita a proposta de dois amigos do seu trabalho, responsáveis pela porcentagem de cimento a ser incluído nas obras. A proposta consiste em diminuir, em 1%, o percentual de cimento a ser embutido nas obras. O ganho referente a este 1% será dividido, igualmente, pela Luiza e por seus dois amigos.

- Reconhecimento da questão moral: Dos 132 respondentes, 126 (94,7%) concordaram com a afirmação de que no cenário C havia um problema moral. Destes, 110 (83,3%) concordaram totalmente com a afirmação referente à existência do problema moral.

- Julgamento do ato: Dos questionados, 129 (97,7%) discordaram do ato de Luiza. Dentre estes, 118 (89,4%) discordaram totalmente.

- Gravidade do ato: 125 (94,7%) entrevistados observaram uma gravidade no ato de Luiza, dos quais 97 (73,5%) o consideraram muito grave.

- Oportunidade: Na questão 27, há uma oportunidade para Luiza cometer o ato – não ser descoberto pela empresa. Foi questionado se, com essa oportunidade, os entrevistados concordariam ou não com a atitude de Luiza. Dos respondentes, 125 (94,7%) discordaram do ato de Luiza. Destes, 117 (88,6%) discordaram totalmente.

- Pressão: Na questão 28, existe um tipo de pressão para Luiza cometer o ato – seu chefe a pressionou para tomar essa atitude, visto que ele também recebe uma quantia, e se não o fizer, será demitida. Foi questionado se, com essa pressão, os respondentes concordariam ou não com a atitude de Luiza. 105 (79,6%) respondentes discordaram de tal ato, dos quais 86 (65,2%) discordaram totalmente.

- Racionalização: Na questão 29, existe um tipo de racionalização, dada por Luiza, para justificar seu comportamento – não conseguir uma promoção em seu trabalho. Foi questionado se, com essa justificativa, os respondentes

concordariam ou não com a atitude de Luiza. Dos entrevistados, 126 (95,4%) discordaram do ato, dentre estes 112 (84,8%) discordaram totalmente.

- Punição: Ao ser informado ao respondente que Luiza pode sofrer algum tipo de punição por ter cometido tal ato, 126 (95,4%) dos respondentes discordaram do ato. Destes, 120 (90,9%) discordaram totalmente.

- Intenção em agir: Ao ser afirmado aos respondentes que, dependendo do motivo, eles poderiam agir da mesma forma, 93 (70,5%) informaram que discordam totalmente desta afirmação, 13 (9,8%) discordaram parcialmente, 5 (3,8%) foram indiferentes, 17 (12,9%) concordaram parcialmente e 4 (3,0%) concordaram totalmente.

Resumidamente, pode-se constatar que a maioria dos entrevistados percebeu que havia uma questão moral envolvida nas situações descritas, em ambos os cenários. Verificou-se também que a maioria dos pesquisados discordou dos atos dos agentes e, ainda, os classificou como grave ou muito grave. No entanto, a discordância em relação ao ato dos agentes, em todos os cenários, diminuiu quando foi colocado algum tipo de pressão para o indivíduo praticar o ato fraudulento.

A tabela-resumo das respostas dos entrevistados, por cenários, está apresentada abaixo:

CASOS: A, B e C	Dados válidos	Dados Faltantes	Opções de respostas				
			Frequência				
			1	2	3	4	5
Reconhecimento da questão moral							
Q7 - Caso A	132	0	4	7	2	35	84
Q15 - Caso B	132	0	3	0	2	11	116
Q23 - Caso C	132	0	5	1	1	15	110
Julgamento do ato							
Q8 - Caso A	132	0	87	28	6	10	1
Q16 - Caso B	132	0	122	6	3	0	1
Q24 - Caso C	132	0	118	11	2	0	1
Gravidade do ato							
Q9 - Caso A	132	0	1	4	14	48	65
Q17 - Caso B	132	0	0	0	2	17	113
Q25 - Caso C	132	0	1	1	5	28	97
Oportunidade							
Q10 - Caso A	132	0	93	23	4	10	2
Q18 - Caso B	132	0	119	7	2	3	1
Q26 - Caso C	132	0	117	8	3	3	1
Pressão							
Q11 - Caso A	132	0	50	19	5	42	16
Q19 - Caso B	132	0	62	28	7	22	13
Q27 - Caso C	132	0	86	19	2	19	6
Racionalização							
Q12 - Caso A	131	1	101	15	3	8	4
Q20 - Caso B	132	0	117	6	3	3	3
Q28 - Caso C	132	0	112	14	2	1	3
Punição							
Q13 - Caso A	131	1	109	12	5	5	0
Q21 - Caso B	131	1	114	12	2	2	1
Q29 - Caso C	132	0	120	6	4	2	0
Intenção em agir							
Q14 - Caso A	132	0	63	25	2	33	9
Q22 - Caso B	132	0	87	18	3	17	7
Q30 - Caso C	132	0	93	13	5	17	4

Tabela 8 – Resumo das respostas dos entrevistados

Cabe reiterar que as opções de resposta possuem a seguinte legenda: 1 - Discordo totalmente; 2 - Discordo parcialmente; 3 - Indiferente; 4 - Concordo parcialmente; e 5 - Concordo totalmente. Para as questões 9, 17 e 25, referentes à Gravidade do ato, a legenda é: 1 – Sem gravidade; 2 – Pouco grave; 3 – Média; 4 – Grave; e 5 – Muito grave.

Após a análise descritiva dos dados, desenvolveu-se a análise estatística dos dados, que está abordada na subseção seguinte.

3.2 Análise Estatística dos Dados

Na análise estatística dos dados, a fim de testar as hipóteses e sub-hipóteses estabelecidas nesta dissertação, foram utilizados os testes não-paramétricos de

Spearman, cujo objetivo consiste em observar se existe correlação entre as variáveis, e, posteriormente, elaborou-se a Regressão Logística Multivariada.

Inicialmente estão demonstrados os testes estatísticos desenvolvidos para avaliar essa pesquisa. Em seguida apresenta-se a análise dos resultados para as hipóteses e sub-hipóteses formuladas.

Conforme abordado anteriormente, o teste de *Spearman* foi elaborado. Avaliou-se a correlação da seguinte forma:

- Cada uma das variáveis: idade, gênero, nível de escolaridade, tempo de registro no CRC, posição no mercado de trabalho e tipo de registro no CRC, foram correlacionadas com as variáveis reconhecimento da questão moral, julgamento do ato, gravidade do ato, oportunidade, pressão, racionalização, punição e intenção do profissional de contabilidade em agir da mesma forma que o agente dos cenários.

- As variáveis: pressão, oportunidade, racionalização e punição foram correlacionadas com a variável intenção do profissional de contabilidade em agir, da mesma forma, que o agente dos cenários.

Os resultados estão apresentados nas tabelas abaixo e a análise, para cada objetivo formulado na presente pesquisa, encontra-se em seguida.

Objetivo 1.1: Aferir se a idade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

IDADE	Reconhecimento da questão moral	Julgamento do ato	Gravidade do ato	Oportunidade	Pressão	Racionalização	Punição	Intenção em agir
Cenário A								
Coefficiente de Correlação	0,134	-0,033	0,128	-0,039	-0,149	-0,062	-0,019	-0,289
Significância	0,126	0,708	0,142	0,653	0,088	0,484	0,826	0,001*
N	132	132	132	132	132	131	131	132
Cenário B								
Coefficiente de Correlação	0,171	-0,153	0,190	-0,067	-0,275	-0,046	-0,072	-0,341
Significância	0,049*	0,080	0,029*	0,444	0,001*	0,598	0,414	0,000*
N	132	132	132	132	132	132	131	132
Cenário C								
Coefficiente de Correlação	-0,004	-0,065	-0,006	0,066	-0,191	-0,092	-0,079	-0,248
Significância	0,964	0,459	0,95	0,455	0,028*	0,292	0,366	0,004*
N	132	132	132	132	132	132	132	132

Tabela 9 – Teste de *Spearman* para a variável idade

Para o cenário A, de acordo com a Tabela 9, a variável idade possui uma alta significância em relação à intenção de agir do profissional de contabilidade (0,001). Já, a correlação entre essas variáveis é fraca, além de negativa (-0,289).

No cenário B, a variável idade apresenta uma alta significância quando relacionada ao reconhecimento da questão moral (0,049); à gravidade do ato (0,029); à pressão (0,001) e à intenção de agir (0,000). A correlação, para ambas as variáveis, é fraca e positiva, para o reconhecimento da questão moral (0,171) e gravidade do ato (0,190); e, negativa para a pressão (-0,275) e a intenção de agir (-0,341).

A idade, no cenário C, possui uma alta significância em relação à pressão (0,028) e à intenção de agir (0,004). A correlação entre estas variáveis é baixa e negativa – pressão (-0,191) e intenção de agir (-0,248).

Objetivo 1.2: Aferir se o gênero influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

GÊNERO	Reconhecimento da questão moral	Julgamento do ato	Gravidade do ato	Oportunidade	Pressão	Racionalização	Punição	Intenção em agir
Cenário A								
Coefficiente de Correlação	0,092	-0,089	0,038	-0,042	-0,010	0,158	0,149	-0,011
Significância	0,294	0,308	0,668	0,630	0,909	0,071	0,090	0,901
N	132	132	132	132	132	131	131	132
Cenário B								
Coefficiente de Correlação	-0,002	0,059	-0,076	0,136	0,014	0,041	0,133	0,097
Significância	0,978	0,502	0,386	0,121	0,872	0,639	0,131	0,271
N	132	132	132	132	132	132	131	132
Cenário C								
Coefficiente de Correlação	0,028	0,007	0,003	-0,061	0,006	0,007	0,220	0,061
Significância	0,753	0,936	0,972	0,487	0,947	0,936	0,011*	0,485
N	132	132	132	132	132	132	132	132

Tabela 10 – Teste de Spearman para a variável gênero

No cenário A e B, a variável gênero não apresentou nenhuma influência sobre qualquer uma das demais variáveis. Já, no cenário C, o gênero demonstrou uma significância alta ao relacionar-se com a punição (0,011). A correlação entre estas variáveis é baixa e positiva (0,220).

Objetivo 1.3: Aferir se o nível de escolaridade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Reconhecimento da questão moral	Julgamento do ato	Gravidade do ato	Oportunidade	Pressão	Racionalização	Punição	Intenção em agir
Cenário A								
Coefficiente de Correlação	0,019	-0,189	0,074	-0,259	-0,193	-0,208	-0,124	-0,181
Significância	0,831	0,030*	0,402	0,003*	0,026*	0,017*	0,160	0,038*
N	132	132	132	132	132	131	131	132
Cenário B								
Coefficiente de Correlação	-0,027	-0,056	-0,006	-0,127	-0,254	-0,173	-0,109	-0,225
Significância	0,762	0,524	0,949	0,148	0,003*	0,047*	0,215	0,009*
N	132	132	132	132	132	132	131	132
Cenário C								
Coefficiente de Correlação	0,068	-0,116	0,111	-0,210	-0,157	-0,114	-0,017	-0,113
Significância	0,437	0,186	0,206	0,021*	0,072	0,194	0,844	0,199
N	132	132	132	132	132	132	132	132

Tabela 11 – Teste de Spearman para a variável nível de escolaridade

A análise demonstra, no cenário A, que a variável nível de escolaridade possui uma alta significância em relação ao julgamento da conduta do agente (0,030), à oportunidade (0,003), à pressão (0,026), à racionalização (0,017) e à intenção de agir do profissional de contabilidade (0,038). A correlação demonstra-se fraca, além de negativa – julgamento da conduta (-0,189); oportunidade (-0,259); pressão (-0,193); racionalização (-0,208) e intenção de agir (-0,181).

Para o cenário B, de acordo com a tabela 11, a variável nível de escolaridade possui alta significância referente à pressão (0,003), à racionalização (0,047) e à intenção de agir (0,009). A correlação destas variáveis é fraca e negativa – pressão (-0,254), à racionalização (-0,173) e à intenção de agir (-0,225).

No cenário C, a variável nível de escolaridade apresenta alta significância, apenas, em relação à oportunidade (0,021). A correlação apresenta-se fraca, além de negativa (-0,210).

Objetivo 1.4: Aferir se o tempo de registro influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

TEMPO DE REGISTRO	Reconhecimento da questão moral	Julgamento do ato	Gravidade do ato	Oportunidade	Pressão	Racionalização	Punição	Intenção em agir
Cenário A								
Coefficiente de Correlação	0,105	-0,121	0,197	-0,081	-0,239	-0,110	-0,081	-0,277
Significância	0,235	0,170	0,025*	0,357	0,006*	0,216	0,359	0,001*
N	130	130	130	130	130	129	129	130
Cenário B								
Coefficiente de Correlação	0,131	-0,088	0,302	-0,035	-0,208	-0,117	-0,038	-0,280
Significância	0,136	0,320	0,000*	0,697	0,018*	0,184	0,669	0,001*
N	130	130	130	130	130	130	129	130
Cenário C								
Coefficiente de Correlação	-0,089	-0,064	0,137	-0,029	-0,196	-0,114	-0,036	-0,175
Significância	0,313	0,472	0,119	0,744	0,026*	0,197	0,687	0,047*
N	130	130	130	130	130	130	130	130

Tabela 12 – Teste de Spearman para a variável tempo de registro no CRC

A significância da variável tempo de registro no CRC, no cenário A e B, apresenta-se alta em relação à gravidade do ato (A = 0,025; B = 0,000), à pressão

(A = 0,006; B = 0,018) e à intenção de agir do profissional de contabilidade (A = 0,001; B = 0,001). A correlação destas variáveis é fraca. Em relação à gravidade do ato, a correlação é positiva (A = 0,197; B = 0,302). Já referente à pressão e à intenção em agir, é negativa (A = -0,239; B = -0,208) e (-A = -0,277; B = -0,280), respectivamente.

Para o cenário C, a análise da Tabela 12 demonstra que o tempo de registro no CRC possui alta significância ao relacionar-se com a pressão (0,026) e com a intenção de agir (0,047). A correlação de ambas é fraca e negativa – pressão (-0,196) e intenção em agir (-0,175).

Objetivo 1.5: Aferir se a posição no mercado de trabalho influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

POSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	Reconhecimento da questão moral	Julgamento do ato	Gravidade do ato	Oportunidade	Pressão	Racionalização	Punição	Intenção em agir
Cenário A								
Coefficiente de Correlação	-0,141	0,200	-0,031	0,207	0,225	0,064	0,243	0,180
Significância	0,107	0,022*	0,721	0,017*	0,010*	0,470	0,005*	0,039*
N	132	132	132	132	132	131	131	132
Cenário B								
Coefficiente de Correlação	-0,034	0,109	-0,052	0,026	0,038	0,078	0,154	0,103
Significância	0,697	0,211	0,557	0,768	0,662	0,372	0,079	0,241
N	132	132	132	132	132	132	131	132
Cenário C								
Coefficiente de Correlação	-0,084	-0,059	-0,023	0,001	0,010	0,035	0,077	0,018
Significância	0,336	0,501	0,794	0,989	0,913	0,695	0,379	0,840
N	132	132	132	132	132	132	132	132

Tabela 13 – Teste de Spearman para a variável posição no mercado de trabalho

A posição no mercado de trabalho apresenta alta significância, apenas, no cenário A, em relação ao julgamento da conduta (0,022), à oportunidade (0,017), à pressão (0,010), punição (0,005) e intenção de agir (0,039). A correlação, entre essas variáveis, apresenta-se fraca e positiva - julgamento da conduta (0,200), oportunidade (0,207), pressão (0,225), punição (0,243) e intenção de agir (0,180).

Objetivo 1.6: Aferir se o tipo de registro no CRC influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

TIPO DE REGISTRO NO CRC	Reconhecimento da questão moral	Julgamento do ato	Gravidade do ato	Oportunidade	Pressão	Racionalização	Punição	Intenção em agir
Cenário A								
Coefficiente de Correlação	-0,125	0,219	-0,123	0,353	0,187	0,228	0,114	0,122
Significância	0,158	0,012*	0,162	0,000*	0,033*	0,009*	0,199	0,167
N	130	130	130	130	130	129	129	130
Cenário B								
Coefficiente de Correlação	-0,027	0,051	-0,028	0,125	0,112	0,212	0,210	0,064
Significância	0,758	0,568	0,754	0,157	0,204	0,015*	0,017*	0,470
N	130	130	130	130	130	130	129	130
Cenário C								
Coefficiente de Correlação	-0,228	0,231	-0,178	0,261	0,169	0,065	0,146	-0,005
Significância	0,009*	0,008*	0,043*	0,003*	0,054	0,464	0,097	0,954
N	130	130	130	130	130	130	130	130

Tabela 14 – Teste de Spearman para a variável tipo de registro no CRC

A análise demonstra, no cenário A, que a variável tipo de registro no CRC possui uma alta significância em relação ao julgamento da conduta do agente (0,012), à oportunidade (0,000), à pressão (0,033) e à racionalização (0,009). A correlação demonstra-se fraca e positiva – julgamento da conduta (0,219); oportunidade (0,353); pressão (0,187) e racionalização (0,228).

Para o cenário B esta variável possui alta significância referente à racionalização (0,015) e à punição (0,017). A correlação destas variáveis é fraca e positiva – racionalização (0,212) e punição (0,210).

No cenário C, a variável grau de escolaridade apresenta alta significância em relação ao reconhecimento da questão (0,009), ao julgamento do ato (0,008), à gravidade do ato (0,043) e à oportunidade (0,003). A correlação entre todas as variáveis apresenta-se fraca. Para o reconhecimento da questão (-0,228) e gravidade do ato (-0,178), apresenta-se negativa. Já para o julgamento do ato (0,231) e oportunidade (0,261), positiva.

Objetivo 1.7: Aferir se a pressão influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

PRESSÃO	Intenção em agir
Cenário A	
Coefficiente de Correlação	0,757
Significância	0,000*
N	132
Cenário B	
Coefficiente de Correlação	0,750
Significância	0,000*
N	132
Cenário C	
Coefficiente de Correlação	0,745
Significância	0,000*
N	132

Tabela 15 – Teste de Spearman para a variável pressão

Nos três cenários, A, B e C, a variável pressão, de acordo com a análise da Tabela 15, apresentou uma alta significância em relação à variável intenção de agir (0,000). A correlação demonstrou-se forte em todos os cenários, além de positiva (A = 0,757; B = 0,750; C = 0,745).

Objetivo 1.8: Aferir se a oportunidade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

OPORTUNIDADE	Intenção em agir
Cenário A	
Coefficiente de Correlação	0,458
Significância	0,000*
N	132
Cenário B	
Coefficiente de Correlação	0,346
Significância	0,000*
N	132
Cenário C	
Coefficiente de Correlação	0,286
Significância	0,001*
N	132

Tabela 16 – Teste de *Spearman* para a variável oportunidade

A variável oportunidade, nos três cenários, A, B e C, apresentou alta significância em relação à intenção de agir (A e B = 0,000; C = 0,001). A correlação entre estas variáveis é fraca e positiva (A = 0,458; B = 0,346; C = 0,286).

Objetivo 1.9: Aferir se a racionalização do ato influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

RACIONALIZAÇÃO	Intenção em agir
Cenário A	
Coefficiente de Correlação	0,358
Significância	0,000*
N	131
Cenário B	
Coefficiente de Correlação	0,357
Significância	0,000*
N	132
Cenário C	
Coefficiente de Correlação	0,412
Significância	0,000*
N	132

Tabela 17 – Teste de *Spearman* para a variável racionalização

A racionalização, nos três cenários, demonstra uma significância alta (0,000). A correlação destas variáveis apresenta-se fraca e positiva (A = 0,358; B = 0,357; C = 0,412).

Objetivo 1.10: Aferir se a punição influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

PUNIÇÃO	Intenção em agir
Cenário A	
Coeficiente de Correlação	0,422
Significância	0,000*
N	131
Cenário B	
Coeficiente de Correlação	0,335
Significância	0,000*
N	132
Cenário C	
Coeficiente de Correlação	0,336
Significância	0,000*
N	132

Tabela 18 – Teste de *Spearman* para a variável punição

Nos três cenários, A, B e C, a variável punição, de acordo com a análise da Tabela 18, apresentou uma alta significância em relação à variável intenção de agir (0,000). A correlação demonstrou-se fraca em todos os cenários, além de positiva (A = 0,422; B = 0,335; C = 0,336).

Após o teste de *Spearman*, aplicou-se a Regressão Logística Multivariada para avaliar se os fatores individuais, outros fatores referentes ao processo decisório ético do indivíduo e os vértices do Modelo de Cressey, influenciam, ou não, a conduta do profissional de contabilidade.

A Regressão Multivariada possui como objetivo avaliar a influência conjunta das variáveis, informadas acima, sobre a variável dependente. Utilizou-se o Método Completo ou de Entrada e, também, conforme explicado anteriormente, o Método de *Backward Stepwise*, ambos aplicados por meio do SPSS.

Torna-se importante reafirmar que:

- A variável dependente intenção de agir, foi transformada de escala de likert para dicotômica. Dessa forma, a opção 1 – discordo totalmente foi tratada como opção 1 – discordo totalmente, ou seja, o respondente discorda totalmente com a afirmação de que poderia agir, dependendo do motivo, da mesma forma que os agentes de cada cenário. Esta opção é ética. Já as demais foram condensadas

como opção 2 – concordo, concordando, portanto, com a atitude dos agentes do cenário;

- As variáveis nominais – gênero, tipo de registro no CRC e posição no mercado de trabalho – foram redefinidas como variáveis *dummy*.

Em ambos os Modelos, Completo ou *Stepwise*, para a avaliação das Hipóteses 1, 2 e 3, foram incluídas como variáveis independentes todas aquelas que correspondem aos fatores individuais (idade, gênero, tipo de registro no CRC, tempo de registro no CRC e posição no mercado de trabalho), outros fatores do processo decisório ético do indivíduo (reconhecimento da questão moral, julgamento do ato, gravidade do ato e a punição) e, as que se referem ao Modelo de Cressey (gravidade, oportunidade e pressão). No total são 13 variáveis, tendo como variável dependente, a intenção de agir.

Modelo Completo

A primeira avaliação do ajuste geral do modelo correspondeu à análise do valor do logaritmo de verossimilhança (-2LL), através dos testes de *Omnibus* dos coeficientes do modelo. Hair (2005, p.264) ressalta que “os valores menores indicam melhor ajuste”.

	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3		
	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância
Passo	148,265	20	0,000	117,175	20	0,000	109,404	20	0,000
Bloco	148,265	20	0,000	117,175	20	0,000	109,404	20	0,000
Modelo	148,265	20	0,000	117,175	20	0,000	109,404	20	0,000

Tabela 19 – Teste *Omnibus*

Nesta pesquisa, nos três cenários, os valores alcançados 148,265; 117,175; e, 109,404 foram estatisticamente significativos (valor $p < 0,05$).

Em seguida, buscando analisar a força de associação entre as variáveis do modelo, o SPSS calculou o R^2 , através dos seguintes testes: 2 Log likelihood, Cox & Snell R Square e Nagelkerke R Square, demonstrados abaixo:

Cenário	2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	29,150 ^a	0,686	0,915
2	47,045 ^a	0,597	0,829
3	47,689 ^a	0,569	0,811

Tabela 20 – Testes R²

Conforme demonstrado na Tabela 20, para ambos os testes, o R² demonstra que existe uma força significativa de associação entre as variáveis – 0,915 para o Cenário 1, 0,829 para o Cenário 2 e 0,811 para o Cenário 3.

A segunda avaliação geral do modelo foi elaborada por meio do teste Hosmer e Lemeshow. Hair (2005) informa que este teste mede a correspondência entre os valores reais e os valores previstos de variável dependente. Nesse caso, um melhor ajuste de modelo é determinado por uma menor diferença entre a classificação observada e a prevista. Um bom ajuste de modelo é apresentado por um valor qui-quadrado não-significante.

Cenário	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância
1	1,495	8	0,993
2	10,163	8	0,254
3	3,724	8	0,881

Tabela 21 – Teste *Hosmer e Lemeshow*

O teste supracitado apresentou significância estatística adequada (valor $p > 0,05$), demonstrando que as diferenças entre os valores observados e previstos são poucas.

A combinação dos dois testes, acima apresentados, *Omnibus* (valor $p < 0,05$) e Hosmer e Lemeshow (valor $p > 0,05$), demonstraram que o modelo de regressão logística é significativo e adequado para o exame das variáveis.

Abaixo, as tabelas 22, 23 e 24 apresentam todas as variáveis que compõem o modelo, por cenário. Nestas tabelas consta, para cada variável, a estatística desenvolvida pelo Método Completo.

Cenário A:

Variáveis	B	S.E.	Wald	Desvio-padrão	Significância	Exp(B)
Gênero	-3,371	1,803	3,496	1	0,062	0,034
Idade	-0,521	0,198	6,954	1	0,008*	0,594
Tipo de registro no CRC	2,946	5,115	0,332	1	0,565	19,026
Tempo de registro no CRC	-0,013	0,013	0,972	1	0,324	0,987
Posição no Mercado de Trabalho			5,874	6	0,437	
Posição no Mercado de Trabalho(1)	-21,328	17970,515	0,000	1	0,999	0,000
Posição no Mercado de Trabalho(2)	12,030	1836,657	0,000	1	0,995	167649,844
Posição no Mercado de Trabalho(3)	1,427	1836,647	0,000	1	0,999	4,167
Posição no Mercado de Trabalho(4)	-0,649	1836,646	0,000	1	1,000	0,522
Posição no Mercado de Trabalho(5)	6,861	1836,649	0,000	1	0,997	954,734
Posição no Mercado de Trabalho(6)	-0,426	1836,648	0,000	1	1,000	0,653
Nível de Escolaridade			1,941	3	0,585	
Nível de Escolaridade (1)	-8,213	6,417	1,638	1	0,201	0,000
Nível de Escolaridade (2)	-0,312	2,219	0,020	1	0,888	0,732
Nível de Escolaridade (3)	0,569	2,420	0,055	1	0,814	1,767
Reconhecimento da questão moral	1,072	0,817	1,721	1	0,190	2,922
Julgamento do ato	3,586	2,059	3,035	1	0,081	36,099
Gravidade do ato	-2,983	1,540	3,750	1	0,053	0,051
Oportunidade	5,223	2,392	4,769	1	0,029*	185,449
Pressão	4,924	1,622	9,218	1	0,002*	137,562
Racionalização	-4,102	1,922	4,552	1	0,033*	0,017
Punição	8,552	4,801	3,173	1	0,075	5174,802
Constante	-0,759	1836,683	0,000	1	1,000	0,468

Tabela 22 – Modelo Completo, referente ao Cenário A

Cenário B:

Variáveis	B	S.E.	Wald	Desvio-padrão	Significância	Exp(B)
Gênero	-1,298	0,974	1,779	1	0,182	0,273
Idade	-0,128	0,102	1,573	1	0,210	0,880
Tipo de registro no CRC	2,354	1,611	2,135	1	0,144	10,527
Tempo de registro no CRC	-0,010	0,010	0,918	1	0,338	0,990
Posição no Mercado de Trabalho			5,014	6	0,542	
Posição no Mercado de Trabalho(1)	-14,080	21943,196	0,000	1	0,999	0,000
Posição no Mercado de Trabalho(2)	0,105	12,643	0,000	1	0,993	1,110
Posição no Mercado de Trabalho(3)	-1,539	12,606	0,015	1	0,903	0,215
Posição no Mercado de Trabalho(4)	-2,065	12,648	0,027	1	0,870	0,127
Posição no Mercado de Trabalho(5)	3,588	12,696	0,080	1	0,777	36,174
Posição no Mercado de Trabalho(6)	-0,385	12,653	0,001	1	0,976	0,680
Nível de Escolaridade			0,109	3	0,991	
Nível de Escolaridade (1)	0,238	2,365	0,010	1	0,920	1,269
Nível de Escolaridade (2)	0,274	1,483	0,034	1	0,854	1,315
Nível de Escolaridade (3)	0,496	1,550	0,103	1	0,749	1,643
Reconhecimento da questão moral	-0,155	0,679	0,052	1	0,819	0,856
Julgamento do ato	-0,339	2,327	0,021	1	0,884	0,713
Gravidade do ato	-0,366	1,153	0,100	1	0,751	0,694
Oportunidade	0,843	1,780	0,224	1	0,636	2,323
Pressão	2,185	0,529	17,051	1	0,000*	8,889
Racionalização	0,509	1,075	0,224	1	0,636	1,663
Punição	2,581	2,120	1,482	1	0,223	13,208
Constante	-3,166	14,798	0,046	1	0,831	0,042

Tabela 23 – Modelo Completo, referente ao Cenário B

Cenário C:

Variáveis	B	S.E.	Wald	Desvio-padrão	Significância	Exp(B)
Gênero	-1,245	1,015	1,502	1	0,220	0,288
Idade	-0,137	0,106	1,654	1	0,198	0,872
Tipo de registro no CRC	7,002	2,570	7,421	1	0,006*	1098,666
Tempo de registro no CRC	0,008	0,011	0,578	1	0,447	1,008
Posição no Mercado de Trabalho			5,018	6	0,542	
Posição no Mercado de Trabalho(1)	2,846	28000,857	0,000	1	1,000	17,218
Posição no Mercado de Trabalho(2)	12,537	20373,649	0,000	1	1,000	278423,577
Posição no Mercado de Trabalho(3)	17,147	20373,649	0,000	1	0,999	27990000,000
Posição no Mercado de Trabalho(4)	17,131	20373,649	0,000	1	0,999	27540000,000
Posição no Mercado de Trabalho(5)	13,497	20373,653	0,000	1	0,999	727425,034
Posição no Mercado de Trabalho(6)	16,635	20373,649	0,000	1	0,999	16770000,000
Nível de Escolaridade			3,234	3	0,357	
Nível de Escolaridade (1)	3,575	3,065	1,361	1	0,243	35,710
Nível de Escolaridade (2)	-0,477	1,191	0,161	1	0,689	0,620
Nível de Escolaridade (3)	-1,848	1,747	1,118	1	0,290	0,158
Reconhecimento da questão moral	-0,175	0,503	0,121	1	0,728	0,839
Julgamento do ato	-4,405	2,502	3,101	1	0,078	0,012
Gravidade do ato	-1,752	1,146	2,340	1	0,126	0,173
Oportunidade	2,914	1,615	3,254	1	0,071	18,426
Pressão	3,547	0,923	14,774	1	0,000*	34,695
Racionalização	0,798	0,480	2,763	1	0,096	2,221
Punição	1,612	1,103	2,134	1	0,144	5,011
Constante	-17,171	20373,651	0,000	1	0,999	0,000

Tabela 24 – Modelo Completo, referente ao Cenário C

Para cada cenário, todas as variáveis independentes foram incluídas, conforme informado anteriormente, e foi possível verificar as variáveis que influenciam, de maneira significativa, a intenção de agir do profissional de contabilidade. As variáveis que apresentaram significância estatística (valor $p < 0,05$), estão apresentadas na tabela abaixo.

Variáveis	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Idade	0,008		
Tipo de registro no CRC			0,006
Oportunidade	0,029		
Pressão	0,002	0,000	0,000
Racionalização	0,033		

Tabela 25 – Síntese das variáveis que apresentaram significância estatística, por cenário, pelo Modelo Completo

De acordo com a tabela 25, a pressão demonstrou ser a variável mais relevante para a amostra pesquisada, visto que apresenta significância estatística nos três cenários formulados.

Em seguida, elaborou-se o Teste de Colinearidade ou Teste VIF, para cada cenário da presente pesquisa, a fim de identificar o grau de colinearidade entre as variáveis. Reitera-se, ainda, que valores maiores, normalmente 10,0 ou mais, sugerem colinearidade ou multicolinearidade.

Cenário A:

Variáveis	Estatística de Colinearidade	
	Tolerância	VIF
Idade	0,350	2,856
Gênero	0,876	1,142
Tipo de Registro no CRC	0,693	1,443
Tempo de Registro no CRC	0,359	2,788
Posição no Mercado de Trabalho	0,776	1,289
Nível de Escolaridade	0,675	1,481
Reconhecimento da questão moral	0,839	1,192
Julgamento do ato	0,462	2,166
Gravidade do ato	0,479	2,087
Oportunidade	0,564	1,773
Pressão	0,691	1,448
Racionalização	0,593	1,688
Punição	0,631	1,585

Tabela 26 – Teste de Colinearidade para o Cenário A

Cenário B:

Variáveis	Estatística de Colinearidade	
	Tolerância	VIF
Idade	0,331	3,024
Gênero	0,890	1,123
Tipo de Registro no CRC	0,716	1,396
Tempo de Registro no CRC	0,346	2,889
Posição no Mercado de Trabalho	0,788	1,268
Nível de Escolaridade	0,684	1,462
Reconhecimento da questão moral	0,719	1,390
Julgamento do ato	0,767	1,304
Gravidade do ato	0,696	1,436
Oportunidade	0,446	2,240
Pressão	0,768	1,302
Racionalização	0,572	1,749
Punição	0,520	1,924

Tabela 27 – Teste de Colinearidade para o Cenário B

Cenário C:

Variáveis	Estatística de Colinearidade	
	Tolerância	VIF
Idade	0,332	3,010
Gênero	0,872	1,147
Tipo de Registro no CRC	0,677	1,478
Tempo de Registro no CRC	0,350	2,858
Posição no Mercado de Trabalho	0,784	1,276
Nível de Escolaridade	0,683	1,465
Reconhecimento da questão moral	0,717	1,395
Julgamento do ato	0,334	2,992
Gravidade do ato	0,434	2,303
Oportunidade	0,300	3,336
Pressão	0,723	1,383
Racionalização	0,691	1,448
Punição	0,622	1,607

Tabela 28 – Teste de Colinearidade para o Cenário C

Pode-se verificar, através dos resultados evidenciados nas tabelas acima (26, 27 e 28), que os valores de FIV são inferiores a 10,0. Logo, pode-se afirmar que não há uma presença significativa de colinearidade entre as variáveis independentes.

Modelo *Backward Stepwise*

A primeira avaliação do ajuste geral do modelo foi a análise do valor do logaritmo de verossimilhança (-2LL), através dos testes *Omnibus* dos coeficientes do modelo.

	Cenário 1			Cenário 2			Cenário 3		
	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância
Passo	16,408	6	0,012	-1,718	1	0,190	-0,196	1	0,658
Bloco	140,080	15	0,000	107,320	4	0,000	98,837	8	0,000
Modelo	140,080	15	0,000	107,320	4	0,000	98,837	8	0,000

Tabela 29 – Teste *Omnibus*

Na presente pesquisa, os valores alcançados 140,080; 107,320; e, 98,837 foram estatisticamente significativos, em todos os cenários (valor $p < 0,05$).

Posteriormente, através dos testes 2 Log likelihood, Cox & snell R Square e Nagelkerke R Square, elaborados através do SPSS, foi calculado o R^2 , objetivando analisar a força de associação entre as variáveis do modelo.

Cenário	2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	37,334 ^a	0,665	0,887
2	56,901 ^b	0,565	0,784
3	58,256 ^c	0,532	0,759

Tabela 30 – Testes R²

De acordo com a Tabela 27, para ambos os testes, o R² demonstra que existe uma força significativa de associação entre as variáveis – 0,887, para o Cenário 1, 0,784 para o Cenário 2 e 0,759 para o Cenário 3.

Em seguida, a segunda avaliação geral do modelo foi elaborada, através do teste Hosmer e Lemeshow, apresentado abaixo:

Cenário	Qui-quadrado	Desvio-padrão	Significância
1	4,733	8	0,786
2	6,399	8	0,603
3	3,351	8	0,910

Tabela 31 - Teste *Hosmer e Lemeshow*

O teste supracitado demonstrou uma significância estatística adequada (valor $p > 0,05$), demonstrando que as diferenças entre os valores observados e previstos são poucas.

A combinação dos testes anteriormente apresentados, *Omnibus* e Hosmer e Lemeshow, confirmaram que o modelo de regressão logística é significativo e adequado para o exame das variáveis.

A seguir, as tabelas 29, 30 e 31 apresentam, por cenário, todas as variáveis que compõem o modelo. As tabelas informam, para cada variável, a estatística desenvolvida a partir do Método *Backward Stepwise*.

Cenário A:

Variáveis	B	S.E.	Wald	Desvio-padrão	Significância	Exp(B)
Idade	-0,416	0,141	8,705	1	0,003*	0,660
Tipo de registro no CRC	4,768	2,473	3,716	1	0,054	117,656
Posição no Mercado de Trabalho			5,292	6	0,507	
Posição no Mercado de Trabalho(1)	-16,487	18089,742	0,000	1	0,999	0,000
Posição no Mercado de Trabalho(2)	7,450	408,213	0,000	1	0,985	1720,072
Posição no Mercado de Trabalho(3)	1,358	408,196	0,000	1	0,997	3,889
Posição no Mercado de Trabalho(4)	-0,111	408,196	0,000	1	1,000	0,895
Posição no Mercado de Trabalho(5)	3,555	408,202	0,000	1	0,993	34,973
Posição no Mercado de Trabalho(6)	-2,034	408,199	0,000	1	0,996	0,131
Reconhecimento da questão moral	0,818	0,562	2,116	1	0,146	2,267
Julgamento do ato	2,093	1,101	3,616	1	0,057	8,110
Gravidade do ato	-2,194	1,174	3,493	1	0,062	0,111
Oportunidade	2,761	1,141	5,861	1	0,015*	15,822
Pressão	3,565	1,032	11,935	1	0,001*	35,328
Racionalização	-2,016	0,855	5,560	1	0,018*	0,133
Punição	6,302	3,038	4,302	1	0,038*	545,768
Constante	-3,392	408,262	0,000	1	0,993	0,034

Tabela 32 – Modelo *Backward Stepwise*, referente ao Cenário A

Cenário B:

Variáveis	B	S.E.	Wald	Desvio-padrão	Significância	Exp(B)
Tipo de registro no CRC	1,429	0,904	2,498	1	0,114	4,175
Tempo de registro no CRC	-0,013	0,005	6,331	1	0,012*	0,987
Pressão	1,898	0,354	28,811	1	0,000*	6,673
Punição	3,153	1,035	9,280	1	0,002*	23,395
Constante	-9,223	2,151	18,384	1	0,000	0,000

Tabela 33 – Modelo *Backward Stepwise*, referente ao Cenário B

Cenário C:

Variáveis	B	S.E.	Wald	Desvio-padrão	Significância	Exp(B)
Gênero	-1,357	0,754	3,235	1	0,072	0,257
Idade	-0,111	0,054	4,196	1	0,041*	0,895
Tipo de registro no CRC	4,182	1,586	6,949	1	0,008*	65,490
Julgamento do ato	-2,880	1,653	3,035	1	0,081	0,056
Gravidade do ato	-1,056	0,761	1,922	1	0,166	0,348
Oportunidade	2,005	1,422	1,988	1	0,159	7,427
Pressão	2,378	0,549	18,753	1	0,000*	10,784
Racionalização	0,942	0,513	3,365	1	0,067	2,565
Constante	0,098	5,391	0,000	1	0,985	1,103

Tabela 34 – Modelo *Backward Stepwise*, referente ao Cenário C

Para cada cenário, neste modelo, as variáveis independentes foram incluídas, e foi possível averiguar quais destas influenciam, significativamente, a intenção de agir do profissional de contabilidade. As variáveis que apresentaram significância estatística (valor $p < 0,05$) estão apresentadas na tabela abaixo.

Variáveis	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Idade	0,003		0,041
Tipo de registro no CRC			0,008
Tempo de registro no CRC		0,012	
Oportunidade	0,015		
Pressão	0,001	0,000	0,000
Racionalização	0,018		
Punição	0,038	0,002	

Tabela 35 – Síntese das variáveis que apresentaram significância estatística, por cenário, pelo modelo *Backward Stepwise*

Embora esta pesquisa não tenha por objetivo avaliar a influência das variáveis independentes sobre a variável dependente – Intenção de agir, pelo Modelo *Backward Stepwise*, este é modelo útil para verificar as variáveis mais robustas.

Conforme exposto na metodologia, o Método Completo ou de Entrada considerou no modelo todas as variáveis relevantes para esta pesquisa, segundo a literatura sobre o tema. Já o Método *Backward Stepwise*, desconsidera as variáveis não significativas no modelo. Por isso, a escolha pelo Método Completo, para confirmar ou não as hipóteses e sub-hipóteses de pesquisa.

Com base nos resultados, pode-se averiguar que no modelo de *Backward Stepwise* as variáveis tempo de registro no CRC e punição apresentaram significância estatística – tempo de registro: 0,012, no Cenário 2 e punição: 0,038, no Cenário 1; 0,002, no cenário 2. Entretanto, estas variáveis não apresentaram significância no Modelo Completo, utilizado como parâmetro desta análise.

Em seguida estão apresentadas os resultados obtidos através dos testes supracitados, para as hipóteses e sub-hipóteses formuladas nesta pesquisa.

Cabe lembrar que o resultado da pesquisa fundamenta-se na análise de dados elaborada pelo Modelo Completo.

Hipótese 1: Os fatores individuais influenciam o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A hipótese 1, conforme abordado anteriormente, foi dividida em seis sub-hipóteses.

Sub-hipótese 1.1: A idade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A síntese das variáveis significativas apresentadas na Tabela 25 permite concluir, para a amostra pesquisada, que a idade é um fator de influência ($p < 0,05$), no que tange o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade em relação à fraude apresentada no Cenário 1.

O resultado apresentado encontra-se em desacordo com a literatura, pois os resultados da pesquisa, destacados no referencial teórico, informam que a idade, normalmente, não representa um fator influente na tomada de decisão do indivíduo.

Sub-hipótese 1.2: O gênero influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A análise da Tabela 25 indica que o gênero não influenciou o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes, em nenhum dos três cenários apresentados.

Este resultado encontra-se em acordo com a literatura, apresentada no referencial teórico.

Sub-hipótese 1.3: O nível de escolaridade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A variável Nível de escolaridade, de acordo com as análises elaboradas, não influenciou o posicionamento ético dos entrevistados, em relação às fraudes.

As pesquisas, apresentadas no referencial teórico, informam que esta variável não apresenta resultados muito coerentes, algumas vezes demonstrando influência; outras não.

Sub-hipótese 1.4: O tempo de registro influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

O tempo de registro dos profissionais não apresentou influência no posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes. Entretanto, esta variável apresentou significância estatística no Cenário 2 ao ser aplicado o Modelo de *Backward Stepwise*. Porém, como destacado anteriormente, a análise das hipóteses e sub-hipóteses baseia-se no Modelo Completo.

A literatura, apresentada na subseção 1.4.1.5, demonstra resultados incoerentes para este tipo de variável. A influência algumas vezes é percebida; outras não.

Sub-hipótese 1.5: A posição no mercado de trabalho influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A posição no mercado de trabalho não apresentou influência no posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

As pesquisas destacadas no referencial teórico apresentam resultados sem coerência, por algumas vezes esta variável apresentar influência sob o posicionamento ético de um indivíduo, outras não.

Sub-hipótese 1.6: Tipo de registro influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A Tabela 25 permite concluir, para a amostra pesquisada, que o tipo de registro é um fator de influência ($p < 0,05$) no que tange o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade em relação à fraude apresentada no Cenário 3.

As pesquisas, apresentadas no referencial teórico, demonstram que esta variável não apresenta resultados muito coerentes, algumas vezes demonstrando influência; outras não.

Para a amostra selecionada, os testes realizados indicaram que as variáveis Idade e Tipo de Registro no CRC apresentaram significância estatística ($p < 0,05$)

em um dos três cenários apresentados (Idade, no Cenário 1 e Tipo de registro no CRC, no Cenário 3). Desta forma, pode-se afirmar que somente essas variáveis, relacionadas aos fatores individuais, exercem influência sobre a intenção de agir do profissional de contabilidade, quando este se depara com situações envolvendo os tipos de fraudes evidenciados nos cenários.

Hipótese 2: Os vértices do triângulo da fraude influenciam o posicionamento ético do profissional contábil, em relação a fraude.

A hipótese 2 foi aberta em três sub-hipóteses.

Sub-hipótese 2.1: A pressão influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A variável Pressão demonstrou-se significativa para todos os cenários apresentados. Esse fato permite concluir, para a amostra selecionada, que este vértice do Modelo de Cressey influencia o processo decisório ético do profissional de contabilidade.

Este resultado encontra-se em concordância com as pesquisas, de Cressey e Albrecht, demonstradas no referencial teórico, as quais informam que a pressão é um fator que motiva um indivíduo a cometer a fraude.

Sub-hipótese 2.2: A oportunidade influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A variável Oportunidade foi significativa em um dos cenários formulados na pesquisa (Cenário 1). Desta forma, para tal cenário, esta demonstra ser um fator influente no posicionamento ético dos profissionais contemplados na amostra pesquisada.

As pesquisas, destacadas no referencial teórico desta dissertação, informam que a oportunidade é um fator que motiva um indivíduo a cometer um ato fraudulento.

Sub-hipótese 2.3: A racionalização do ato influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

A variável racionalização demonstrou influenciar o posicionamento dos profissionais, em relação às fraudes, no Cenário 1. Assim, considera-se que este vértice do Modelo de Cressey, para o cenário apresentado, influenciou a Intenção de Agir dos respondentes desta pesquisa.

O resultado encontra-se em acordo com a literatura, apresentada no referencial teórico do presente estudo, a qual afirma-se que a racionalização consiste em um fator que influencia ou motiva um indivíduo a cometer uma fraude.

Os resultados desta pesquisa demonstram que os vértices do Modelo de Cressey apresentaram significância estatística ($p < 0,05$) em pelo menos um dos três cenários apresentados na pesquisa, assim confirma-se a hipótese 2, para a amostra selecionada.

Hipótese 3: A punição influencia o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade, em relação às fraudes.

Os testes realizados não demonstraram influência da variável punição sobre o comportamento ético do profissional em relação às fraudes, logo não foi comprovada a h3.

Apesar dessa influência não ser percebida no Modelo Completo, esta apresentou significância estatística em dois dos três cenários no Modelo de *Backward Stepwise*.

Pesquisas, destacadas no referencial teórico desta dissertação, informam que a punição é um fator influente no que se refere ao posicionamento ético de um indivíduo.

4. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como temas a Ética e a Fraude, e seu objetivo geral consistiu em verificar a conduta ética dos profissionais de contabilidade ao deparar-se com algumas fraudes possíveis de ocorrer no exercício de suas atividades profissionais. Para tal, alguns fatores que podem tanto vir a influenciar o posicionamento ético de um indivíduo, como motivá-lo a cometer uma fraude, foram considerados.

Inicialmente, elaborou-se uma revisão da literatura, brasileira e estrangeira, contendo itens importantes relacionados aos temas em questão.

No referencial teórico, dentre os assuntos explanados, foram abordados diferentes modelos de tomada de decisão ética, além dos diversos fatores, individuais e situacionais, que têm a possibilidade de influenciar a tomada de decisão de um indivíduo. Apresentou-se, também, o Modelo de Cressey denominado Triângulo da Fraude, desenvolvido pelo criminalista americano Donald R. Cressey.

Dentre os diversos modelos de tomada de decisão ética optou-se por adotar, nesta pesquisa, o Modelo desenvolvido por Alves. A escolha de tal modelo é justificada pelo fato deste focar, especialmente, a tomada de decisão ética dos profissionais da área contábil, objeto de estudo da presente dissertação. Este modelo apresenta algumas variáveis que, segundo Alves, podem influenciar o posicionamento ético de um indivíduo.

Do mesmo modo, adotou-se neste estudo, o Modelo de Cressey. Este modelo apresenta as variáveis, que na opinião de Cressey, motivam uma pessoa a cometer um ato fraudulento.

Para alcançar o objetivo desta dissertação foram formuladas e testadas algumas hipóteses e sub-hipóteses de pesquisa. As variáveis contidas nestas hipóteses e sub-hipóteses foram retiradas dos dois modelos informados acima, de Alves e de Cressey. A pesquisa obteve um total de 13 variáveis independentes, informadas abaixo, referentes ao(s):

- Fatores individuais: Idade, Gênero, Tipo de registro no CRC, Tempo de registro no CRC, Posição no mercado de trabalho e Nível de escolaridade;

- Outros fatores do processo decisório ético do indivíduo: Reconhecimento da questão moral, Julgamento do ato, Gravidade do ato, Punição;
- Modelo de Cressey – Vértices do Triângulo da Fraude: Gravidade, Oportunidade e Pressão.

Ressalta-se que a variável Intenção de agir foi considerada como a variável dependente deste estudo.

As hipóteses e sub-hipóteses, elaboradas na pesquisa, foram operacionalizadas através de três cenários que contemplaram tipos de fraudes diferentes.

No cenário A, o agente cumpre as ordens da diretoria ao contabilizar os custos de fabricação de um produto em valores mais altos do que os realmente apurados. Assim, o lucro é diminuído e o valor a ser tributado, também. No cenário B, o indivíduo aceita a proposta de se tornar diretor financeiro de uma empresa de “fachada”, criada para justificar gastos e desviar dinheiro público. E, por fim, no cenário C, o agente aceita a proposta de dois amigos do seu trabalho, responsáveis pela porcentagem de cimento a ser incluído nas obras. A proposta consiste em diminuir, em 1%, o percentual de cimento a ser embutido nestas obras. O ganho referente a este 1% será dividido, igualmente, entre os três – o agente e seus dois amigos.

Após a coleta dos dados, obtidos através do questionário da pesquisa, esses foram compilados e tratados por meio de um software de Estatística denominado SPSS. Em seguida, elaborou-se a análise de tais dados. Os resultados demonstraram que:

- Duas das seis variáveis, que em conjunto formulam a Hipótese 1, relacionadas aos fatores individuais, influenciaram a intenção de agir do profissional de contabilidade em um dos cenários elaborados. Essas duas variáveis são: Idade e Tipo de registro no CRC. Desta forma, apenas as sub-hipóteses 1.1 e 1.6 foram aceitas.

- Observou-se também, através dos resultados, que as três variáveis que compõem o Modelo de Cressey, Hipótese 2, exerceram influência sobre a intenção de agir do profissional de contabilidade, em, pelo menos, um dos cenários. Assim, foram aceitas as sub-hipóteses 2.1, 2.2 e 2.3, referentes às variáveis: pressão, oportunidade e racionalização, respectivamente.

- Ainda pode-se observar que a punição e o tempo de registro no CRC, apesar de não demonstrarem significância estatística no Modelo Completo, demonstraram no Modelo *Backward Stepwise*.

Torna-se importante reiterar, que os resultados, por cenário, evidenciaram que no cenário A, quatro variáveis influenciaram o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade da amostra pesquisada – idade, oportunidade, pressão e racionalização. No cenário B, apenas a pressão influenciou o posicionamento ético desses profissionais e, no cenário C, as variáveis influentes foram o tipo de registro no CRC e a pressão.

Na leitura dos cenários pôde-se observar que no cenário A não houve ganhos pessoais, diferentemente do que ocorreu nos cenários B e C. Esse fato pode ser o motivo da redução do número de variáveis classificadas como influentes, quando do uso da Regressão Logística Multivariada para os cenários B e C.

Outra constatação relevante refere-se à influência da variável pressão nos três cenários apresentados nesta dissertação. A pressão informada nos cenários A e C está relacionada à demissão. Se os agentes de cada cenário não cometessem tais atos fraudulentos, seriam demitidos. Já no cenário B houve uma pressão familiar para que o agente cometesse o ato antiético, visto que seu filho necessitava de uma operação de custo elevado, e o dinheiro desviado o ajudaria.

Esse resultado sugere que os profissionais da amostra pesquisada temem a perda dos seus empregos, passando a concordar com os atos antiéticos propostos nos cenários A e C, quando se vê diante da ameaça de demissão. E, em relação à pressão familiar, demonstrada no cenário B, os entrevistados tendem a sobrepor o lado emocional em relação ao racional. E, por isso, passam a concordar com o ato do agente deste cenário.

Com base no que foi apresentado, pode-se afirmar que a Idade, o Tipo de registro, a Pressão, a Oportunidade e a Racionalização influenciaram no posicionamento ético dos profissionais de contabilidade entrevistados nesta pesquisa, em relação às fraudes apresentadas.

Pôde-se verificar, também, que a maioria dos profissionais de contabilidade, da amostra pesquisada, reconhece a questão moral inserida nos três cenários, e, ainda, informam que não concordam com o ato dos agentes de cada cenário, além de classificá-los como grave ou muito grave.

No entanto, observou-se que esses profissionais de contabilidade tendem a possuir um posicionamento mais voltado para a ética teleológica, visto que a intenção de agir é influenciada por alguns fatores, como a oportunidade, a racionalização e, principalmente, a pressão. Deste modo, eles consideram a consequência de tal ato, para, posteriormente, concordar ou não com o comportamento dos agentes dos cenários.

Os resultados encontrados, juntamente com o avanço de denúncias de casos de fraudes envolvendo os profissionais de contabilidade, sugerem uma maior preocupação por parte da área acadêmica em relação ao processo de tomada de decisão destes profissionais, visto que poucos são os estudos na área contábil, principalmente na literatura brasileira, que abrangem a Ética como tema.

Dessa forma, a fim de ampliar as pesquisas referentes ao tema em questão, são recomendados os seguintes estudos:

- Analisar se os profissionais de contabilidade do sexo feminino possuem um posicionamento mais ético do que os do sexo masculino, em relação às fraudes;
- Analisar se os profissionais de contabilidade com idade mais avançada possuem um posicionamento mais ético do que os mais novos, em relação às fraudes;
- Analisar se os profissionais de contabilidade com uma maior experiência profissional possuem um posicionamento mais ético do que os com menos experiência profissional, em relação às fraudes;
- Analisar se os profissionais de contabilidade do setor privado possuem um posicionamento mais ético do que os do setor público, em relação às fraudes;
- Analisar a conduta ética dos estudantes de contabilidade, em relação às fraudes;
- Analisar se os estudantes que já cursaram a disciplina “Ética”, obrigatória em alguns cursos de contabilidade, possuem um posicionamento mais ético do que os que não cursaram, em relação às fraudes;
- Analisar se os fatores situacionais influenciam o posicionamento ético dos profissionais de contabilidade.

Por fim, vale ressaltar que, como as fraudes possuem efeitos destruidores para a sociedade em geral, torna-se importante que os pesquisadores, professores e

profissionais da área contábil contribuam para reverter esse avanço de fraudes envolvendo os seus profissionais. É importante lembrar que "Sem a ética a sociedade não se estrutura de forma permanente; e uma profissão também não". (FIPECAFI, 2007, p.11).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

AAKER, David A.. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

ABBOTT, Andrew. **Professional Ethics**. AJS Volume 88 Number 5 (March 1983): 855 DOI: 10.1086/227762

ALBRECHT, W.S.; ROMNEY, M.B. (1986). **A red-flagging management fraud: a validation**. *Advances in Accounting*, Vol. 3, pp. 323-33.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **AUDITORIA. Um Curso Moderno e Completo**. Editora Atlas. 6ª Edição, 2003.

ALVES, Francisco José dos Santos. **Adesão do Contabilista ao código de ética da sua profissão: Um estudo empírico sobre percepções**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2005.

ARANHA, Bruno Caldas. **A Governança Corporativa e o Mercado de Capitais**. Monografia de Conclusão de Curso de Bacharelado. Faculdade de Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

ARANHA, Maria Lúcia A.; MARTINS, Maria Helena. **Temas de Filosofia**. 2ª edição, São Paulo: Ed. Moderna, 1998.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

BASTOS, Paulo Sérgio Siqueira. **A Auditoria em Fraudes na Gestão Pública: um estudo à auditoria no combate às fraudes e à corrupção**. Mestrado em ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

BEAVER, Williams. **Financial Reporting: An Accounting Revolution**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1981.

BERGAMINI Jr, Sebastião. **Controles internos como um instrumento de governança corporativa**. *Revista do BNDES*. V. 12, n. 24, dez. 2005, p. 149-188.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código Penal Comentado**. 4ª Edição. Editora Saraiva, 2007.

BLASCO, A. **Ética y Bienestar Animal**. Departamento de Ciencia Animal. Universidad Politécnica de Valencia., P.O. Box 22012. Valencia 46071. Spain, 2006.

BONDARIK, Roberto; PILATTI, Luis Alberto; FRANCISCO, Antonio Carlos de. **Ética Managerial: A Ética nas Organizações Empresariais**. *Jornal of Technology Management & Innovation*, December, año/vol. 1, número 005. JOTMI Research Group. Santiago, Chile. PP. 69-75, 2006.

BOOF, Leonardo. **A Ética e a Formação de Valores na Sociedade**. Conferência Nacional 2003 – Empresas e Responsabilidade Social – Instituto Ethos – São Paulo.

BORGERTH, Vania Maria da Costa. **SOX: Entendendo a Lei Sarbanes-Oxley**. São Paulo. Cengage Learning, 2008.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto sobre a renda.

_____. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro.

_____. Decreto-Lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943. Dispõe sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda

_____. Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Imposto de Consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

_____. Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965. Define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências.

_____. Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

_____. Lei nº 7.913, de 07 de dezembro de 1989. Dispõe sobre o crime a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no Mercado de Valores Mobiliários.

_____. Lei nº 7.942, de 16 de junho de 1986. Define os crimes contra o sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

_____. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998. Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e dá outras providências.

BRIEF, Arthur P.; DUKERICH, Janet M.; BROWN, Paul R.; BRETT, Joan F.. **What's wrong with the treadway commission report? Experimental analyses of the effects of personal values and codes of conduct on fraudulent financial reporting**. Journal of Business Ethics. Volume 15, Number 2 / February, 1996.

CALLAN, Victor J.. **Predicting Ethical Values and Training Needs in Ethics**. Journal of Business Ethics. Dordrecht: Oct 1992. Vol. 11, Num. 10; pg. 761, 9 pgs.

CARDOSO, Ricardo Lopes; AQUINO, André Carlos Busanelli de; ALMEIDA, José Elias Feres de; NEVES, Antonio Jose Barbosa das. **Acumulações Discricionárias**,

Liquidez e Governança Corporativa Divulgada no Brasil. EnANPAD 2006. 30º. Encontro da ANPAD. Salvador/BA – Brasil.

CARDOSO, Ricardo Lopes; AQUINO, André Carlos Busanelli de; ALMEIDA, José Elias Feres de; NEVES, Antonio Jose Barbosa das. **Discretionary Acruals, Liquidity and Corporate Givernance Index in Brazil.** Corporate Ownership & Control/ Volume 5, Issue 3, Spring 2008.

CARDOSO, Ricardo Lopes. **Regulação Econômica e Escolhas de Práticas Contábeis: Evidências no Mercado de Saúde Suplementar Brasileiro.** Tese de doutoramento em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo, 2005.

CASTRO, Marcelo Bressan de e LIMA, Luiz Murilo Strube. **Sarbanes-Oxley act: Impactos do Sarbanes-Oxley act nas companhias brasileiras que negociam seus títulos no mercado de capitais norte-americano.** Niterói: Monografia de Conclusão de Curso de Pós-Graduação – PGCF/UFF,2003.

CHAUÍ, Marilena.**Convite à Filosofia.** São Paulo: Ed. Ática, 1994.

CHOO, Freddie; TAN Kim. **An “American Dream” theory of corporate executive Fraud.** Accounting Forum 31 (2007) 203–215.

COHEN, J.R.; PANT, L.W. e SHARP, D.J.. **A validation and extension of a multidimensional ethics scale.** Journal of Business Ethics; 12: 13–26, 1; ABI/INFORM Global, Jan 1993.

COHEN, J.R.; PANT, L.W. e SHARP, D.J.. **An examination of differences in ethical decision-making between Canadian business students and accounting professionals.** Journal of Business Ethics, 30: 319-336, 2001.

COLE, Bárbara C.; SMITH, Dennie L.. **Perceptions of business ethics: Students vs. business people.** Journal of Business Ethics; 15: 889–896; ABI/INFORM Global; Aug 1996.

COLLIS, J. e HUSSEY, R.. **Pesquisa em Administração.** Porto Alegre. Editora Bookman, 2005.

Contexto Econômico. **XXVIII Encontro dos Cursos debate pesquisa e extensão.** Ano XI, n. 45. Rio Grande do Sul, nov. de 2005.

COOPER, D.R. e SCHINDLER, P. S.. **Métodos de Pesquisa em Administração.** Porto Alegre. Editora Bookman, 2003.

CORTINA, Adela. **Ética de la empresa.** Claves para uma nueva cultura empresarial. Madrid: Editorial Trotta, S.A., 2005, p. 75. Tradução: Marta Marília Tonin.

CORTINA, A. **O fazer ético: guia para a educação moral.** São Paulo: Moderna, 2003.

COSENZA, José Paulo; GRATERON, Ivan R. Guevara. **A responsabilidade do auditor frente às práticas de contabilidade criativa.** São Paulo: Revista Paulista de Contabilidade, 487, set./2003, p. 5-21.

COUTRIM, Rosa Maria da E.; FURTADO, Heron; MATOS, Fabiana; NASCIMENTO, Kênia Cristina A.; OLIVEIRA, Roberto Eloi; ZACARIAS, Sun Helem L.. **A prática de corrupção em empresas.** Minas Gerais, 2005.

COVA, Carlos José Guimarães. **A contabilidade e a ética - os imperativos para o crescimento econômico do Brasil.** Pensar Contábil. Rio de Janeiro v. 6, n. 26, nov./jan. 2004/2005.

DAIGNEAULT, M. G.; GUTHRIE, J.; NAVRAN, F. **Managing Ethics Upwards.** Ethics ResourceCenter, documento de trabalho. Washington, 2001. Disponível em: <<http://www.ethics.org>>. Acesso em 31 out. 2008

DAVIS, Anne L.; ROTHSEIN, Hannah R.. **The Effects of the Perceived Behavioral Integrity of Managers on Employee Attitudes: A Meta-analysis.** Journal of Business Ethics. Volume 67, Number 4 / September, 2006.

DAVIS, Gerald F. **New directions in corporate governance.** Annual Review of Sociology. 31, 2005.

DECHOW, Patricia M.; SKINNER, Douglas J. **Earnings management: reconciling the views of Accounting academics, practitioners, and regulators.** Accounting Horizons, v.14, n.2, 2000, p.235. 2000.

DECONINCK, James B.; LEWIS, William F.. **The Influence of Deontological and Teleological Considerations and Ethical Climate on Sales Managers' Intentions to Reward or Punish Sales Force Behavior.** Journal of Business Ethics 16: 497–506, 1997. © 1997 Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.

DELOITTE. **A125 Fraud Concepts.** Partners in Learning ©2000-2006.

DELOITTE. **Lei Sarbanes-Oxley. Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos.** Outubro, 2003.

DOUGLAS, Patricia Casey; DAVIDSON, Ronald A.; SCHWARTZ, Bill N.. **The Effect of Organizational Culture and Ethical Orientation on Accountants' Ethical Judgments.** Journal of Business Ethics. 34: 101–121, 2001. © 2001 Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.

EMERSON, Tisha L. N.; CONROY, Stephen J.; STANLEY, Charles W.. **Ethical Attitudes of Accountants: Recent Evidence from a Practitioner's Survey.** Journal of Business Ethics (2007). 71:73–87. Springer 2006. DOI 10.1007/s10551-006-9125-2.

FARIA, Maria José da Silva. **Contabilidade criativa navega de acordo com as conveniências.** Jornal de Contabilidade n.º 364. Julho 2007.

FERREL, O.C.; GRESHAM, Larry G.; FRAEDRICH, John. **A Synthesis of Ethical Decision Models for Marketing**. Journal of Macromarketing, Fall, 1989.

FERREL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERREL, L.. **Ética Empresarial**. 4ª ed.. Reichmann & Affonso Ed., 2001.

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, USP. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. Coordenador: Lázaro Plácido Lisboa (Coordenador). São Paulo, Editora Atlas, 2007.

FRAEDRICH, J.; THORNE, D. M.; FERREL, O.C.. **Assessing the Application of Cognitive Moral Development Theory to Business Ethics**. Journal of Business Ethics 13: 829–838, 1994. © 1994 Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.

FORD, Robert C.; RICHARDSON, Woodrow D.. **Eyhical Decision Making: A Review of the Empirical Literature**. Journal of Business Ethics 13: 205–221, 1994. © 1994 Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.

FUJI, Alessandra H. **Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil**. (Mestrado em Ciências Contábeis). Departamento de Contabilidade e Atuária, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. 133 p.

GARCIA, Felix Arthur. **Governança Corporativa**. Monografia. Instituto de Economia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Julho, 2005.

GIL, A. L.. **Como evitar fraudes, piratarias e conveniência**. São Paulo: Atlas, 1998.

GOLES, Tim; WHITE, Gregory B.; BEEBE, Nicole; DORANTES, Carlos A.; HEWITT, Barbara. **Moral Intensity and Ethical Decision-Making: A Contextual Extension**. The DATA BASE for Advances in Information Systems - Spring-Summer 2006 (Vol. 37, Nos. 2 & 3).

GOMES, Marcelo Alcides Carvalho. **Uma Contribuição à prevenção de fraudes contra as empresas**. Tese de Doutorado em Contabilidade. FEA/USP, São Paulo, 2000.

GROJEAN, Michael; RESICK, Christian; DICKSON, Marcus; SMITH, D.. **Leaders, Values, and Organizational Climate: Examining Leadership Strategies for Establishing an Organizational Climate Regarding Ethics**. Journal of Business Ethics, Volume 55, Number 3, December 2004 , pp. 223-241(19)

HAIR, Joseph et. al.. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre. Bookman:2005.

HARRIS, James R.. **Ethical values of individuals at different levels in the organizational hierarchy of a single firm**. Journal of Business Ethics. Volume 9, Number 9 / September, 1990.

HEALY, Paul M.; WAHLEN, James Michael. **A Review of the Earnings Management Literature and its Implications for Standard Setting**. (November 1999). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=156445> or DOI: 10.2139/ssrn.156445.

HENDRIKSEN, Elson S.; VAN BREDA, Michael F.. **Teoria da Contabilidade**. Editora Atlas. São Paulo, 2007.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, William O.. **Contabilidade Gerencial**. Pearson Prentice Hall. São Paulo, 2004.

HUNT, Shelby D.; VITELL, Scott. **A General Theory of Marketing Ethics**. Journal of Macromarketing, Spring, 1986.

IBRAHIM, Nabil A.; ANGELIDIS, John P.; HOWARD, Donald P.. **Corporate Social Responsibility: A Comparative Analysis of Perceptions of Practicing Accountants and Accounting Students**. Journal of Business Ethics (2006) 66: 157–167 _ Springer 2006. DOI 10.1007/s10551-005-5572-4.

Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios. **Pesquisa sobre código de ética corporativo no Brasil - 2006**. Disponível em <<http://www.eticanosnegocios.org.br>>. Acesso em: 10 set. 2008.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – www.ibgc.org.br

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. – 2004.

IZRAELI, D. **Ethical Beliefs and Behavior Among Managers: A Cross-cultural Perspective**. Journal of Business Ethics. 1988.

JACOMINO, Darlen. **Você é um profissional ético?** Revista Você S/A, ed. 25, ano 3, p. 28-36, São Paulo: jul., 2000.

JAKUBOWSKI, S. T.; CHAO, P.; HUH S. K.; MAHESHWARI S.. **A Cross-Country Comparison of the Codes of Professional Conduct of Certified/ Chartered Accountants**. Journal of Business Ethics 35: 111–129, 2002. © 2002 Kluwer Academic Publishers. Printed in the Netherlands.

JANS, Mieke; LYBAERT, Nadine; VANHOOF, Koen. **Data Mining as a Methodology For Internal Fraud Risk Reduction**. 2008.

JENSEN, Michael, MECKLING, William. **Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure**. Journal of Financial Economics, v.3, p. 305-360, October, 1976.

JONES, J. 1991. **Earnings management during import relief investigations.** *Journal of Accounting Research* 29(2): 193-228.

JONES, Peter. **Combating Fraud and Corruption in the Public Sector.** London: Chapman & Hall, 1993.

JONES, Thomas M.. **Ethical decision making by individuals in organizations: an issue-contingent models.** *The Academy of Management Review.* New York: Academy of Management, v. 16, Iss. 2, April, 1991.

KAYNAMA, Shohreh A; KING, Algin; SMITH, Louise W.. **The Impact of a Shift in Organizational Role on Ethical Perceptions: A Comparative Study.** *Journal of Business Ethics*; May 1996; 15, 5; ABI/INFORM Global.

KAUFMANN, Daniel. **Myths and Realities of Governance and Corruption.** World Bank.

KPMG Forensic Services. **A fraude no Brasil – Relatório de pesquisa 2000.** Brasil, 2000. Disponível em <<http://www.kpmg.com.br>>. Acesso em: 18 set. 2008.

Koll – The Risk Consulting Company. **Transparência Brasil – Associada à Transparency International. Fraude e corrupção no Brasil: A perspectiva do setor privado,** 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2000.

LA PORTA, R.; LOPEZ-DE-SILANES, F.; SHLEIFER, A. **Investor protection and corporate governance.** *Journal of Financial Economics.* Oct/Nov 2000. Vol. 58, n. 1,2.

LEISINGER, Klaus; SCHIMITT, Karin. **Ética empresarial.** Petrópolis: Vozes, 2001, p. 22.

LÉLIS, Débora Lage Martins; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. **A reestruturação dos controles internos para aderência à lei Sarbanes-Oxley: um estudo de caso voltado para os benefícios percebidos pelos gestores em seus processos, comparativamente aos custos incorridos.** XXXII Encontro da Anpad. XXXII Enanpad 2008. Rio de Janeiro/RJ 06 a 10 de setembro de 2008.

LIMA, Douglas Araújo de; MACIEL, Carolina Veloso; LIBONATI, José. **Os Impactos Gerados na Adequação da Estrutura de Controles Internos de uma Empresa Brasileira às Exigências da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley: um Estudo de Caso.** XXXII Encontro da Anpad. XXXII Enanpad 2008. Rio de Janeiro/RJ 06 a 10 de setembro de 2008.

MALHOTRA, K. N.; MILLER, L. G. **An Integrated Model for ethical decisions in marketing research.** *Journal of Business Ethics.* Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, v.17, n.3, p. 263-280. fev. 1998.

MALHOTRA, K. N.. **Pesquisa de Marketing – uma orientação aplicada**. 4ª Edição. Bookman, 2006.

MARCONDES, Maria Lúcia de Souza; PROENÇA, Fernando. **Sarbanes Oxley: seção 404 e a importância dos controles internos para o sucesso empresarial**. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2006.

MARSH, Treba L.; GRAVES, Sharron M.. **Reported Fraud in Governmental Entities in Texas**. Journal of Accounting and Finance Research. Vol. 13, No. 2. June 2005. pp. 193 – 204.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Detectando earnings management no brasil: estimando as acumulações discricionárias**. Fundação Visconde de Cairu, 2004. Disponível em: <http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos42004/189.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2007.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **“Gerenciamento” dos Resultados Contábeis: Estudo Empírico das Companhias Abertas Brasileiras**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Departamento de Contabilidade e Atuária. Tese de doutoramento. São Paulo, 2001.

MAY, Douglas R.; PAULI, Kevin P.. **The role of moral intensity in Ethical Decision Making: A Review and Investigation of Moral Recognition, Evaluation, and Intention**. Business and Society. London: Sage Publications, n.41, Mar, 2002.

MENDES, Ana Magnólia; TAMAYO, Álvaro. **Valores organizacionais e prazer-sofrimento no trabalho**. Psico-USF, v.6, n.1, p.39-46, jan./jun. 2001

MERCIER, Samuel. **L'éthique dans les entreprises**. Nouv. Édition. Paris: La Découverte, 2004, p. 98. Tradução: Marta Marília Tonin.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos, 2007. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/> . Acesso em: 18 mai. 2008.

MONTEIRO, Janine Kieling; ESPIRITO SANTO, Fabiana Cobas do and BONACINA, Franciela. **Valores, ética e julgamento moral: um estudo exploratório em empresas familiares**. Psicol. Reflex. Crit. [online]. 2005, v. 18, n. 2, pp. 237-246. ISSN 0102-7972.

MOTTA, João Maurício. **Auditoria: Princípios e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1988.

MOYES, G.; BAKER, C.R. (2003). **Auditors' beliefs about the fraud detection effectiveness of standard audit procedures**. Journal of Forensic Accounting, Vol. IV No. 2, pp. 199-216.

MOREIRA, J. M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1999. 246 p.

MOREIRA, L. F. **A respeito de ética e finanças**. RAE-eletrônica, São Paulo: FGV – EAESP (Escola de administração de empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas), v.1, n.2, jul./dez.2002.

MURCIA, Fernando Dal-ri; BORBA, José Alonso. **Quantificando as fraudes contábeis sob duas óticas: Jornais Econômicos versus Periódicos Acadêmicos no período de 2001 – 2004**. Santa Catarina, 2005.

NASCIMENTO, Wesley Souza do. **Um Estudo sobre a Atuação da Auditoria Interna na Detecção de Fraudes nas Empresas do Setor Privado no Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica do Centro Universitário Álvares Penteado – Unifecap. São Paulo, 2003.

NASER, K. **Creative Financial Accounting: its nature and use**. London: Prentice-Hall, 1993.

O'FALLON, Michael J.; BUTTERFIELD, Kenneth D.. **A Review of The Empirical Ethical Decision-Making Literature: 1996–2003**. Journal of Business Ethics (2005) 59: 375–413. Springer 2005. DOI 10.1007/s10551-005-2929-7.

O'LEARY, Conor; PANGEMANAN, Gladies. **The Effect of Groupwork on Ethical Decision-Making of Accountancy Students**. Journal of Business Ethics (2007) 75:215–228. DOI 10.1007/s10551-006-9248-5. Springer, 2007.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **O controle interno no ciclo de vendas/contas a receber/recebimento**. Boletim nº 13/99. Técnica Contábil e Balanços. IOM. 1999.

PENNINO, C. M. **Is decision style related to moral development among managers in the U.S.?** Journal of Business Ethics, 41(4), 337-347, 2002.

PEREIRA, Anísio Cândido; NASCIMENTO, Wesley Souza do. **Um Estudo sobre a Atuação da Auditoria Interna na Detecção de Fraudes nas Empresas do Setor Privado no Estado de São Paulo**. Revista Brasileira de Gestão e Negócios – FECAP. Ano 7, Número 19, Set. / Dez. 2005.

PINHEIRO, Geraldo José; CUNHA, Luís Roberto Silva. **A Importância da Auditoria na Detecção de Fraudes**. Contab. Vista & Rev. Belo Horizonte, v.14, n. 1, p. 31-48, abr. 2003.

RAMOS, Eduardo da Costa. **Governança Corporativa: Um Estudo de Caso Sob o Foco da Evidenciação Contábil**. Tese de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Administração e Finanças, 2005.

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n.º 830/98. Aprova a NBC T 11 – IT 5 – Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

n.º 836/99. Aprova a NBC T 11 – IT – 03 – Fraude e Erro.

REST, J.. **Revised Manual for the Defining Issues Test: An Objective Test of Moral Judgment Development**. Moral Research Projects, Minneapolis, MN, 1979.

ROBBINS, Stephen Paul. **Administração: Mudanças e perspectivas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2001.

RUEGGER, Durwood; KING, Ernest W.. **A study of the Effect of Age and Gender upon Student Business Ethics**. Journal of Business Ethics (1992) 11: 179 – 186.

SÁ, Antonio Lopes de; HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Corrupção, fraude e contabilidade**. Curitiba: Juruá, 2008.

SANTOS, Ariovaldo dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. **Contabilidade Criativa e Responsabilidade dos Auditores**. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 32, p. 7 - 22, maio/agosto 2003.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAKO, Nylton; SAITO, André Taue. **Desempenho de ações e níveis de governança corporativa: um estudo para o mercado brasileiro**. RCA - Revista de Controle e Administração Vol. III, nº1, jan./jun. 2007.

SIRGY, M. Joseph; SIEGEL, Philip H.; JOHAR, J. S.. **Toward a Code of Ethics for Accounting Educators**. Journal of Business Ethics (2005) 61: 215–234. DOI 10.1007/s10551-005-8709-6 . Springer, 2005.

SILVA, Edson Cordeiro da. **Governança Corporativa nas Empresas – Guia Prático de Orientação para Acionistas e Conselho de Administração. Novo Modelo de Gestão para Redução do Custo de Capital e Geração de Valor ao Negócio**. Editora Atlas. São Paulo, 2006.

SILVA, Jorge Luiz Rosa da. **Ética – Algumas considerações sobre o tema**. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul. 13 a 15 de agosto de 2003 – Gramado – RS.

SILVA, Lino Martins da. **A missão do Controle Interno**. Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro. Ano XIV, Nº74 - Março/Abril de 2007.

SILVA, Lino Martins da. **Apuração e Prevenção de Fraudes em Contabilidade**. Rio de Janeiro: SINFREJ, 1999.

SIMS, Ronald R.; BRINKMAN, Johannes. **Leaders as Moral Role Models: The Case of John Gutfreund at Salomon Brothers**. Journal of Business Ethics. Volume 35, Number 4 / February, 2002.

SINGLETON, Tommie W.; SINGLETON, Aaron, J.; BOLOGNA, G. Jack; LINDQUIST, Robert J.. **Fraud auditing and forensic accounting**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2006.

SMYTH, M. Lynnette; DAVIS, James R.. **Perceptions of Dishonesty Among Two-Year College Students: Academic Versus Business Situations**. Journal of Business Ethics. 51: 63–73, 2004.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

STOLOWY, Hervé; BRETON, Gaétan. **A framework for the classification of accounts manipulations**. EAA Annual Meeting. Munich, 2000. Disponível em: http://www.hec.fr/hec/fr/professeurs_recherche/upload/cahiers/CR708.pdf. Acesso em: 18 jul. 2007.

TRANSPARÊNCIA BRASIL; KROLL THE RISK CONSULTING COMPANY. **Fraude e Corrupção no Brasil: A Perspectiva do Setor Privado, 2003**. Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/docs/perspec-privado-2003.pdf> . Acesso em: 23 Abr 2008.

TREVINO, Linda Klebe. **Ethical Decision Making in Organizations: A person-situation Interactionist Model**. Academy of Management Review, 1986, Vol. 11, Nº 3, 601–617.

Trevino, L. K.; Ball, G.. **The social implications of punishing unethical behavior: Observers' cognitive and affective reactions**. Journal of Management, 18: 751-769, 1992.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Disclosure of the impact of corporations on society: current trends and issues**. New York and Geneva: United Nations Publications, 2004.

UNIVERSITY OF KENTUCKY - UK. **Multicollinearity in Logistic Regression**. Acesso em: 01 mar. 09. Disponível em: <http://www.uky.edu/ComputingCenter/SSTARS/MulticollinearityinLogisticRegression.htm>

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. 23ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIEIRA, R. B. C. . **O papel da ética na governança corporativa**. In: VI Congresso Latino-Americano de Ética, Negócios e Economia, 2003, São Paulo. Ética, Negócios e Economia, 2003.

WELLS, Joseph T.. **Corporate Fraud Handbook. Prevention and Detection**. Second Edition, 2007.

VOGL, F. **Ethics & Compliance in a Global Economy**. Ethics Resource Center, documento de trabalho, Washington, 2000. Disponível em: <<http://www.ethics.org>>. Acesso em: 31 out. 2008.

YOSHIDA, MARTA HARUMI. **Alinhamento dos Requisitos da Lei Sarbanes-Oxley com o Rup para o Processo de Desenvolvimento de Sistemas**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, Curso de Programa de Educação Continuada, 2007.

ZEY-FERRELL, Mary; FERRELL, O.C.. **Role-Set Configuration and Opportunity as Predictors of unethical Behavior in Organizations.** Human Relations, Volume 35, Number 7, 1982, pp. 587-604.

ZEY-FERRELL, Mary; WEAVER, K. Mark; FERRELL, O.C.. **Predicting Unethical Behavior Among Marketing Practitioners.** Human Relations, Volume 32, Number 7, 1979, pp. 557-569.

APÊNDICE 1 – Questionário da Pesquisa

Prezado (a) Contabilista,

Sou sua colega de profissão e mestrandanda em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A fim de concluir o meu curso, devo realizar esta pesquisa. Para tanto, conto com seu auxílio respondendo este questionário.

No questionário não será identificado o respondente. As suas respostas serão analisadas em caráter confidencial e serão utilizadas somente com o propósito de pesquisa. Não há respostas certas ou erradas.

Ressalto que as informações coletadas por esta pesquisa serão analisadas somente por mim, sob a orientação do Dr. Francisco José dos Santos Alves, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Somente nós teremos acesso ao questionário.

Cordialmente,

Aline Moura Costa da Silva

Parte I – Perfil sócio-econômico

Complete com a opção que corresponda ao seu perfil:

1. **Idade:** _____ anos

2. **Gênero:** () Feminino () Masculino

3. **Seu registro no CRC é de:**

() Contador () Técnico em Contabilidade () Sem registro

4. **Há quanto tempo o seu registro no CRC está ativo?**

_____ anos e/ou _____ meses.

5. **Assinale a opção que melhor indica sua posição no mercado de trabalho (marque mais de uma opção, se necessário):**

() Aposentado () Autônomo () Funcionário ativo – setor público

() Empregador () Desempregado () Funcionário ativo – setor privado

() Outros (especificar) _____

6. **Nível educacional mais alto obtido:**

() 2º grau – Técnico em Contabilidade () Graduação () Especialização

() Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado

() Outros _____

Parte II – Cenários:

Leia os cenários abaixo e responda as questões a seguir. Lembre-se: não há respostas certas ou erradas.

Cenário A:

Lucas trabalha como contador em uma empresa que fabrica cremes hidratantes. Devido à queda do preço das matérias-primas, utilizadas na fabricação desses cremes, os custos de produção de tais cremes diminuíram, de forma significativa. A diretoria, no entanto, pediu a Lucas que ele continue contabilizando os custos dos cremes como se os preços das matérias-primas não tivessem sofrido

alteração alguma. Deste modo, os custos contabilizados serão maiores do que os realmente apurados. Conseqüentemente, o lucro da empresa será diminuído, e o valor a ser tributado, também. Lucas cumpriu a ordem da diretoria em aumentar artificialmente o valor dos custos da produção, contabilizados pela empresa.

7 – Este é um problema moral.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

8 – A conduta do Lucas é correta.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

9 – Qual a gravidade do ato do Lucas?

(5) Muito grave ()	(4) Grave ()	(3) Média ()	(2) Pouco grave ()	(1) Sem gravidade ()
------------------------	------------------	------------------	------------------------	--------------------------

10 – Você concordaria com a atitude do Lucas se soubesse que esse ato não será descoberto pela auditoria da empresa, visto que o controle interno desta empresa é fraco?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

11 – Você concordaria com a atitude do Lucas se soubesse que ele está sendo pressionado, pelo presidente da empresa, e se não o fizer, será demitido?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

12 – Você concordaria com a atitude do Lucas se soubesse que, na opinião dele, os seus superiores praticam atos bem piores?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

13 – Você concordaria com a atitude do Lucas se soubesse que seu ato pode ter como punição multa além de pena de reclusão de meses ou anos?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

14 – Dependendo do motivo, eu posso agir da mesma forma que o Lucas.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

Cenário B:

Matheus fora convidado a ser diretor financeiro de uma empresa “de fachada”, criada para justificar gastos e desviar dinheiro público. Matheus aceitou o convite.

15 – Este é um problema moral.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

16 – A conduta do Matheus é correta.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

17 – Qual a gravidade do ato do Matheus?

(5) Muito grave ()	(4) Grave ()	(3) Média ()	(2) Pouco grave ()	(1) Sem gravidade ()
------------------------	------------------	------------------	------------------------	--------------------------

18 – Você concordaria com a atitude do Matheus se soubesse que esse ato não será descoberto pelos órgãos fiscalizadores do governo?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

19 – Você concordaria com a atitude do Matheus se soubesse que ele está sendo pressionado pela família, visto que este dinheiro permitirá operar seu único filho, cuja cirurgia é de alta complexidade, além de ter um custo elevado?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

20 – Você concordaria com a atitude do Matheus caso ele julgasse estar sendo roubado pelo governo, em função dos altos impostos que paga e do pouco que recebe em troca?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

21 – Você concordaria com a atitude do Matheus se soubesse que seu ato pode ter como punição multa além de pena de reclusão de meses ou anos?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

22 – Dependendo do motivo, eu posso agir da mesma forma que o Matheus.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

Cenário C:

Luiza é contadora de uma empreiteira que faz estradas. O percentual de cimento utilizado para a construção da estrada é de 4%. Bernardo e Rafael, dois funcionários desta empresa, e amigos de confiança da Luiza, são os responsáveis pela porcentagem do cimento a ser incluído nas obras. Esses dois funcionários foram conversar com a Luiza, pois estão pensando em colocar apenas 3% de cimento, o que, segundo os mesmos, não prejudicaria as estradas. O valor pago relativo ao 1% seria dividido por eles três. Luiza está muito desanimada no trabalho, porque apesar de trabalhar de forma eficiente, nunca recebeu uma promoção. Ela aceita a proposta.

23 – Este é um problema moral.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

24 – A conduta de Luiza é correta.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

25 – Qual a gravidade do ato de Luiza?

(5) Muito grave ()	(4) Grave ()	(3) Média ()	(2) Pouco grave ()	(1) Sem gravidade ()
------------------------	------------------	------------------	------------------------	--------------------------

26 – Você concordaria com a atitude de Luiza se soubesse que esse ato não será descoberto pela sua empresa.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

27 – Você concordaria com a atitude de Luiza se soubesse que seu chefe a pressionou para tomar essa atitude, visto que ele também recebe uma quantia, e se não o fizer, será demitida?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

28 – Você concordaria com a atitude de Luiza se soubesse que ela só agiu desta forma por não conseguir uma promoção em seu trabalho?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

29 – Você concordaria com a atitude de Luiza se soubesse que seu ato pode ter como punição multa além de pena de reclusão de meses ou anos?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------

30 – Dependendo do motivo, eu posso agir da mesma forma que Luiza.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------	----------------------------------	------------------------	----------------------------------	--------------------------------